

i

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNACULAS

RAÍZES DO PENSAMENTO LINGÜÍSTICO: LIMITES E OMISSÕES

TESE SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA  
A OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM LETRAS - OPÇÃO LINGÜÍSTICA -  
POR ANTÔNIO PONCIANO BEZERRA.

DATA: MARÇO DE 1979

Esta Tese foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras - opção Linqüística - e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

---

ANDRIETA LENARD

Orientadora

---

ANAMARIA BECK

Co-Orientadora

---

INTEGRADORA DO CURSO  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
LETRAS

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores:

---

ANDRIETA LENARD

---

ANAMARIA BECK

---

HILÁRIO BONN

---

ANTÔNIO JOSÉ ESCOBAR BRUSSI

À memória de minha avó  
Deolinda Bezerra Bispo,

Aos meus pais:  
Maria Bezerra e João Ponciano

este estudo é dedicado com  
reverência e afeto.

## AGRADECIMENTO

Somos gratos à Universidade Federal de Sergipe, pela oportunidade a nós concedida para concluir o presente curso.

Aos meus professores e colegas de Departamento, pela atenção e o apoio demonstrados.

Foram decisivas a cooperação e amizade de alguns colegas. As sugestões e as críticas dos amigos - Jean Robert, Beca, Luiza, Lica, Isaura e Luiz - foram para nós desafios e incentivos constantes.

Somos particularmente gratos à Universidade Federal de Santa Catarina, instituição patrocinadora deste curso de Mestrado. Neste reconhecimento ficam registrados os nossos melhores agradecimentos ao programa de pós-graduação em letras, opção lingüística. Contudo, uma referência especial deve ser feita às Professoras Andrietta Lenard, Anamaria Beck e Terezinha Oenning Michels, com a sua orientação (em tese e em curso), pudemos conhecê-las melhor. Com isso, aprendemos a apreciar ainda mais suas qualidades pessoais e intelectuais.

Finalmente, gostaríamos de agradecer, de modo especial, a todos os professores e colegas entrevistados que mostraram uma disponibilidade sem a qual teria sido impossível a realização do terceiro capítulo deste estudo.

## R E S U M O

Este estudo tem o objetivo de explorar alguns pontos da teoria lingüística atual que se abrem à reflexão crítica. Com efeito, discute-se a prática teórica da ciência lingüística, seu prestígio e reprodução nos meios acadêmicos.

O trabalho se apresenta dividido em três capítulos seguindo portanto uma estrutura bastante simples, comum à maioria das monografias.

No primeiro capítulo, discute-se o tema a nível de presuposição e delimitação; no segundo capítulo, a teoria lingüística, nas versões: estrutural e gerativista, é submetida à reflexão a partir da fundamentação científica que a sustenta. Esta reflexão se apóia nas discussões atuais sobre Ciência e Ideologia; no terceiro capítulo, o tema é apresentado a nível da representação que dele fazem os seus agentes e receptores.

## S U M M A R Y

This study purports to explore some points of present linguistic theory that are subject to critical reflection. In fact, we discuss the theoretical practice of linguistic science, its prestige and its reproduction in academic environments.

This work is divided into three chapters, following a very simple structure which is common to most monographs.

In the first chapter, the theme is discussed on the level of presupposition and delimitation: in the second chapter, linguistic theory in its structural and generative versions are submitted for reflection starting from its scientific foundation. This reflection is based on present day discussion about science and ideology; in the third chapter, the theme is dealt with along the lines of its presentation by agents and recipients.

## R É S U M É

Cette étude a comme but d'exploiter quelques points de la théorie linguistique actuelle à la réflexion critique. En effet, on discute la pratique théorique de la science linguistique, son prestige et sa reproduction dans les milieux académiques.

Le travail se présente en trois chapitres, ayant une structure très simple, commune à la plupart des monographies.

Le premier chapitre étudie le thème dans un niveau de présupposition et délimitation. Le deuxième chapitre fait l'analyse de la théorie linguistique (structurale et générative) d'après ses fondements scientifiques. Cette réflexion s'appuie dans les discussions actuelles sur la Science et l'Idéologie. Le troisième chapitre, enfin, aborde le thème d'après la représentation qui en font ses agents et récepteurs.

## Í N D I C E

|  | pag. |
|--|------|
| CAPÍTULO I - AS DIREÇÕES DO TEMA: PRESSUPOSIÇÃO E DELIMITAÇÃO. . . . . | 001  |
| - Notas. . . . .   | 019  |
| CAPÍTULO II - O LUGAR DA LÍNGUA NA TEORIA DA LINGUAGEM . . . . .       | 023  |
| - Enfoque Empirista - A Linguística estrutural . . . . .               | 026  |
| - Situação Sôcio-Cultural Determinante . . . . .                       | 044  |
| - Contexto Europeu . . . . .   | 046  |
| - Contexto Norte-Americano . . . . .                                   | 051  |
| - ENFOQUE RACIONALISTA: A Gramática Gerativo-Transformacional. . . . . | 059  |
| - Privilégio na reconstituição de uma doutrina . . . . .               | 075  |
| - A problemática do Método: uma polémica ingênua . . . . .             | 084  |
| - O lugar da crítica . . . . .   | 100  |
| - Notas. . . . .   | 118  |
| CAPÍTULO III - REPRODUÇÃO ACADEMICA DE UMA DOUTRINA . . . . .          | 126  |
| - Reflexões Finais . . . . .   | 155  |
| - Notas. . . . .   | 159  |
| BIBLIOGRAFIA . . . . .   | 161  |
| ANEXO . . . . .  | 180  |

CAPÍTULO I

As Direções do Tema: Pressuposição e Delimitação

A preocupação central do presente trabalho é explorar alguns caminhos que se abrem à reflexão crítica sobre a Teoria Linguística Moderna, na tentativa de elucidar o valor e a significação de métodos utilizados e de resultados alcançados. Neste contexto, é interessante considerar, também, como pólo de reflexão crítica, a própria linguagem do cientista quando se trata de avaliar o estatuto da Teoria Linguística, para decidir sobre o seu caráter lícito ou ilícito.

Trata-se, pois, neste estudo, de uma verificação crítica cuja preocupação fundamental é situar problemas tais como se colocam ou se omitem, se resolvem ou desaparecem na prática efetiva dos cientistas da linguagem.

Não temos a pretensão de abordar todos os problemas ou questões que recobrem o pensamento linguístico atual, nem apresentar um quadro completo de todas as epistemologias linguísticas atualmente em voga. A nossa intenção se volta, sobretudo, para certos enfoques metodológicos em "conflito". Assim, queremos apenas elucidar algumas "teses" particulares e privilegiadas de fendidas por cientistas da linguagem, sem a pretensão, mais uma vez repetimos, de uma demonstração completa.

O termo "conflito", enunciado acima, deve ser entendido em termos de certos antagonismos fundamentais que têm conferido à ciência da linguagem o estatuto de uma ciência em crise. Esses antagonismos se manifestam, não só no interior de uma mesma prática científica, mas também a nível de práticas científicas dissidentes. Com efeito, cada enfoque metodológico elucidada a atividade científica a seu modo. Cada um tem uma concepção particular do que sejam a ciência e as regras que presidem a definição de seu objeto.

Portanto, no espaço polêmico ou conflitante em que se situa o pensamento linguístico moderno, distinguem-se duas atividades críticas: a atividade crítica fundada em dados empíricos; e a atividade crítica teórica ou interpretativa. Essas reflexões críticas e suas múltiplas finalidades operam no interior

de uma mesma teoria linguística, aparecendo, pois, como cortes sucessivos de um mesmo trabalho intelectual, ou, ainda, em relação a teorias linguísticas dissidentes.

A primeira modalidade de atividade crítica, esboçada acima, é efetuada pelos práticos da ciência da linguagem enquanto tal. Estes são levados a explorar seu próprio campo científico para efetuar uma espécie de triagem do que é produtivo e do que não o é, a fim de destruir o que se acha mal construído e reconstruir melhor. Essa atividade crítica, que podemos denominar de interna, ou ainda de prático-experimental, se exerce, não raro, pelo menos, no caso que nos interessa aqui, com uma relativa lucidez sobre os aparelhos dessa prática científica; no entanto, deixa intato o horizonte teleológico do qual essa mesma prática traz a marca, bem como os problemas daí decorrentes. A segunda modalidade de atividade crítica, que podemos denominar de externa, tem por finalidade examinar a prática científica enquanto tal e suas múltiplas e objetivas direções.

Por outro lado, o ponto de partida para se compreender melhor a situação de crise em que se acha mergulhado o pensamento linguístico atual, exige que passemos em revista, ainda que de modo sumário, determinadas categorias que caracterizam "grosso modo", a Ciência contemporânea, para, dentro dessa perspectiva, inserirmos as epistemologias linguísticas atuais que serão objeto de um exame mais rigoroso no desenvolvimento deste estudo.

Independente de outras manifestações possíveis, há duas maneiras mais ou menos difusas de se conceber a Ciência: 1) idealista - nesse caso, a ciência se manifesta como uma prática de sinteressada e neutra em relação a problemas sócio-culturais que envolvem o conhecimento e a verdade científicos; 2) realista - nessa perspectiva, a ciência se confunde com a tecnologia, com um tipo de saber meramente operacionalizável, destinada apenas a produzir conceitos e técnicas para manipular uma dada realidade. Tanto a concepção idealista quanto a realista são maneiras igualmente ingênuas de encarar a ciência, principalmente

tal como esta se apresenta na sociedade moderna. Basta que se analisem rigorosamente as condições reais de trabalho científico para que se percebam as implicações com problemas sócio-culturais e políticos (01). Vejamos, a título de complemento, o que Heberer diz a esse respeito:

"A ciência como uma atividade humana multilateral não é só um corpo de conhecimentos ou teoria, é, também, uma metodologia, uma prática, uma rede de hábitos, e contém as formas como esse conhecimento é adquirido, verificado e transmitido. Além disso, a ciência é uma filosofia, uma ideologia e mesmo uma mitologia - em qualquer dos casos, uma maneira de olhar que permite importantes correlações e possui um poder simbólico. A ciência é finalmente uma instituição implantada na sociedade e como tal inevitavelmente se torna politizada. Por causa de sua natureza social, a ciência é injetada de política" (02).

Resulta então que poderia ser infundado, atualmente, declarar que existe ciência autônoma, pura ou absoluta, como também não podemos afirmar, com tranquilidade, que os cientistas sejam isentos de preconceitos ou de pressões sociais (03). Por outro lado, não podemos afirmar que a significação da ciência na sociedade moderna se aloja na instância de um saber propriamente dito, mas sobretudo na autoridade que esse saber efetivamente confere. É justamente na prática dessa autoridade que a ciência se legitima como saber. Isto tanto se evidencia a nível do sistema de conceitos que visa sempre a uma investigação empírica, real ou simulada, quanto a nível da teoria enquanto tal, uma vez que esta só se reconhece como legítima quando submetida à verificação, isto é, feita legítima na prática experimental. Assim, quer no plano teórico, quer no plano prático-experimental, a ciência se legitima por sua autoridade.

Os argumentos de autoridade de que dispõe a Ciência atual se fundam no interesse social ou prático que ela pode despertar. Por esta via, o saber científico não mais se distingue do saber meramente técnico e instrumental. E é exatamente por

isso que se justifica a supervalorização das técnicas que lhe são implícitas, ou ainda o modo como suas atenções são deslocadas para atender interesses daqueles que, direta ou indiretamente, orientam ou dirigem a política científica.

Por conseguinte, a ciência assim voltada para interesses objetivos e específicos, imbuída de autoridade que lhe assegura o caráter construtivo de verdades indiscutíveis ou de dogmas inquestionáveis, se identifica com o que comumente se denomina de "cientificismo". Nesse domínio, a influência que o saber científico, assim mascarado, exerce nas mentalidades e na educação em todos os níveis, inclusive no universitário, onde é ensinado dogmaticamente, assume as proporções de uma "verdade revelada". Com efeito, esse tipo de saber se apresenta como se possuísse uma essência quase mística, irracional e emocional em suas motivações.

Assim, ao lado da expansão mítica da Ciência, expande-se também uma mentalidade que lhe é própria. Essa mentalidade consiste, sobretudo, em só admitir, como objeto de investigação científica, o dado que se preste a uma expressão quantitativa, a uma formalização rígida, ou ainda, que satisfaça às condições de reprodução em laboratórios. O dado que não preenche essas categorias deverá ser tomado como irreal, subjetivo ou simplesmente falso. Desta feita, os únicos elementos dignos de um tratamento científico se reduzem aos que preenchem uma suposta categoria universal, válida em todos os tempos e lugares, comuns a todas as pessoas, e mais ainda "transsocial" e "transcultural".

Ora, o cientificismo não distingue verdade de conhecimento científico (04). Realidade e método de investigação são apenas estratégias que devem validar axiomas previamente estabelecidos. Efetivamente, a realidade, para ser objeto que mereça um tratamento científico, será somente aquela que suporte a investida de um método que adote um procedimento "mecanicista", "formalista" ou "analítico". Se uma dada realidade resiste a tal procedimento, é escamoteada ou tida como desprovida de significação cognitiva (05). A posição de Roqueplo, a esse respeito, é perfeitamente explícita:

"A ciência como discurso coerente é utilizada para encobrir as contradições reais: idêia de modelo; de simulação por computador; pseudo-reabsorção das contradições (economia matemática, métodos de previsão...)"

"A 'racionalidade' científica hipnotiza o olhar: os conflitos reais, contingentes na aparência, ocupam o estatuto 'residual' da própria natureza. Exteriores à racionalidade, patológicos, inexistentes: dizem respeito à polícia ou ao psiquiatra".

"Dessa hipnotização toda uma parte da sociedade fica excluída: aquela que não entra em nenhum modelo. A ciência marginaliza o excepcional. Esvazia-o. De maneira mais forte: tira-lhe o direito de cidadania: 'não há senão ciência do necessário', dizia-se antes. Hoje: 'não há senão ciência do regular'. O que quer dizer: só o 'regular' é racional e tem direito a existir".

"Deve dizer-se que essas possibilidades da ciência de encobrir as contradições, de rejeitar o excepcional, de marginalizar uma parte da sociedade, servem de forma admirável os interesses da classe no  poder (seja ela qual for). É por isso que a ideologia científica é fundamentalmente uma ideologia conservadora".(06)

Partindo dessa configuração esquemática sobre o contexto em que se desenvolve a prática científica na sociedade atual, cabe fazer agora algumas colocações a respeito do pensamento linguístico, a fim de melhor elucidar e demarcar os problemas que serão objeto de exploração deste estudo.

Em torno do pensamento linguístico moderno ainda não existe um corpo sistemático de críticas que abranja, não só todo o seu aparato conceptual, mas também seus percursos metodológicos.

A ciência linguística se deixou complacientemente proclamar "ciência-piloto" das demais ciências do homem (07) e, por essa razão, imbuída do estatuto e do prestígio que disputou frente às outras ciências sociais, para as quais serviu de modelo,

esqueceu de repensar o alcance de seus postulados fundamentais (08).

A maioria das críticas mais justas atualmente dirigidas à Linguística, no sentido de denunciar os limites de seu aparato conceptual e metodológico, tem origem em outras práticas científicas (09).

Sob a ótica científica da Linguística, várias áreas das chamadas Ciências Sociais (10) atingiram um apreciável estágio de desenvolvimento, ampliaram mesmo seu instrumental teórico e prático e, muito mais que isso, ultrapassaram os horizontes desse próprio modelo de conhecimento para se situarem numa perspectiva crítica onde se questiona a validade não só do modelo em quanto tal, mas também da própria influência recebida (11).

Enquanto em certas áreas das Ciências Sociais se questiona o legado da Linguística, esta permanece voltada para si mesma, fiel ao seu estatuto de ciência de um sistema e/ou de um modelo. A formulação dessa imagem decorre do próprio esforço que a Linguística moderna desprende com vistas à construção de um aparelho teórico cada vez mais ideal e sofisticado e altamente poderoso no tocante à formalização de seu objeto.

Apesar dessas condições, já existe um acúmulo de questões que traduzem uma certa insatisfação quanto ao aparato instrumental da Linguística moderna. Algumas dessas questões já são hoje formuladas pelos próprios linguistas, quer a partir de uma situação experimental, quer a partir de uma análise teórico-interpretativa de suas categorias fundamentais.

Nesse sentido, parece possível sustentar que certas posições atualmente assumidas pelo linguista, face a sua própria ciência, são um reflexo de objeções feitas por estudiosos de áreas afins. Reconhece-se aqui, mais uma vez, que o pensamento linguístico moderno, cujos conceitos e métodos variam segundo as escolas, não chega a formar um edifício coerente, tornando-se, portanto, difícil agrupar, numa mesma perspectiva, as representa

ções que revelam o estado atual dessa atividade científica.

Inferem-se daí que o próprio objeto de exploração deste estudo apresenta dificuldades quando é preciso uma delimitação mais exata. Contudo, essas dificuldades não impedem que se trace o contexto geral no qual esse objeto de estudo se insere. Assim, o campo de análise deste trabalho abrange três áreas conexas de problemas: 1) as teorias lingüísticas como modelo de análise da linguagem humana; 2) as condições de produção e reprodução dessas teorias; e 3) a formação intelectual e profissional que delas deriva (12).

Dentro desse conjunto integrado de problemas, podem-se formular as principais questões que serão objeto de exploração no desenvolver do estudo. Para tais questões, será procurada uma resposta, se não definitiva, pelo menos coerente com o estudo atual, não só da ciência lingüística especificamente, mas também da Ciência de modo geral.

Eis, pois, as questões a que se faz referência no parágrafo precedente:

a) Como a ciência lingüística se define em termos de modelo de conhecimento?

b) Como a ciência lingüística se define em relação ao seu objeto de investigação (a linguagem humana)?

c) Qual a natureza das categorias levadas em consideração pela ciência lingüística como relevantes e definidoras de seu objeto de conhecimento?

d) Como são colocados os problemas de adequação/inadequação, em termos de teoria e prática, pelos cientistas da linguagem?

e) As críticas que são dirigidas à Lingüística abrangem também a problemática das condições de produção dessa ciência?

f) No campo de formação profissional e intelectual, como se processa a reprodução da ciência lingüística?

Nesse nível de considerações, a ênfase central deste estudo recai na busca de elucidar os limites, os contornos, as direções, os pressupostos e as contradições de que se revestem os modelos atuais de análise da linguagem. Dito isso, duas ambições fundamentais serão aqui alimentadas: a primeira se inscreve no interior da própria prática teórica da lingüística. Nessa perspectiva, serão questionados os seus argumentos de eficácia, do ponto de vista prático-social; e de veracidade científica, do ponto de vista epistemológico; a segunda se situa a nível de rentabilidade dessa produção científica. Nesse caso, é particularmente significativo levar em conta as formas de representação, sua coerência e descompasso, assumidas pelas autoridades legitimadoras e consagradoras dessa prática científica, quais sejam: agentes e receptores.

Além disso, a título de esclarecimento, convém frisar que é comum silenciar as origens e condições sócio-históricas de qualquer elaboração teórica. Ignorar mesmo as articulações que um determinado projeto teórico, de pretensão científica, pode manter, direta ou indiretamente, com instâncias ideológicas. O que se propõe é correr o risco de elucidar essas fontes "espontâneas", a partir de uma exploração de determinadas categorias que foram impostas na origem mesma da elaboração teórica da prática científica em questão.

Ainda nessa perspectiva, o que se propõe implica uma tomada de posição no que diz respeito, não só a uma certa concepção de linguagem que se encontra fora das teorias lingüísticas atuais, mas também ao referencial teórico que servirá de suporte básico para a análise que se pretende desenvolver. Essa tomada de posição visa sobretudo a apreender as razões por que determinadas categorias lingüísticas não foram tidas como relevantes, pelo lingüista, no ato mesmo da elaboração teórica de seu modelo de análise.

Além dos elementos introduzidos acima, cabe fazer algumas colocações em relação aos posicionamentos divergentes que se formulam atualmente a respeito do pensamento linguístico moderno. O objetivo deste estudo implica estabelecer uma distinção relativa a esses posicionamentos, no sentido de especificar as suas formas concretas em termos de modalidades de conteúdo e de finalidades que preenchem. Desse modo, em tais posicionamentos, pelo menos, três perspectivas se impõem: (13)

1) **Perspectiva Legitimadora** - nesta direção, se enquadram os posicionamentos que veiculam os argumentos de legitimidade propriamente ditos: o reconhecimento incontestável de privilégios atribuídos a um dado modelo de análise. Incluem-se ainda nessa categoria as argumentações que intentam uma atitude de defesa e resistência contra qualquer objeção que venha pôr em dúvida a cientificidade do modelo em questão. Tal posição é geralmente assumida por estudiosos cuja formação intelectual se compromete, em termos de fidelidade, com princípios e ensinamentos de um dado modelo de conhecimento. Ao lado desses casos específicos, há os que assim procedem a partir de uma pura e simples opção, não raro cômoda e prestigiosa, sem fazer intervir uma reflexão mais acurada que justifique a escolha.

2) **Perspectiva Preservacionista** - aqui, os posicionamentos são formulados de modo diferente, mas não suficientemente distante da situação anterior. Os juízos emitidos não visam a uma transformação de perspectiva, mas a uma reconciliação, a partir de revisões ou reformulações de postulados questionados. Visam, ainda, a uma reconstrução interna, a um certo arranjo de categorias que não resistem a uma análise quer crítico-interpretativa, quer prático-experimental. Essa atitude acarreta dois problemas fundamentais: por um lado, o modelo teórico está sendo submetido a uma reflexão irregular. A reformulação de seu aparato conceptual e/ou metodológico visa, após constatada uma desarticulação, a uma articulação relativa a aspectos particulares e privilegiados do objeto de investigação, de modo a reorientar a escolha de noções de base e a refixar o novo domínio de investigação: por outro lado, procedimentos dessa natu

reza. levam o modelo teórico a constantes revisões no empenho desmedido para descobrir princípios gerais capazes de explicar o maior número possível de fatos linguísticos. À medida que essa atitude é praticada, os teóricos evitam falar em exceções, preferindo, pois, rever o modelo a cada passo, a fim de encaixar dados que fogem ao tratamento proposto. Apesar disso, não chegam a lograr satisfatoriamente resultados que correspondem à realidade global dos fatos linguísticos. Antes, porém, o que realmente acontece, e disso parece existir pouca consciência, é colocar o modelo teórico em questão inteiramente à disposição de um empirismo sem limites (14).

3) Perspectiva Exploratória - ao contrário das duas situações apontadas acima, as opiniões elaboradas nessa direção, quer a partir de uma crítica puramente teórico-interpretativa, quer a partir de uma aplicação prático-experimental, questionam a capacidade instrumental de um dado modelo de análise. Nessa ótica, as questões que se formulam, não visam a uma redefinição transitória de postulados básicos de um determinado modelo, mas sobretudo a discutir seus próprios argumentos de eficácia e de veracidade científica.

São da natureza das questões levantadas nessa perspectiva os seguintes propósitos: a) não se colocar apenas diante do aparato teórico do modelo em exame, mas, muito mais que isso, deslocar-se desse universo restrito, para indagar sobre as condições sócio-históricas de sua produção; b) ressaltar as múltiplas influências que presidiram a própria elaboração teórica do modelo questionado; c) rejeitar radicalmente as revisões provisórias que reconduzem, a cada instante, o modelo para situações sempre particulares e privilegiadas; d) denunciar as limitações de ordem teórica e prática, no sentido de evocar certas categorias que o modelo em questão despreza; e) desmistificar as razões da aparente neutralidade de modo a desvendar certos "mistérios" de que o modelo em apreço se reveste; f) conduzir o modelo teórico em discussão a repensar, não só as regras que presidiram a construção de seu objeto de investigação, mas também o contexto sócio-cultural no qual esse objeto se instaura.

Ainda nesta ótica, o objeto de conhecimento nem é encarado como algo que deve ser construído pelo próprio cientista, nem é reduzido, de um lado, a um objeto de observação, e, de outro, a um objeto de especulação. O objeto de conhecimento do cientista da linguagem passa a ser visto como uma entidade articulada e, ainda, como um instrumento de ação, sem atribuir privilégios a uma de suas faces em detrimento das demais.

Posto isso, o modelo de análise da linguagem se encaminha para uma nova orientação, cujas coordenadas teóricas devem ser elaboradas a partir de uma percepção articulada da face material e exterior do objeto e de sua contraparte intelectual e subjetiva.

O que se acaba de esboçar nas três perspectivas acima será objeto de maior preocupação no terceiro capítulo deste estudo, onde será apresentado em suas formas concretas e mais detalhadamente analisado.

Como já se deixou transparecer, o ponto de partida deste estudo não se origina de uma hipótese formal derivada da Teoria Linguística, mas da percepção de um conjunto de problemas que se situa no seio dessa própria prática científica.

O fato de se tematizar a problemática indicada e de enfocar alguns de seus aspectos fundamentais se justifica desde o momento em que se propõe fornecer um quadro interpretativo e sistêmico dos elementos de crise que norteiam o pensamento linguístico moderno para em seguida, situá-lo num contexto mais amplo e de iguais características que não é outro senão o da Ciência no mundo de hoje.

A preocupação com identificar esses elementos de crise se traduz uma saturação empírica provocada pela própria aplicação dos atuais modelos de análise de linguagem a situações experimentais, bem como uma certa insatisfação, em termos do caráter provisório de seus resultados.

A busca do significado da problemática em questão, leva a situar este estudo no âmbito dos estudos exploratórios.

Disso se conclui que este trabalho não tomará como

partido ou como elemento de comparação nenhuma das abordagens metodológicas usadas pelas teorias linguísticas atualmente em voga, mas pensará a possibilidade de realizar uma análise exploratória que forneça uma explicação lógica das causas do impasse por que passam no momento presente essas teorias (15).

É óbvio, contudo, que se terá de ir além do puro exame do aparelho conceptual e das técnicas de investigação empíricas. Procurar-se-á, portanto, a articulação de temas subjacentes a cada um desses sistemas, para, em seguida, questionar as suas categorias diretrizes e as implicações possíveis de cunho ideológico. Deste modo, as questões levantadas não podem encontrar respostas satisfatórias à luz das próprias teorias linguísticas existentes. Trata-se, portanto, de questões cujas respostas transcendem as possibilidades atuais dessas teorias, tendo em vista as implicações sociais que tais questões veiculam.

É forçoso dizer que, na atualidade, ainda não existe uma teoria linguística que considere como determinante a realidade social de seu objeto de investigação; só desse modo elaborada, é que poderia orientar a análise que este trabalho se propõe (16).

É justamente em função de tudo isso que se impõe a necessidade de utilizar um sistema de conceitos e alguns procedimentos de análise que estão fora da ciência linguística moderna. Tais procedimentos de análise e sistema de conceitos serão colhidos a partir das reflexões atuais sobre Ciência e Ideologia.

Desse modo, algumas categorias que fazem parte dessas reflexões serão aqui tomadas por imperativos do próprio campo de interesse deste estudo. Tais categorias se contrapõem a certas concepções em voga atualmente na ciência linguística. Os recursos de que dispõe a área de saber anteriormente mencionada serão utilizados como ponto de apoio para as argumentações que orientarão a discussão sobre o campo de validade teórico e prático da ciência linguística. Esses recursos terão a finalidade precí

pua de auxiliar na tarefa de clarificação das situações-problema indicadas anteriormente.

Do ponto de vista crítico, a proposição geral do nosso problema nos conduz a discutir as questões propostas que revelam as tensões atuais da ciência linguística. Em vista disso, o foco de análise incide sobre cada uma das dimensões em que se põe o problema. Assim, o pensamento linguístico moderno será focalizado em suas duas grandes perspectivas: o estruturalismo lingüístico tradicional e o movimento conhecido como Gramática Gerativo-transformacional (17).

O essencial contudo, são as concepções teóricas e metodológicas que a ciência linguística veicula no auge contemporâneo. Relevam-se ainda, não só as condições de (re) produção, mas também o consumo dessa ciência e seu processo de legitimação. Por essa via, encarar-se-ã a ciência linguística, em suas versões modernas, como um projeto teórico que visa apenas a uma faceta da realidade de seu objeto.

Com efeito, podemos extrair uma concepção básica para este trabalho: a ciência linguística moderna, tanto se apresenta como um projeto reducionista, quanto como um poderoso instrumento escamoteador do real, portanto, como um projeto ideológico. Isso fica marcado, desde logo, no modo como o teórico da linguística concebe o seu objeto de investigação, que se lhe manifesta como uma entidade que se bifurca: face "invisível", de um lado, face "visível", de outro; nesse contexto, ganha sentido o privilégio de enfoques.

Com isso em mente, a leitura dicotômica que o cientista faz da linguagem e, conseqüentemente, a autonomia que confere a cada uma de suas faces, justificam as orientações metodológicas em voga. Tais orientações partem, atomisticamente, de um ângulo da realidade da linguagem. Nesse contexto, se não se refuta, pelo menos se despreza uma possibilidade alternativa. O mêtodo de fundamentação suficiente (seja ele de base lógica ou dedutiva ou apoiado na percepção evidente dos sentidos) tende a fixar direções e, a partir daí, tem início o processo de conhecimento.

Os cientistas da linguagem, na verticalidade de seus raciocínios, mistificam o método que utilizam para descrever e/ou explicar a linguagem humana. Fazem mesmo do raciocínio implícito no método adotado um dogma, um axioma, uma verdade revelada que assume as proporções de instrumento de combate em relação a outras possibilidades de tratamento do problema. Deste modo, se exclui, a priori, a busca de concepções teóricas alternativas que ponham em dúvida a validade desses campos isolados do saber.

A metodologia de fundamentação que serve de suporte ao pensamento linguístico atual, incluindo as suas diversas orientações, se encontra presa a um "monismo teórico", revestido de bons fundamentos para velhos preconceitos. Em relação ao "monismo teórico", o seguinte texto de Hans Albert é bastante elucidativo:

"O que importa a esta metodologia é elaborar uma teoria comprovada e fundamentá-la, de maneira mais sólida e segura, em certas circunstâncias através de um aprofundamento dos fundamentos, no caso de estes não terem sido comprovados como suficientes, e com pequenas modificações que facilitem a sua adaptação à realidade. Esta meta pode, como sabemos, ser perfeitamente alcançada, quando se estar disposto a suportar os custos deste empreendimento (...), que consistem na diminuição do conteúdo e da força de elucidação da teoria, e na sua solidificação numa metafísica dogmática (...). Todos os fatos relevantes são interpretados, afinal, não somente à luz (18) da teoria em questão mas, também, no seu sentido (19), o que sempre se pode conseguir mediante a introdução de apropriadas suposições *ad hoc* (20), já que a força determinante do pensamento teórico está fora de cogitação para a observação. Sob o ponto de vista crítico, pode-se afirmar que tais teorias são de fato extraídas do convívio científico, mesmo quando elas circulam dentro do setor científico institucional, pois as instituições das ciências - universidades, institutos de pesquisa, academias, etc. - não garantem em si mesmas a manutenção do pensamento crítico. Até certo ponto, elas protegem o campo da ciência

contra influências exteriores e possibilitam, com isso, uma discussão científica relativamente imperturbada; todavia não podem evitar a renúncia voluntária à crítica" (21).

À luz do que foi enunciado em partes anteriores e a partir da citação precedente, a ciência linguística, quer na sua versão "racionalista", quer na versão "taxionômica", opta, dogmaticamente, por uma única estratégia de investigação e se imuniza das demais possibilidades. A superação de procedimentos dessa natureza só será possível a partir da tentativa de eliminar essas estratégias conservadoras em relação ao processo de conhecimento.

Tudo isso nos conduz a um ponto de fundamental importância para a compreensão da análise que pretendemos desenvolver neste trabalho. Aqui se enfatiza o primado de um método alternativo que possibilite avaliar o significado das demais estratégias utilizadas pela ciência linguística moderna. Assim, uma tomada de posição crítica, sem negligenciar o contexto social de produção e reprodução dessa prática científica, irá de encontro a pontos de vista monistas de pensar e perceber a realidade, para esboçar possibilidades de explicação e elucidação crítica de convicções até então válidas.

Um exame crítico numa perspectiva dialética apontará o "vácuo teórico" que se aloja no seio da ciência linguística contemporânea, de modo a preenchê-lo com categorias tidas como anômalas ou contraditórias e desprovidas de significação cognitiva. Isso não nos remete a uma posição "contra-intuitiva" ou "contra-indutiva", mas a uma perspectiva de abordagem mais abrangente e isenta de imunizações "a priori". Com efeito, um exame crítico que se fundamenta numa teoria alternativa nos resguarda de uma estratégia radical de modo a eliminar"... a dogmatização da experiência, perigo essencial do pensamento empírico, assim como a dogmatização da intuição ou da razão é o permanente perigo para o intelectualismo" (22).

Isso nos remete, mais uma vez, ao problema da busca de

suportes teóricos para as argumentações levantadas. Como a metodologia da ciência linguística despertou interesse em outras áreas de conhecimento, e, ainda, como os problemas relacionados com o estudo da linguagem adquiriram uma importância preponderante em todo o pensamento moderno, é justo que outras áreas de saber, como a já citada anteriormente, tenham condições de nos fornecer alguns elementos que sirvam de suporte para a discussão ora encaminhada.

Por outro lado, a ciência linguística estendeu o seu domínio e se constituiu, no quadro das ciências, uma espécie de "ciência das ciências". Extrapolando, portanto, a sua própria área de interesse específico, deixou-se colocar como modelo de conhecimento no âmbito das ciências humanas ou sociais. Daí, porque o contexto social que permitiu essa situação merece ser levado em consideração, a fim de que a situação teórica atual da ciência linguística, em toda a sua complexidade, deva ser compreendida ainda melhor quando reintegrada no contexto histórico e social que a vivificou. Para tanto, justifica-se a necessidade de recorrer a outras disciplinas no sentido de facilitar a tarefa de elucidação da função social da prática da ciência linguística e das determinações sociais que pesam sobre essa mesma prática.

É nosso propósito, nesta oportunidade, pôr em causa tanto o movimento conhecido como Gramática Gerativo-transformacional, quanto o Estruturalismo Linguístico tradicional. Em face da diversidade de modelos e das variedades de enfoques presentes nessas duas correntes de pensamento, impõe-se uma delimitação mais rigorosa do material que será considerado como foco de análise.

O exame dos enfoques teóricos mencionados partirá dos textos considerados clássicos e mais significativamente representativos dessas doutrinas. A seleção desses textos pode parecer aleatória, porém o material selecionado se nos apresentou o mais indicador e revelador da natureza desse pensamento, não só do ponto de vista exclusivamente teórico, mas também em face dos roteiros metodológicos que orientam.

Além do material referido no parágrafo precedente, considerado como ponto central para o qual converge a discussão que este estudo pretende, recorrer-se-á ao exame dos dados coletados numa entrevista efetuada junto à Universidade Federal de Santa Catarina. Da entrevista participaram professores e alunos-professores do curso de pós-graduação em Letras, Opção Linguística. Tal entrevista foi montada tendo em vista o universo da problemática em questão (23).

Convém salientar que a entrevista foi orientada por um roteiro de qual fizeram parte proposições e questões abertas, conforme o modelo anexo. Foram entrevistados dezesseis professores, entre os quais havia representantes de várias instituições acadêmicas do país. Cada entrevista durou em médias duas horas. À medida que os depoimentos iam sendo emitidos, era, de imediato, graficamente transcritos pelo entrevistados.

Embora pouco econômico, o recurso à transcrição gráfica se mostrou mais eficiente, tendo em vista possibilitar uma maior liberdade e espontaneidade por parte do entrevistado.

As reflexões produzidas a partir da leitura das entrevistas devem ser integradas e interpretadas no contexto mais amplo da discussão que o tema proporcionou.

Dentro dos limites apontados acima, procuraremos compor um diagnóstico das possíveis causas dos limites, dos insucessos, das contradições inerentes aos modelos teóricos em questão, de modo a assinalar e a avaliar até que ponto a situação atual da ciência linguística decorre de fatos transitórios e eventuais ou mesmo de causas inegavelmente mais profundas, alinhando a esse estado de coisas objeções teóricas dirigidas a determinar os princípios metodológicos, bem como, exemplos específicos de incoerência na aplicação desses mesmos princípios.

NOTAS

- 01 - Sobre esse problema, merecem destaque as posições de Japiassu, Hilton - In, "O Mito da Neutralidade Científica" - Introdução - pp. 07/18.
- 02 - HEBERER, J., "Politização na Ciência", in "A Crítica da Ciência: Sociologia e Ideologia da Ciência" - pp. 110.
- 03 - Convém esclarecer que esses preconceitos e pressões sociais, na maioria dos casos, são admitidos pelo próprio cientista, no ato mesmo da aceitação da industrialização ou tecnização de sua ciência e da orientação a ela dada cujas funções não extrapolam o nível puramente utilitário.
- 04 - O cientificismo, como muitos estudiosos o definem, não é um produto de nossa era. A sua origem remonta ao pensamento intelectual já desde o século XVIII. A ênfase que tem recebido atualmente se justifica sobretudo pelo espírito por demais pragmático e imediatista que caracteriza o cientista moderno. Assim, o cientificismo difunde uma concepção de ciência rigorosamente fundamentada nos cânones das ciências físico-químicas e matemáticas. Dissó resulta que o conhecimento só é verdadeiro quando puder ser reduzido às normas dessas disciplinas. A realidade comum torna-se efetivamente desprovida de sentido, em prol de sua definição fornecida pelo especialista da ciência. Nesta ótica, a amplitude da experiência humana se confunde com a experiência científica em particular.
- 05 - Para outros esclarecimentos, remetemos ainda a Japiassu, Hilton, op. cit., pp. 73-96.
- 06 - ROQUEPLO, Ph., "Oito Teses sobre o Significado da Ciência" in, "A Crítica da Ciência: Sociologia e Ideologia da Ciência" - pp. 154-5. As expressões grifadas correspondem a itálico no original.
- 07 - Para maiores esclarecimentos sobre o prestígio da ciência linguística, em relação às demais ciências humanas, são de destacar os seguintes autores e obras: a) Hélène Védrine, "As Filosofias da História: decadência ou crise" pp. 137-155; b) C.R. Badcock, "Lévi-Strauss: Estruturalismo e Teoria Sociológica"; c) Lucien Goldmann, Henri Levebvre e R. e L. Makarius, "Debates Sobre o Estruturalismo: uma questão de ideologia"; d) Carlos Henrique Escobar, "Epistemologia das Ciências Hoje"; e) Eliseo Véron, "Ideologia, Estrutura, Comunicação"; f) Régine Robin, "História e Linguística"; g) Revista "Langue Française" nº 15, "Parole/Discurs", pp. 18-28; e "Langage et Histoire", pp. 03.17; h) Revista: "Langages" nº 45, "Le Linguistique et le Discours", pp. 112-125.
- 08 - Não deixamos de reconhecer as várias tentativas válidas para ultrapassar o estado atual da ciência linguística evidentes principalmente nas pesquisas sociolinguísticas ou ainda em alguns trabalhos de cunho crítico-interpretativo. Ressaltamos porém a precariedade dessas tentativas por se apresentarem de forma isolada, parcial e assistemática, muitas vezes mesmo conservadoras e pontilhadas de incoerência.

- 09 - Ver os posicionamentos contidos nas obras constantes da nota de nº 07.
- 10 - Sobre a expansão do método estruturalista nas ciências sociais, observar a apresentação feita por Jean Viet em "Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais", especialmente os capítulos III e IV, pp. 97-232.
- 11 - Sobre esse tema, remetemos mais uma vez aos autores e obras referidos na nota de nº 07; incluímos ainda as reflexões de Carlos Nelson Coutinho, em "Estruturalismo e a Miséria da Razão".
- 12 - Desse conjunto integrado de problemas se originam as questões que serão objeto de exploração neste estudo. Contudo, estamos conscientes de que não apresentaremos de modo completo, definitivo ou mesmo verdadeiro os problemas considerados relevantes. Objetivamos apenas apreender e situar um determinado estado de tensão que se inscreve no cerne dessa atividade científica.
- 13 - Queremos deixar bastante claro que a esquematização dessas três perspectivas não segue nenhum modelo estabelecido por quem quer que seja. Trata-se de um critério adotado que tem a finalidade de situar os níveis de atividade crítica atualmente dirigidas à ciência linguística.
- 14 - Em relação a esse aspecto, é importante frisar a situação atual da Gramática Gerativo-transformacional e as consequências que têm acarretado as sucessivas leituras e revisões de seus textos fundamentais. Essa situação será colocada com mais detalhes no decorrer da análise proposta por este estudo.
- 15 - SELLTIZ e outros em "Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais", pp. 59-90, entre outras observações, apresentam algumas funções de que se reveste um estudo exploratório. Torna-se oportuno citá-las aqui: a) visa a aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar; b) visa ao esclarecimento de conceitos; c) visa à obtenção de informações sobre possibilidades práticas de realização de pesquisas em situações de vida real; d) visa à apresentação de um recenseamento de problemas considerados urgentes por pessoas que trabalham em determinado campo das relações sociais. Nesse quadro de funções, inserem-se as reflexões postas em discussão por este trabalho.
- 16 - Nesse sentido, há algumas aproximações tentadas no campo da sociolinguística. Todavia, convém salientar que essa disciplina ainda se compromete com velhos preconceitos da linguística geral.
- 17 - No âmbito deste trabalho, focalizaremos como objeto de estudo a gênese desse pensamento e as feições assumidas pela Linguística norte-americana de orientação bioomfieldiana, incluindo nesse contexto a sua última expressão - a Gramática Gerativo-transformacional. O método estrutural teve na ci

ênça da linguagem a sua origem e propagação como técnica de investigação científica. Mais precisamente, a gênese desse método se encontra nas formulações teóricas do pensamento lingüístico saussureano. Com a publicação do "Curso de Lingüística Geral" de Ferdinand de Saussure, inicia-se uma fase de escolas cujos princípios e orientações fundamentais remetem aos ensinamentos do conhecido "mestre genebrino". Assim, escolas como o funcionalismo lingüístico, a glossemática e outras não terão tratamento específico neste estudo, tendo em vista que elas se acham filiadas geneticamente aos fundamentos básicos do estruturalismo saussureano.

18 - Grifo do autor.

19 - Grifo do autor.

20 - Grifo do autor.

21 - ALBERT, Hans, "Tratado da Razão Crítica" - pp. 66.

22 - Idem, pp. 68.

23 - A população entrevistada se concentrou apenas em professores e em alunos-professores do curso de pós-graduação. Entre os alunos-professores, relacionamos apenas os que se encontravam na fase de elaboração da dissertação de mestrado. A escolha da entrevista como expediente de análise se justifica pelo fato de a entrevista possibilitar, entre outras vantagens, maior liberdade para verbalizar sobre o assunto, como também, pelo fato de a entrevista ser tida como a técnica mais adequada para a revelação de informações sobre assuntos complexos, permitindo não só constatar o que o entrevistado diz, mas também como diz. Os temas postos durante a entrevista não se afastaram em nenhum momento dos problemas colocados como relevantes para este estudo. Portanto, as questões postas no ato da entrevista visavam sobremaneira a relevar o posicionamento do entrevistado diante da situação apresentada.

## CAPÍTULO II

### O Lugar da Língua na Teoria da Linguagem

Os pressupostos t<sup>á</sup>citos que fizeram da teoria lingüística moderna uma prática teórica de dimensões científicas, reconhecidas como verdadeiramente legítimas, não se mantiveram, na sua origem, imunizados das pressões do contexto ideológico que permitiram o seu desenvolvimento.

É bastante curioso que a lingüística, tida como uma disciplina altamente teorizada, esteja passando por uma fase de constantes revisionismos teóricos; todos eles carregados de incertezas e marcados de insegurança, que podem muito bem comprometer o futuro dessa disciplina.

Além disso, esses reexames teóricos possibilitam aberturas que dão margem a críticas ou reforçam as suspeitas em relação a problemas epistemológicos do estatuto da lingüística como "ciência-piloto" das demais ciências humanas, cujo corpo de conceitos estabelecido tem sido alvo de problematização de sua legitimidade.

Não se pode negar que a teoria lingüística gozou de um período de plena expansão e, ainda hoje, ela carrega o peso dessa responsabilidade. O empenho do lingüista foi (e tem sido) sem dúvida ilimitado, para manter, a todo custo, o estatuto de sua disciplina. Nesse particular, o esforço do lingüista se revela sobremaneira paradoxal, na medida em que conserva ou mesmo amplia, no corpo de sua ciência, toda espécie de conceitos, esquemas, variedades de pontos de vista, táticas de abordagem, em grande parte, tomados de empréstimo a outros domínios do conhecimento, sem com isso se aperceber que se perde no emaranhado dessa excessiva interdisciplinaridade.

O lingüista, de posse de toda uma maquinaria conceitual, forjada à luz de uma ideologia que se traduz em nome da "simplicidade" e da "economia", esvazia a entidade "língua", isolando-a de todas as determinações sociais que a geram, e propõe o conceito de "linguagem", reduzindo essa entidade ao puramente inteligível. Para o lingüista, a precisão do conceito de "língua" ou de "linguagem" não se apresenta como um fator importante. O

lingüista sempre surpreende os seus leitores e adeptos quando a firma, conforme as necessidades práticas do momento, que a "língua" ou a "linguagem" "é (ou deve ser) isto e aquilo".

Propor portanto "linguagem" ao invés de "língua" tem por objetivo marcar que essa operação reduz-se a um "corpus" de terminado pelo próprio lingüista, aqui e agora, escolhido de acordo com as finalidades de sua descrição. O conceito de "linguagem", tal como é forjado nessas ocasiões, não passa de um conceito subserviente, cómodo, que plenamente tem assegurado as conquistas da teoria lingüística moderna.

A fórmula básica a que se prestou o conceito de "linguagem" conferiu à Lingüística o estatuto de ciência de uma determinada linguagem e não da "língua". O conceito de "língua" implica dinamicidade, como uma entidade que se desenvolve diante do lingüista e independente dele, ou ainda que ele mesmo desenvolve. Portanto, a língua como indicadora do funcionamento do homem na sociedade não se presta aos nem se enquadra nos esquemas reducionistas dos lingüistas estruturais.

Quer-se ainda sublinhar que é na língua que a sociedade se representa e é através dela que essa representação se perpetua. Desta forma, a língua ocupa um lugar privilegiado. O lugar de todos os tipos de operações ideológicas, não ocupado pela linguagem, tal como os lingüistas a definem. Uma reflexão sobre a entidade "língua" não pode ser reduzida a um modelo empobrecido, nem se situa num "aqui e agora" do lingüista observador. Refletir sobre a "língua" significa refletir a "língua" em toda a sua amplitude se se quiser possuir um mínimo de cientificidade nessa empresa.

De tudo isso resulta que o lingüista atual se insere num quadro de indefinição, mas que mascara essa situação com falsas tranqüilidades, sem com isso deixar transparecer a sua profunda inquietação. Enquanto essa indefinição persiste e a crise teórica se acentua, o lingüista se deixa passar por "sábio de vanguarda", verdadeiro fabricante de modelos, de modo a se en-

contrar completamente absorvido por formalizações impossíveis ou por disciplinas que se dizem exportadoras de lógica e coerência. Essa atitude tem onerado seriamente a teoria lingüística, ao mesmo tempo em que expõe o seu objeto, a língua, à sorte de toda e qualquer interpretação pseudolingüística.

Esse rápido esboço mostra em que direção parece poder orientar-se este capítulo. Faz-se, portanto, necessário destacar as linhas fundamentais da teoria lingüística moderna para, em seguida, situá-las no ambiente sócio-cultural e científico que lhe foi determinante.

#### ENFOQUE EMPIRISTA - A LINGÜÍSTICA ESTRUTURAL

As expressões "Lingüística Estrutural" ou "Estruturalismo Lingüístico" têm sido empregadas com relativa ambigüidade. Ora, designando escolas lingüísticas isoladas (lingüística estrutural norte-americana ou européia), ora, designando, ambas, toda uma diversidade de tendências oriundas da tradição saussureana. Não nos cabe aqui uma discussão a respeito de uma possível eleição na qual uma dessas terminologias se destaque como mais precisa ou livre de ambigüidades. Simplificando o problema, usaremos a denominação "Lingüística Estrutural" para abarcar toda a produção teórica da ciência lingüística que traz a marca, direta ou indiretamente, da tradição saussureana (1). Isso, independente de formas particulares que cada escola, dentro dessa tradição, assumiu ou tomou em termos de originalidade ou de peculiaridades distintas no tratamento do mesmo objeto de teorização (2).

Colocado assim o problema do uso da denominação "Lingüística Estrutural", na dimensão acima proposta, tendo em vista ainda evitar a ambigüidade dessa terminologia, limitar-nos-emos à definição que dela faz o lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev:

"Entendemos por **lingüística estrutural** um conjunto de **investigações** que descansa sobre a **hipótese** de que é cientificamente legítimo descrever a linguagem como se fosse **essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas**, ou em uma palavra, uma **estrutura**" (3)

Essa conceituação tem a vantagem de ser concisa e de trazer no seu interior os elementos que conferiram à análise da linguagem o nome de "estrutural", abarcando, portanto, as escolas de inspiração e tendências as mais diversas.

Como veremos mais adiante, é o conceito ou a idéia de "estrutura" ou de "sistema" que vai estabelecer uma espécie de liame entre as escolas aparentemente dissidentes, mas que as remete a uma origem comum - a doutrina saussureana - cujos postulados teóricos básicos repousam sobre tal conceito como nos evidencia o "Curso de Lingüística Geral".

É interessante registrar que a importância dada ao conceito de "estrutura" ou "sistema" é a tônica decisiva que vai conferir aos diversos enfoques sobre a linguagem humana a gênese teórica comum que havíamos assinalado anteriormente. A título de exemplificação, faremos uma demonstração sumária de como o conceito de "estrutura" ou "sistema" tem estado presente em escolas como: o funcionalismo lingüístico de André Martinet, a glossemática de Louis Hjelmslev ou, ainda, a psicossistemática, de Gustave Guillaume.

O funcionalismo lingüístico toma o conceito de "estrutura" como um elemento indispensável à compreensão do funcionamento da língua. Segundo esse enfoque, as relações estruturais não existem soltas no ar, decorrem do papel que exercem no processo comunicativo. Aqui parte-se, primordialmente, do elemento função para o elemento estrutura. Nas palavras do próprio André Martinet, essa idéia se evidencia:

"Todos os estruturalistas levam em conta a função das unidades lingüísticas: destacar um traço como 'distintivo' implica que a função é suficiente para torná-lo digno de interesse para atribuí-lo a uma classe definida" (4).

Mais adiante, Martinet chama a atenção para o fato de que "uma tomada de consciência de transcendente importância da função em linguística nos levará naturalmente a um maior respeito pela realidade" (5).

Ora, o funcionalismo linguístico opera uma estratégia que parte da frase, isto é, da realidade linguística imediata, e este é o pilar fundamental para a estruturação funcional. Como veremos mais tarde, a doutrina bloomfieldiana opera uma inversão dessa perspectiva.

A glossemática opera com o conceito de "sistema", visto como uma entidade que se coloca além da consciência de qualquer falante individual. O sistema vem a ser, portanto, uma entidade só captável pelo linguista através de hipóteses objetivas e sem idéias preconcebidas. Constantemente, estão presentes termos como "norma" e "forma" que são os substitutos legítimos do termo "estrutura", concebida esta como uma rede de relações que independem do meio concreto em que se realiza.

A glossemática é uma teoria que fez ressuscitar um conjunto de expressões, tais como: forma, substância, matéria, expressão, conteúdo etc. que há muito se apresentavam gastas pela filosofia e, portanto, pontilhadas de ambigüidades. Isso conferiu à glossemática um certo hermetismo, mas a influência da tradição saussureana se deixa transparecer franca e decisivamente clara.

Uma das manifestações mais evidentes dessa influência se registra sobretudo na concepção de signo linguístico que Hjelmslev esboça. A concepção de signo linguístico na glossemática só quantitativamente se distingue da concepção saussureana, do ponto de vista qualitativo nada tem de distinto em relação à concepção tradicional de Ferdinand de Saussure.

Por fim, uma outra tendência que se mantém fiel à tradição saussureana é a corrente denominada de psicossistemática de Gustave Guillaume. O pensamento linguístico de Gustave Guillau

me, apesar de ser considerado como um dos mais originais, passou despercebido em sua época.

O estruturalismo e, conseqüentemente, a concepção de "estrutura", nessa ótica, possui uma profunda base psicológica. Nessa perspectiva, é o "realismo imanente da estrutura" que se rá o ponto central das meditações guillaumeanas. A estrutura lingüística, para a psicossistemática, se antepõe uma "estrutu ra psíquica intuitiva". Essa "estrutura psíquica intuitiva" é o elemento básico da teoria psicossistemática da linguagem e vem lhe conferir o estatuto de ter criado, de forma clara e coeren te, uma "psicologia lingüística estrutural".

Os comentários feitos rapidamente acima têm apenas o objetivo de confirmar o laço comum que une as diversas tendên cias ou escolas lingüísticas abarcadas pela expressão genérica de "Lingüística Estrutural". Assim, a base de fundamentação teó rica dessas tendências, por mais variadas que queiram pare cer, remete a uma única fonte, isto é, aos ensinamentos de Fer dinand de Saussure tais como se apresentam no "Curso de Lingüís tica Geral".

Finalmente, e como conseqüência do que acabamos de fri sar, passemos à discussão básica deste Capítulo, partindo de uma caracterização geral do pensamento lingüístico saussureano, para, logo em seguida, situá-lo no contexto da Lingüística Estru tural norte-americana de orientação behaviorista. Mais à frente, será considerada a situação teórica e cultural que agiu determi nantemente sobre a forma desse pensamento e as conseqüências ad vindas de pressões sociais latentes na forma como o cientista da linguagem teoriza o seu objeto e utiliza os argumentos que de vem conferir o grau de cientificidade a sua disciplina.

A primeira tarefa a ser tratada será, portanto, tra çar, em linhas gerais, um quadro dos elementos básicos que reme tem a um conjunto de conceitos levantados por Ferdinand de Saus sure, na obra já anteriormente mencionada, visando, pois, a cap tar os argumentos que lhe conferem legitimidade, bem como o al

cance teórico e prático que esses conceitos e argumentos encerram como estratégia para analisar a linguagem humana.

Antes, porém, de dar início ao proposto no parágrafo anterior, chamaremos a atenção sobre pontos que nos parecem importantes para o entendimento dos propósitos deste estudo. Há, portanto, dois elementos que traduziremos como dificuldades que se podem constituir em barreiras, não só no decorrer da elaboração deste trabalho, mas também no que tange a sua validade. Uma primeira dificuldade que se coloca é, pois, a de ser este, de modo geral, um trabalho teórico em que se tenta analisar uma produção teórica, procurando desvendar os seus "vácuos" em relação aos argumentos que a suportam. Uma dificuldade adicional caracteriza-se pelo fato de esta monografia se afastar dos moldes comuns no campo dos estudos lingüísticos mais convencionais.

Não se encontrarão aqui conclusões gerais, definitivas, capazes de serem dirigidas ou de servirem de instrumento a uma prática qualquer. Esta monografia se nutre, sobretudo, de problemas (problemas teóricos), não de problemas teóricos em abstrato, pura e simplesmente, mas de problemas teóricos suscitados ou que se opõem no ato mesmo da relação teoria/realidade na interpretação de situações concretas.

Não se trata, portanto, de resenhar o senso comum, contemplando teorias lingüísticas atuais. Daí, o possível caráter de surpresa que este trabalho venha a despertar, tendo em vista uma tomada de posição em nada "delicada" em relação aos modelos lingüísticos em voga, no momento.

Por outro lado, as colocações feitas, neste capítulo, não significam (nem devem significar) a rejeição ou confirmação ou, ainda, o reconhecimento ou o desmerecimento de valores que uma dada teoria carrega. Elas devem significar, sobretudo, a relativização de um conjunto de pressupostos das teorias questionadas. Significam ainda a tentativa de construir novos caminhos de discussão que proporcionem debates substanciosos, sem os quais uma teoria (seja ela qual for) não se consolida.

Frisamos, anteriormente, que a noção de ciência, aplicada com todo rigor à Linguística Moderna, por seus cientistas teóricos, será motivo de análise e, conseqüentemente, nos levará à identificação de alguns dos elementos que conferem a essa disciplina o estatuto de crise.

"Isso se torna claro se se considera que os grandes problemas epistemológicos nas ciências, de questionamentos não de seus resultados, mas de seus fundamentos" (6).

Feitas as considerações precedentes, passaremos agora a expor alguns dos elementos que definem o pensamento linguístico saussureano. Com efeito, o pensamento linguístico saussureano surge como um tipo de reação a todo o espírito historicista dominante, mais precisamente, a partir da segunda metade do século passado e início deste.

Logo nas páginas introdutórias do "Curso", Saussure faz alusão ao fato de que a Linguística não se tinha ainda preocupado, suficientemente, com a definição de seu objeto, como também, ainda não se havia procurado delimitar a sua atividade específica.

Para Saussure, uma das tarefas urgentes da Linguística seria "delimitar-se e definir-se a si própria" (7), pois, já havia estudado ou descrito as línguas, sem saber ou mesmo ter consciência do que seria a "língua".

Ora, a necessidade de delimitação e definição da ciência linguística é que vai levar Saussure a uma tomada de posição contrária à visão que o antecede.

Cabe, em tudo isso, uma pequena ressalva. Saussure se opõe radicalmente à visão da "língua" como um organismo vivo, pois essa concepção remetia ao comparativismo de século XIX, de influência darwinista. Porém, ao lado dessa refutação, Saussure se mostra simpatizante da corrente neogramática, movimento

to linguístico que sucedeu à linguística comparativista de bases historicistas. Para Saussure, os neogramáticos operam uma mutação fundamental em relação à concepção evolucionista da linguagem e assim se expressa: "Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos" (8).

Desta forma, a posição de Saussure frente ao pensamento dos neogramáticos vem a ser altamente positiva em relação a todo um sistema de conceitos que passa a construir, não só no que diz respeito à "língua", mas também à Linguística como uma ciência que deve reivindicar o seu estatuto. Para tal, argumenta que é inaceitável tomar a linguagem humana em sua totalidade como objeto da Linguística. E isso, justifica Saussure, pelo fato de se tratar de algo demasiado heterogêneo, "um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si" (9). Trata-se, portanto, de encontrar um ponto de vista a partir do qual se estabeleça uma ordem nesse "aglomerado confuso", que venha possibilitar à Linguística isolar do caos da linguagem o seu objeto específico.

A essa altura, Saussure decisivamente afirma: "é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem" (10). Esta seria, portanto, a solução encontrada para afastar da teoria linguística a realidade da linguagem humana.

Assim, Saussure introduz o termo "língua" como algo isolado, mas que se explica mediante a conhecida oposição -língua/fala. Partindo, pois, dessa solução, Saussure procura definir o que poderia ser a "língua" e conclui que:

"... ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domí-

nios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos pois não se sabe como inferir sua unidade" (11).

Operando essa diferenciação, Saussure afirma que, ao contrário da linguagem, "A língua (...) é um todo por si e um princípio de classificação" (12). Com essa afirmação, abre-se o caminho que vai ser trilhado por toda uma tradição que viu na língua não só a possibilidade de uma classificação, mas também de segmentação.

Dito isso, Saussure vai buscar argumentos para chegar a uma conclusão de que a língua existe como uma instituição social que em relação aos indivíduos de uma dada sociedade se estabelece como tal e se impõe como valor. São portanto os seguintes argumentos que o levam a essa conclusão:

"Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou mais exatamente nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo" (13).

Para isolar a língua da fala, Saussure argumenta que se deve proceder da seguinte maneira:

"separa-se ao mesmo tempo o que é social do que é individual (...) o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental. A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente, não supõe jamais premeditações, e a

reflexão nela intervêm somente para a atividade de classificação (...)"

"A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações".

"Ela (a língua) é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem (...). Ela é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude dum espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade(...)."  
 "A língua é uma coisa de tal modo distinta que o homem privado do uso da fala conserva a língua (...)"

"A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente".  
 (14).

"A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta (...)" (15).

Além de assim se caracterizar a língua como uma instituição social, há outras implicações que estão latentes nessas passagens.

A independência que Saussure atribui à língua se pauta pelo fato de esta ser algo virtual ou potencial em relação à fala que designa como real e material.

Parece existir um paradoxo cuja solução se nos apresenta problemática. Em uma outra das passagens acima citadas, a língua não é mais vista como pura e simplesmente um conceito, mas uma coisa concreta, tanto quanto a fala. Como explicar o estatuto real, concreto de um sistema já concebido como puramente potencial, virtual ou imaterial? Como salientaremos mais tarde, Saussure procura escapar dessa armadilha recorrendo a raciocínios sociologizantes.

A língua se coloca em relação aos indivíduos que a falam como algo exterior e passível de ser estudado separadamente, pois, como algo social conta com o privilégio dessa independência.

A língua vista como uma instituição social age coercitivamente em relação aos indivíduos. Estes não podem formar livremente e por conta própria seu sistema de língua, e, como tal, não são mais que elementos passivos e sem defesa frente a essa força coercitiva que é a língua.

As marcas do social que se imprimem nos indivíduos de uma dada comunidade lingüística são exatamente idênticas, verdadeiras cópias interiorizadas.

Ao lado da dicotomia língua/fala, outras, de modo relativamente disfarçado, se forjam, tais como: virtual/real, social/individual, necessário/acidental, essencial/acessório. Essas dicotomias se explicam à luz do contexto intelectual que marcou profundamente o pensamento saussureano.

Saussure, ao declarar ainda que a língua é uma instituição social, introduziu a despsicologização da ciência lingüística. Com isso, não se quer dizer que a Lingüística permanecesse imune a qualquer tipo de psicologismo.

Nesse sentido, Saussure dirige a sua discussão com a finalidade de introduzir uma ordem no "aglomerado confuso" da linguagem humana. Mediante vários cortes dicotômicos, concede primazia à língua e confere à Lingüística o estatuto de ciência totalmente autônoma; "a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma" (16).

Reforçando mais ainda essa primazia, Saussure delimita as possibilidades de um estudo sobre a linguagem:

"O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua que é social em sua essência e independente do individual; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual, vale dizer a fala (...)" (17).

Para justificar esses dois enfoques, Saussure, em certo momento, profetiza um agnosticismo quando afirma que "O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo" (18). Esta colocação está conforme uma idéia hoje bastante difundida de que só o homogêneo é que está sujeito ao conhecimento.

A linguística saussureana que tanto enfatizou o ato social da fala, que tão bem viu a língua como um produto de forças sociais, terminou por operar escolhas entre os próprios fatos linguísticos. Refugiando-se na língua, entidade coletiva, a linguística saussureana marginalizou a produção linguística cotidiana. Com isso, mais uma vez, para se justificar, Saussure lança mão de outro agnosticismo: a língua e a fala "são dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente" (19). Com isso, Saussure esquece, ou mesmo, não tem consciência de que essa impossibilidade é ele próprio quem condiciona com a criação de suas dicotomias. Transferir essa impossibilidade para o objeto linguagem é uma atitude cômoda, é um ato de invenção bastante conforme e analogicamente coerente com as idéias científicas de sua época.

Prosseguindo, Saussure destina o nome de Linguística para duas disciplinas que considera distintas. Propõe pois uma linguística da fala, mas adverte que "será, porém, necessário não confundi-la com a linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua" (20).

Assim, a "linguística propriamente dita" será aquela que terá foros indiscutíveis de ciência (ciência de um objeto inventado), enquanto a outra (a linguística da fala), por não ser a "propriamente dita", pouco importando o estatuto que possa alcançar,

será, portanto, uma disciplina (e apenas isso) do marginal.

A partir dessas colocações, Saussure inicia uma nova dicotomia. Desta feita, no seio da própria ciência linguística, bifurcando-a para dar foros de legitimidade ao lado privilegiado da linguagem. Aqui se elimina a possibilidade de se fazer uma ciência da linguagem onde, realmente, os fatores sociais apareçam como determinantes. Esse preconceito tem início quando Saussure a firma que:

"Nossa definição de língua supõe que e liminemos dela o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pela termo "Linguística externa" (21).

Deve-se, portanto, limpar essa "coisa" chamada de "língua" das impurezas do exterior que nada mais é do que o real, o verdadeiro em termos de linguagem.

A essa altura, se manifesta mais um paradoxo. Para Saussure, os costumes são hábitos exteriores, mas esses hábitos exteriores marcam profundamente o "espírito da língua", "os costumes de uma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a nação" (22).

Ora, é bastante difícil enxergar essa afirmação de um ponto de vista lógico. Como é possível separar da língua a repercussão desses costumes para estudá-la isenta desses elementos exteriores? Como podemos evidenciar a existência desses elementos na língua? Ou melhor, como esses elementos se presentificam na língua? Para nós, isso sõ é possível por pura abstração.

Nesse contexto, argumenta ainda Saussure que "(...) a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos" (23). Essa colocação é de fundamental importância para o linguísta. Nela se encontra o

germe responsável pelo enfoque a-histórico da língua no decorrer deste século. Esse enfoque não foi outro senão o enfoque privilegiado da sincronia da língua. Aqui também se apregoa a estaticidade do conceito de sistema, ao mesmo tempo em que se instaura o grande entrave para o estudo do fator histórico e suas reflexões na língua.

É, justamente, no âmbito dessa discussão que Saussure nos apresenta uma nova dicotomia, propondo os termos sincronia/diacronia: "É sincrônico tudo quanto se relaciona com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções" (24). Portanto, privilegiando o enfoque sincrônico como aquele que vai preocupar-se com os estados de língua, estava Saussure construindo a Linguística Estática, a Linguística do sistema que, posteriormente, seria a da estrutura, a do modelo.

O corte dicotômico entre as duas disciplinas: Linguística Sincrônica e Linguística Diacrônica, vem a ser mais uma bifurcação a serviço da própria ideologia de fragmentação do objeto linguagem.

Para Saussure, uma "boa receita" para o linguísta que queira compreender um estado de língua é fazer dele "tabula rasa" de tudo quanto o produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o "passado" (25).

Além de levantar mais um agnosticismo, essa proposta saussureana nada mais é do que um convite à alienação dirigido ao cientista da linguagem, pelo fato de dogmaticamente considerar irrelevante para a descrição linguística as determinações históricas e suas marcas presentificadas nos estados de língua dados. Nesse contexto, como verificaremos mais adiante, Chomsky se arranja muito bem, pois de posse da ideologia da estaticidade da língua, tenta penetrar na mente humana com a finalidade de caracterizar o mecanismo de produção da fala.

A Linguística, mesmo que se queira elogiar as suas "boas receitas" e seus infalíveis "dotes terapêuticos", não chegou a operar o seu tão divulgado "corte" em relação à concepção de seu objeto. Apesar dos esforços levantados, aparecem, não raro, os mesmos preconceitos da Gramática Tradicional. Daí, não se poder enxergar uma verdadeira transformação, mesmo por que a conservação de certos entraves permitiu a Linguística voltar a velhos problemas disfarçados com roupagem nova e a marcar novas incoerências. Isso se manifesta, com certa insistência, nas próprias afirmações de Saussure, como evidencia o seguinte texto:

"Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Linguística volta rá ao ponto de vista estático da Gramática Tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos" (...) (26).

Para finalizar essas colocações a respeito do pensamento saussureano, ao qual ainda nos referiremos mais à frente, faremos, pois, algumas alusões a certos aspectos a título de conclusão deste item.

Saussure, ao introduzir os princípios de autonomia, imanência e sistema na Linguística, não o fez como algo que se pode elevar como novo, mas como quem o faz engajado na ideologia científica de seu momento histórico. A hipótese da existência real da entidade "língua" e sua independência de fato em relação ao indivíduo assumiu proporções maiores que a de um credo religioso. Seria (como foi de fato) uma incontestável motivação, orientada direta ou indiretamente, em direção a um marco empírico.

Portanto, o "Curso de Linguística Geral" de Ferdinand de Saussure, através da aplicação de seus ensinamentos, sob a responsabilidade de seus discípulos imediatos, ao estudo da linguagem humana, e, conseqüentemente, com a divulgação de seus resultados, constituiu o motivo condutor para o surgimento de todo o movimento estruturalista no âmbito das Ciências Humanas.

Dito isso, enquanto na Europa os linguistas desenvolviam uma atividade teórica cuja preocupação fundamental era aprofundar o discurso saussureano e, conseqüentemente, com base no seu conceito de sistema, desenvolver o conceito de estrutura, entendida como "A ordenação entre as partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo que se condicionam mutuamente", a linguística estrutural norte-americana, concomitantemente, orientava-se em direção ao estruturalismo através dos trabalhos de E. Sapir e de L. Bloomfield.

É bastante comum apontá-los como os dois grandes promotores do estruturalismo norte-americano: Franz Boas e Edward Sapir. Ambos estavam vinculados ao campo da antropologia, portanto dedicados, desde o início do século, ao estudo das culturas indígenas. Sapir, especialmente, teve seu mérito pelo fato de dirigir a sua preocupação para os aspectos sistemáticos das línguas, introduzindo essa preocupação na linguística norte-americana (27).

Foi, no entanto, Leonard Bloomfield quem, em sua obra clássica "Language", pôs um marco linguístico-teórico na linguística norte-americana.

A orientação da linguística norte-americana possui pontos sensíveis de diferença em relação à européia. Essa diferença reside, sobretudo, no próprio conceito de estrutura, entendida como "a repartição dos elementos tal como ela se verifica e a sua capacidade de associação e de substituição". Neste sentido, é importante a observação de Júlia Kristeva, citando Benveniste:

"O estruturalismo americano é sensivelmente diferente do que encontramos na Europa, segmenta o todo em elementos constitutivos e define cada um dos seus elementos pelo lugar que ocupa no todo e pelas substituições possíveis nesse mesmo lugar" (28).

Passaremos agora a fazer algumas referências significativas e caracterizantes do projeto linguístico norte-americano

de orientação bloomfieldiana. Logo na introdução de sua obra clássica, Bloomfield não hesita e anuncia o método único que considera válido para investigar a linguagem: "As únicas generalizações úteis sobre a língua são generalizações indutivas" (29). Ainda dentro dessa mesma visão, afirma que a gênese dos trabalhos linguísticos se encontra ligada a uma prática e, por isso, uma das tarefas do linguista é o estudo da língua em todas as suas manifestações observáveis.

Para Bloomfield, ao se estudar a língua, ter-se-á de fazer uma distinção, para ele, assaz importante, entre o "ato de fala" e as outras circunstâncias que vai denominar de "fatos práticos". Dessa forma, o linguista deverá considerar o seguinte:

- a) "fatos práticos que precedem o ato de fala";
- b) "o ato de fala";
- c) "fatos práticos que seguem ao ato de fala" (30).

Assim, "o ato de fala" se acha ladeado por "fatos práticos" numa sucessão temporal. "Os fatos práticos" que antecedem às palavras, Bloomfield denomina-os de "estímulos do falante"; "os atos práticos" que seguem às palavras do falante, isto é, a atitude do ouvinte, recebem a denominação de "resposta do ouvinte".

Prosseguindo, Bloomfield afirma que "A língua permite a uma pessoa ter uma reação (R) enquanto outra pessoa tem o estímulo (E)". Após uma explicação ingênua desse mecanismo da língua, Bloomfield chega ao extremo de suas posições, muito coerente com a idéia científica dominante na época, fazendo colocações simplórias como esta:

"só uma pessoa necessita saber subir numa árvore, uma vez que ela pode conseguir frutos para todas as outras, só uma necessita ser bom pescador, uma vez que pode prover as outras do pescado" (31).

Isso para concluir que "a divisão do trabalho, e com ela, o labor inteiro da sociedade humana, se deve à língua" (32). Mas, a uma língua modelada à base do estímulo e resposta, forjada mesmo por pressões estimulantes cujas respostas devem obedecer exatamente à natureza do estímulo proposto..

A analogia estabelecida por Bloomfield para conformar o "ato de fala" traz, mesmo que implicitamente, a própria legitimidade do poder em que o "poderoso", o "capaz", o "bem dotado" deve-se inclinar a serviço, "gratuitamente", dos fracos e incapazes. Essa visão de cunho "idealista-reacionário" é facilmente transportável para outras atividades de dominação. Sob essa ótica, a teoria lingüística se presta como instrumento para legitimar a ideologia dominante e, como tal, ganha (ganhou) vida e prestígio.

Ainda, conforme a visão de Bloomfield, o falante tem duas possibilidades de reagir ao estímulo (E):

E → R                    (Reação prática)  
R → r                    (Reação lingüística ou substituinte)

Do lado do ouvinte, esse fenômeno se processa e, nesse particular, Bloomfield faz questão de frisar, igualmente como no animal, da seguinte maneira:

(estímulos práticos)                    E → R  
(estímulos lingüísticos ou substituintes: e → R

Resumindo a ação completa, Bloomfield demonstra o seu esquema:

Reação muda                    E → R  
Reação condicionada pela fala: E.....r.....e.....R

Após essas considerações, Bloomfield estabelece uma distinção entre "a língua" como objeto de estudo da Lingüística e

os fatos reais ou práticos, estímulos e reações. Nesse contexto, o significado não se relaciona com a língua, nem com os fatos práticos. De modo geral, assim se resume a ação da fala:

"O homem produz muitas classes de ruídos vocais e faz uso dessa variedade, sob certa classe de sons, e os outros homens ouvindo esses mesmos sons respondem de maneira apropriada" (33).

Mais adiante, acrescenta que "(...)na fala humana, os sons distintos têm distintos significados" (34). Portanto, da interação entre certos sons e certos significados, resulta o estudo da língua.

Para justificar o seu projeto redutor e simplista, Bloomfield faz alusão ao fato de que:

"Na divisão do trabalho científico, o lingüista se ocupa apenas com os signos da fala (r ... e), pois não está capacitado para ocupar-se de problemas de fisiologia ou psicologia" (35).

Todo tipo de conceito que remeta a um estado interior do indivíduo é portanto excluído como carente de sentido, quando não é denominado de metafísico. A esse quadro pertencem, especialmente, conceitos como: consciência, vontade, intenção, em suma, toda a gama de conceitos que podemos denominar como mentais. Considerar esses aspectos é para Bloomfield cair no mentalismo, portanto, uma proposta ilusória que conduz ao animismo. As expressões como idéias, conceitos, atos de vontade, imagens e sentimentos, às quais recorrem os mentalistas, devem ser substituídas ou simplesmente reduzidas a "simples termos populares para vários movimentos corporais" (36).

Para o conjunto de conceitos mentalistas, tais como: "espírito", "vontade", "mente", Bloomfield reage com uma explicação mecanicista ou comportamentalista. Assim, os elementos não-físicos

sicos da linguagem nada mais são do que "movimentos silenciosos dos órgãos vocais, substituindo os movimentos do falar e não perceptíveis pelos outros: pensamos em palavras" (37).

De posse de toda uma aparelhagem técnica da psicologia behaviorista, Bloomfield se diferencia das pretensões da linguística européia para se inserir no quadro de uma psicologia condutivista.

A limitação imposta pela linguística de Bloomfield en contra suas raízes, portanto, na psicologia behaviorista. O behaviorismo defende que o comportamento é previsível a partir de si tuações em que se manifesta e que independe de qualquer fator in terno. Em conformidade com essa idéia, Bloomfield conclui que a fa la pode ser explicada através de suas condições externas de mani festação. Por conseguinte, o linguista terá como tarefa a ativi dade de descrever um "corpus" representativo de uma dada língua a través de processos sucessivos de observação, classificação, seg mentação e predição. Esses procedimentos vêm conferir à linguística bloomfieldiana o estatuto de uma disciplina que procede cienti ficamente conforme o quadro teórico do empirismo.

#### SITUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DETERMINANTE

É bastante complexo o empreendimento que tende a sepa rar os papéis reservados à ciência e às ideologias. Não será, tam bém, menos árduo situar a atividade científica no âmbito de instân cias ideológicas. São inegáveis os laços que unem as disciplinas Linguística e Antropologia, como também não se pode deixar de re conhecer que as pesquisas em Linguística tiveram origem no con tex to das pesquisas antropológicas.

Se é concebível denunciar, como o fez Gérard Leclerc (38), que a Antropologia foi a disciplina que ganhou foros de ci

ência vinculada a projetos ideológicos, não é um absurdo estender essa mesma denúncia aos projetos ambiciosos da teoria linguística, incluindo, neste contexto, as suas mais recentes versões.

As reflexões sobre a língua ou linguagem, como a maioria dos linguistas prefere, nunca estiveram à margem de interesses estatais. Mesmo nas reflexões mais aparentemente ingênuas, como no caso das reflexões filosóficas empreendidas por estudiosos da antiguidade greco-romana, o estudo da linguagem humana traz a marca constante de interesses ideológicos.

Um outro exemplo típico de interesses dessa natureza remete ao velho comportamento de nossas gramáticas tradicionais normativas, aparentemente neutras, "benfazejas" e "docemente instrutivas", porém, inteiramente entregues a um pragmatismo social do qual tiraram (e ainda tiram) toda a sua força de subsistência. Tais procedimentos constituíam uma arma poderosa que deram (e dão ainda) às classes dominantes instrumentos de dominação, a nível do que Althusser denominou de "Aparelhos Ideológicos de Estado" (39).

Essa finalidade das gramáticas normativas sempre foi camuflada, por isso ainda hoje flutua mascarada de toda sorte de

Com efeito, seria de estranhar que a Linguística nascida no contexto de uma disciplina como a Antropologia, que serviu aos interesses de uma metrópole colonizadora, surgisse como disciplina autônoma completamente isenta da ideologia que a sustentou e lhe deu condições de existência própria.

Faz parte, portanto, do estudo de qualquer disciplina, a necessidade de investigar as suas origens e precursores. Não obstante, resumir-nos-emos a traçar, de forma esquemática, apenas o ambiente intelectual que serviu de suporte às investigações linguísticas que receberam o nome de estruturais.

## CONTEXTO EUROPEU

O desenvolvimento das ciências, no final no século passado, se insere no quadro da teoria positivista. Tomando os princípios do positivismo como quadro de referência teórica, as ciências ditas humanas não só encontraram motivos que lhes concederam rigor nas investigações, mas também viram, nesse quadro de referência, sinais precursores de uma verdadeira atividade científica.

A teoria positivista penetra no campo das ciências do final do século passado através das idéias de Augusto Comte. Este filósofo se tornou o mais veemente defensor do desvio de métodos característicos das ciências ditas exatas para o campo das investigações dos fenômenos sociais. Comte não mediu esforços para propagar o seu positivismo como uma espécie de filosofia da "reorganização dos fenômenos sociais". Neste sentido, escrevia:

"(...) a filosofia positiva é a única destinada a prevalecer, conforme o curso ordinário das coisas. Só ela, desde uma longa série de séculos, constantemente progrediu, enquanto suas adversárias estiveram constantemente em decadência. (...) Essa revolução geral do espírito humano está hoje quase inteiramente realizada. Nada mais resta, como indiquei, além de completar a filosofia positiva, introduzindo nela o estudo dos fenômenos sociais e, em seguida, resumila num único corpo de doutrina homogênea. Quando este duplo trabalho estiver suficientemente avançado, o triunfo definitivo da filosofia positiva ocorrerá espontaneamente e restabelecerá a ordem na sociedade" (40).

O quadro de referência proporcionado pelo positivismo suplantou os demais enfoques científicos até então em voga. Impõem-se, portanto, ao pesquisador da época, novas técnicas de operação científica, tendo como um de seus objetivos prioritários evitar uma interpretação psicologizante do fenômeno social. Assim, o posi

tivismo: a) evita a apreensão imediata da realidade; b) evita a análise subjetiva dos fenômenos e da investigação intuitiva de suas essências; c) subordina a imaginação à observação. (41).

De posse da ideologia positivista, o cientista nada mais era (ou é) do que um simples observador de fenômenos e se limita a fixar as possíveis regularidades existentes nos fenômenos observados. O pragmatismo da ideologia positivista não ultrapassava o conhecimento de leis fixas e rígidas que determinam a atividade humana, seja ela qual for; atuava não como um valor metodolôgico puro e simples, mas, sobretudo, como um valor educativo em relação à consciência do investigador. Daí porque "o positivismo visa à dedução de preceitos a partir da observação das regularidades. Da lei constatativa passa-se então para a lei prática, do Saber para o Poder" (42).

O primeiro reflexo dessa "profecia apocalíptica" comteana na ciência linguística se evidencia nas investigações dos neogramáticos e nas determinações que orientam quanto ao problema das mutações fonéticas. Desta forma, os neogramáticos marcados pelo espírito da filosofia positivista, viam nas mutações fonéticas nada mais que transformações mecânicas e gerais, regidas por leis deterministas, das quais nenhum membro de uma comunidade linguística escaparia. (43).

O panorama do início deste século pareceu prometer uma mudança de perspectiva. O positivismo foi submetido a severas críticas. Com isso, não se quer dizer que a sua influência declinasse ou cessasse de marcar profundamente a atividade científica desse momento histórico. As críticas levantadas em torno do positivismo conduziam muito mais ao aperfeiçoamento de suas técnicas de investigação do que a contrariar os seus princípios teóricos básicos.

Assim, o pensamento positivista se expande e se enraíza, como quadro de referência teórica, no seio da atividade cienten

tífica do começo de nosso século. É desse modo que vamos encontrar, no pensamento sociológico durkheimiano, um fiel seguidor dos postulados da filosofia positiva. A sociologia funcionalista de E. Durkheim nada mais é do que um prolongamento, mais acurado (e acabado) do pensamento comteano. As "profecias" comteanas vão encontrar na sociologia durkheimiana uma maneira de realização. A tentativa de inclusão dos "fenômenos sociais" no quadro da doutrina positivista é posta em prática, principalmente, através dos ensinamentos da sociologia funcionalista que teve na figura de Durkheim o seu teórico mais acabado. (44).

Cabe, pois, enfatizar alguns dos traços decisivos que caracterizam o pensamento sociológico de Durkheim, principalmente aqueles que marcaram profundamente a teoria linguística do início deste século.

Na literatura sociológica é comum dizer que o pensamento de Durkheim possui características inconfundíveis, haja vista certas particularidades sobre as quais repousam suas reflexões. Dessas particularidades, merecem especial referência certas dicotomias ou "oposições binárias" que subjazem à maioria de seus conceitos fundamentais.

Em primeiro lugar, um conceito que carece de particular consideração, neste estudo, é o de "fato social". Para Durkheim, o "fato social" era concebido como:

"toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é igual na extensão de uma sociedade dada, apresentando existência própria independente das manifestações individuais que pode ter" (45).

Conforme a definição acima, "fato social" se identifica, praticamente em sua totalidade, com as manifestações coletivas. (46). As manifestações individuais são excluídas como "fatos

sociais" propriamente ditos. Ainda nessa concepção, as manifestações individuais sofrem a coerção das representações coletivas (47) e só se movimentam ou se alteram dentro dos limites permitidos por esse poder coercitivo exterior aos indivíduos. São, portanto, "fatos sociais" e, apenas estes, todas as "práticas do grupo tomadas coletivamente" (48), nada de particular ou de individual ascende à categoria social.

Na concepção de Durkheim, os fatos particulares e individuais só podem ser explicados do ponto de vista psicológico, remetendo assim à psicologia, em oposição ao que é geral, coletivo, que encontra explicação do ponto de vista sociológico, portanto, é motivo para a sociologia.

Em segundo lugar, o "fato social" como representação geral ou coletiva vem constituir-se em objeto de conhecimento da ciência sociológica. E, nessa perspectiva, o "fato social" deve ser encarado, pelo sociólogo, como uma entidade real, como "coisa".

"É coisa, todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender senão sob condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os mais visíveis e mais profundos" (49).

Utilizando a argumentação de Steve Lukes a respeito da concepção durkheimiana de "coisa", Eis como podemos entender o conteúdo da palavra "coisa" no quadro do pensamento sociológico em questão:

a) "fenômenos com características independentes do observador; b) fenômenos cujas características só podem ser determinadas através de investigação empírica."

ca (por oposição ao raciocínio ou intuição "a priori"); c) fenômenos cuja existência é independente das vontades individuais; d) fenômenos que só podem ser entendidos através da observação externa, isto é, através de indicadores, tais como: códigos legais, estatísticos etc." (50).

As indicações precedentes, embora de forma bastante esquemática, se nos mostram suficientes para atribuir à sociologia durkheimiana um suporte indiscutivelmente positivista.

Assim, por outro lado, ao par dicotômico social / individual, somam-se outros que vão compor uma série de "oposições binárias" sobre as quais se suportam as idéias de Durkheim. Eis, portanto, outras dicotomias que gozaram de igual prestígio na teoria sociológica moderna: essencial/acidental, normal/patológico, sagrado/profano etc. Isso nada mais revela do que verdadeiros juízos de valor. E, muitas vezes, como observou Steven Lukes (51), esses pares opositivos não são apenas ambíguos, como até mesmo contraditórios.

A partir dessas considerações, podemos evidentemente imaginar que as indagações teóricas que tanto preocuparam Ferdinand de Saussure levaram-no a se filiar ao pensamento sociológico dominante na época, no qual encontrou respostas para suas preocupações de cientista da língua.

Não se pode negar que Saussure foi o transplantador das idéias sociológicas de Durkheim para a Linguística do século XX, como também não se pode deixar de reconhecer, nesse linguísta, um herdeiro da inclinação durkheimiana para a dicotomização e o dualismo, pedra de toque da crítica sociológica atual em direção não só ao sociologismo durkheimiano, mas também à atitude ainda em plena ascensão na Linguística atual.

É justamente com base na dicotomia durkheimiana de so

cial/individual, como faces do que denomina de "fato social" que Ferdinand de Saussure forja a sua primeira e grande dicotomia - "Langue/parole" - atribuindo ao primeiro membro da dicotomia (langue) o estatuto de social, coletivo, e como tal, o elegeu como objeto de conhecimento da ciência lingüística, ao passo que, ao segundo membro da dicotomia (parole) reservou o caráter de individual e particular, não fazendo parte, portanto, das preocupações dessa ciência.

Tanto em Ferdinand de Saussure, quanto em Émile Durkeim, a dicotomia essencial/acidental adquire uma importância fundamental. Cada elemento dessa dicotomia vai corresponder, respectivamente, aos conceitos de coletivo e individual. O tratamento científico em ambos os autores se dirige apenas ao elemento exterior ao indivíduo, à "coisa", na terminologia de Durkheim. O individuo, ou melhor, o individual tem lugar apenas enquanto objeto manipulável por essa "coisa" definida como coletiva.

Essa mentalidade permaneceu (e permanece ainda) presente nas mais sofisticadas versões da teoria lingüística moderna. Presa a dicotomias, a teoria lingüística moderna não só reificou a "língua" com o seu conceito de "linguagem", mas também lhe atribuiu qualidades misteriosas e desnorteantes como se se tratasse da dicotomia - "Deus x máquina".

#### CONTEXTO NORTE-AMERICANO

As tendências da investigação científica no meio intelectual norte-americano dos começos deste século não se afastam do ambiente europeu comentado acima. Pelo contrário, é da atividade científica em voga na Europa, daquela época, que os procedimentos de investigação na América do Norte derivam. Ressaltamos, porém, que além desse possível vínculo, há outras preferências no tocante a correntes que mais prontamente respondessem às necessidades-pragmáticas do momento.

Portanto, é ainda no positivismo que vamos encontrar a gênese dos procedimentos que suportaram a Psicologia Behaviorista cuja formulação inicial está ligada às idéias de J.B. Watson e à teoria do reflexo condicionado de Pavlov. As características determinantes no pensamento desses autores se resumem ao fato de rejeitarem qualquer referência à mente ou a processos mentais, procurando, ao invés disso, descobrir o funcionamento dos mecanismos envolvidos no comportamento. Este, por sua vez, se evidencia através do esquema do "estímulo-resposta" (E-R).

Apesar de, em seu programa positivista, Augusto Comte ter excluído a Psicologia como área de seu interesse, argumentando que a introspecção sob todas as suas formas não passa de uma contemplação ilusória e que somente permanece válida a observação externa do indivíduo, nem por isso essa disciplina se afasta das malhas da ideologia do pensamento positivista. Assim, se a contribuição das idéias de Comte à Psicologia não remete ao nível teórico propriamente dito, remete, sem dúvida, ao nível metodológico.

Ora, se no esquema comteano não há um lugar específico para a psicologia, não quer dizer que ela, a psicologia, não se tenha utilizado de sua sugestão geral ao afirmar que o comportamento, as instituições e a organização política humanos podiam ser investigados utilizando uma mesma espécie de método, ou ainda, na idéia de Comte em insistir na unidade das ciências (52).

É, realmente, da versão mais austera do positivismo tradicional, denominada de Positivismo Lógico, que a Psicologia vai receber as mais profundas e decisivas influências (53).

"Em sua atitude para com a psicologia os positivistas lógicos foram, como era de se esperar, fervorosos adeptos do behaviorismo inicial. Na rejeição, pelos behavioristas, da introspecção como método e na sua recusa em conceder a experiência subjetiva qualquer lugar no discurso científico, os positivistas viram um reflexo de sua própria insistência

em que a ciência se baseie exclusivamente em descrições de fatos elementares. Esses fatos básicos correspondiam a "átomos da experiência" - percepção simples, inequívocas, sobre as quais, asseveram eles, não poderia haver discordância alguma entre observadores. Todos os enunciados usados em ciência tinham que ser redutíveis a essas simples unidades de observação e, com efeito, sustentava-se que o próprio significado de um enunciado científico era idêntico ao Método empregado para verificar suas partes constituintes" (54).

O positivismo lógico, como derivado do positivismo comteano, exerceu influência direta em várias áreas do conhecimento, principalmente, no campo da ciência psicológica. A influência mais genérica remete à própria natureza da investigação científica. Além do reducionismo fisicalista que visava a limitar todo e qualquer enunciado de uma ciência a proposições simples que descrevessem o comportamento físico dos corpos, o papel da teoria também se limitava à organização pura e simples de fatos sistematicamente coerentes, a partir dos quais pudesse ser previsto ou deduzido um conjunto de novos fatos.

Uma outra contribuição da doutrina positivista remete ao conceito de "explicação", pautado à luz dos raciocínios lógicos e matemáticos. O procedimento explicativo se define tendo em vista o estabelecimento de "leis quantitativas" que colocaram as ciências humanas ou sociais no âmbito do reducionismo ou do construtivismo. (55)

A ciência psicológica, tributária portanto da doutrina positivista, encontrou na figura de B.F. Skinner seu grande doutrinador. Assim, a posição skinneriana é o ramo mais acabado da psicologia behaviorista. Esta doutrina ganhou foros de autêntica legitimidade com as técnicas e táticas psicológicas skinnerianas e penetrou em todos os setores institucionais: econômico, político, militar, escolar, administrativo etc.

Quanto à tática do "estímulo" e resposta" dos behavioristas, na opinião de Nick Heather:

"Trata-se realmente de uma tecnologia para a normalização do comportamento das pessoas. A experiência que acompanha esse comportamento, as emoções talvez de dor, desespero, cólera ou júbilo, o significado do comportamento em função da experiência de vida da pessoa, tudo isso é rechaçado como irrelevante meros epifenômenos sem influência alguma sobre o comportamento e sem lugar num discurso científico. Tudo o que se considera é o comportamento manifesto, e se está ou não de acordo com os padrões autoritários do psicólogo. A psicologia skinneriana é a essência da psicologia alienada na prática" (56).

Tendo examinado rapidamente a linha básica da doutrina behaviorista, levada às últimas conseqüências pelas posições radicais de B.F. Skinner, voltemos agora nossa atenção para aspectos gerais do movimento cibernético que também exerceu profundas e decisivas influências em várias áreas do conhecimento e, com destaque na atividade científica norte-americanas do período durante e após a segunda guerra mundial.

O movimento cibernético está ligado às necessidades da guerra e seu ponto de partida se encontra nos trabalhos de Norbert Wiener e sua equipe de investigadores do "Massachusetts Institute of Technology". A Cibernética, definida como a ciência da ação, da totalidade sintética e não analítica, tinha o propósito de compreender todo e qualquer sistema de controle e comunicação, quer seja ele físico e artificial, orgânico ou de ocorrência natural. Todo sistema é passível de ser estudado mediante o mesmo conjunto de conceitos. Daí porque, no pensamento cibernético, a distinção entre o vivo e o não vivo é considerada insignificante.

Faz parte ainda do raciocínio cibernético a idéia de que o homem, em qualquer caso, do mesmo modo que todos os organis

mos, é uma máquina. Decorrem disso os trabalhos que visavam (e vi sam ainda) a estabelecer uma analogia entre os mecanismos do ceré bro humano e os dos computadores. Assim, a disciplina Cibernética vai se colocar no âmbito das disciplinas gerais do espírito, tais como: a lógica, a filosofia, a metodologia e a matemática. Por con seguinte, o espaço de atuação da Cibernética se tornou sensivel mente amplo, penetrando em áreas de conhecimento as mais diversas, desde a engenharia, a matemática e a lógica, às disciplinas ditas humanas, como a antropologia, a psicologia, a sociologia e a lin güística.

No âmbito dos objetivos da Cibernética se destaca a preocupação de dominar, isto é, compreender um determinado sistema. Essa idéia pode ser traduzida de acordo com as quatro condi ções apresentadas por A. Moles: a) tomar conhecimento da estrutu ra interna do sistema, num momento dado; b) fazer a descrição dos elementos exteriores do sistema e das interações deste com o mun do circundante; c) tomar conhecimento do estado interior do siste ma, das grandezas que caracterizam cada um dos elementos que com põem o sistema; e, d) tornar possível a previsão da evolução do sistema como um todo, tendo em vista não só o seu estado interior, mas também o seu estado exterior. (57).

Para o empreendimento a que se propõe a investigação - cibernética vai ser necessária a relação - mundo interior/mundo ex terior. Para tal, a Cibernética toma como pedra de toque de sua doutrina o par: ação/reação.

Por outro lado, ligados a esse par, estão os conceitos de "aferentes", isto é, órgãos sensoriais, e "eferentes", isto é, órgãos de ação. Enquanto que os "aferentes" são os órgãos que acu sam quaisquer modificações do meio, os "eferentes" são órgãos que vão permitir agir e modificar o mundo exterior.

A Cibernética, dentre outras, tem a finalidade de des crever o mecanismo implícito na natureza dos pares anteriormente

comentados. No âmbito da descrição desse mecanismo, a Cibernética recorre à idéia de "caixa preta" que, segundo A. Moles:

"é equivalente neste neocartesianismo da máquina ao princípio cartesiano: dividir as dificuldades em tantas partes quanto necessário, o suficiente para resolvê-las, tal como esse princípio se projeta no neocartesianismo da máquina" (58)

Ainda, conforme A. Moles, a "caixa preta" assume, portanto, uma forma cúbica, dotada de uma entrada (imput) e de uma saída (output), cuja estrutura interna pode ser aparentemente ignorada de forma que se possa considerar unicamente o seu aspecto funcional.

"A caixa preta corresponde à idéia de uma espécie de mecanismo de colocação de nossas observações acerca do mundo exterior em determinado nível" (59).

A hipótese mecanicista de que o homem funciona como uma máquina traz de volta o dualismo cartesiano -homem/máquina-legítimo correspondente dos pares - espírito/cérebro, espírito/corpo - da tradição filosófica dualista, cujas repercussões na ideologia científica norte-americana do pós guerra são patentes principalmente em biologia, psicologia e linguística (60).

O raciocínio cibernético firma uma analogia entre o computador e o ser humano; a partir dessa crença, constrói modelos ou simulacros que são hipostasiados como propriedades reais da mente humana. No campo da investigação linguística moderna, a influência do pensamento tecnicista norte-americano é extremamente visível. A técnica da simulação por computador vem marcando decisivamente a mentalidade de grupos de cientistas que procuram dar à "língua" ou à "linguagem", como preferem, um tratamento à luz dos progressos da mecânica.

Basta que se examine a idéia de - estrutura/profunda e

estrutura/superficial para que se evidencie a proximidade da ciência lingüística atual com a técnica de simulação por computador.

A investigação da estrutura superficial não é um empreendimento que baste ao lingüista; de algum modo, tem-se que inferir a estrutura profunda. Uma vez que o organismo se organiza a si próprio, cabe ao lingüista procurar compreender os princípios dessa organização.

A técnica da simulação por computador foi transferida para a Lingüística atual a partir das idéias de Chomsky. Para este lingüista, não basta o exame da estrutura superficial da linguagem, de algum modo tem-se que inferir a estrutura profunda. O organismo se organiza a si próprio e está no campo de interesse do lingüista procurar compreender os princípios e leis que regem essa organização.

A importância do advento dos computadores para os lingüistas atuais reside no fato de terem fornecido uma série de maneiras sistemáticas de fazer inferências a respeito da estrutura profunda, com vista a elucidar os mecanismos que regem a competência lingüística dos seres humanos:

"o enfoque de Chomsky é grandemente consentâneo com a simulação pelo computador, pelo fato de acreditar que para compreender a linguagem é preciso que se possa escrever uma gramática exata e eficiente (muito semelhante a um programa), capaz por si mesma de gerar potencialmente todas as proposições gramaticais de uma língua, e nenhuma não-gramatical. Usando os próprios termos de Chomsky, ele sustenta que para compreender o desempenho lingüístico tem-se que compreender a competência lingüística" (61).

É importante notar que, além da possível influência da mentalidade européia, isto é, do contexto da sociologia funcionalista, tal como esquematizamos anteriormente, na atividade científica norte-americana, outras influências provenientes da Psico

logia Behaviorista e da ideologia dos procedimentos da tecnologia dos computadores, isto é, o pensamento cibernético, marcaram decisivamente a mentalidade do cientista norte-americano, principalmente no que diz respeito às ciências humanas ou sociais.

Pouco importa de onde provenha ou não o germe dessa atividade científica, esteja ela ligada, direta ou indiretamente, ao contexto europeu da sociologia funcionalista ou, ainda, vinculada às técnicas e procedimentos da psicologia behaviorista ou ao raciocínio do movimento cibernético, isso não constitui motivo para gerar polêmica. Em qualquer um desses casos, há um suporte comum que subjaz a essa aparente diversidade de enfoques. Todos eles se sustentam numa base ideológica comum que não é outra senão a doutrina positivista. O positivismo está presente nessas mentalidades, quer em sua formulação tradicional, quer em sua versão moderna e mais radical, o positivismo lógico ou empirismo lógico.

Portanto, para os nossos propósitos neste estudo, é necessário observar a assistência que o positivismo legou a toda atividade científica contemporânea, conferindo-lhe não propriamente a designação de "científica", mas de cientificista.

"O positivismo é, nesse sentido, o plano da existência do escapismo, uma vida voluntariamente desligada da participação em qualquer coisa que não possa ser corretamente formulada. A linguagem que ele impõe insenta-nos do dever de discutir os mais importantes conflitos vitais" (62).

O positivismo foi o modelo para a atividade científica e para a manutenção dessa atividade, na sociedade tecnocrática de consumo. É nesse quadro que se insere a teoria linguística, em qualquer de suas versões, tal como a descrevemos anteriormente, e a seguir, completaremos.

A teoria lingüística é, pois, produto da falácia científica do século XX. Ela é tributária, tal como a sociologia durkheimiana, o behaviorismo ou o movimento cibernético, da ideologia positivista que, por sua vez, nada mais é do que:

"... o produto de uma cultura específica, na qual a eficiência tecnológica é considerada o seu valor supremo aquela cultura que chamamos usualmente de "tecnocrática". É uma ideologia tecnocrática sob o disfarce de uma visão antiideológica do mundo, expurgada de juízos de valor" (63).

#### ENFOQUE RACIONALISTA: A GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL

Na segunda metade da década de 50, uma nova corrente lingüística surge, nos Estados Unidos. Trata-se, portanto, dos estudos lingüísticos de Noam Chomsky, pesquisador vinculado ao "Massachusetts Institute of Technology". O aparecimento de sua obra "Estruturas Sintáticas", em 1957, marca o início de uma difusão bastante rápida das idéias desse lingüista norte-americano.

O modelo chomskyano de teoria lingüística, vulgarmente denominado de Gramática Gerativo-transformacional, pretendia tomar o caminho oposto ao da lingüística estrutural tradicional. Para Noam Chomsky, a lingüística estrutural já havia acumulado dados suficientes através de uma metodologia centrada na observação e na análise de um "corpus" representativo de uma dada língua. Os processos de segmentação e classificação tinham atingido as últimas conseqüências. Fazia-se, portanto, necessário ultrapassar esse estágio taxionômico da lingüística estrutural e operar um salto qualitativamente superior, isto é, romper com a fase descritiva pura e simples e passar à fase teórica ou explicativa.

Não nos vamos ater às diversas modificações por

que tem passado o pensamento chomskyano. Faremos apenas alusões a determinados postulados básicos de sua fase clássica. Sem preocupação com detalhes, traçaremos um ligeiro perfil da evolução por que têm passado as idéias de Chomsky a partir da formulação de seu modelo-padrão.

Noam Chomsky é legítimo herdeiro da linguística estrutural de orientação bloomfieldiana e pós-bloomfieldiana, tanto que conservou, desse raciocínio, o rigor formal e neutro de seus postulados, bem como o desprezo e a desconfiança em relação à investigação no campo do significado. Como observa Júlia Kristeva:

"Interessando-se muito pelos problemas levantados pela tradução automática, e preocupado em resolver certas dificuldades que a análise sintagmática se mostra incapaz de levantar, Chomsky tentará criar uma nova teoria gramatical, marcada pelo tecnicismo e da cientificidade de uma formulação matemática, sem recorrer à semântica" (64).

Assim, em lugar de uma abordagem que remetia a princípios empiristas de tratamento analítico das estruturas linguísticas, Chomsky se propõe a uma abordagem sintética dessas estruturas, ao mesmo tempo em que diz ser seu pensamento tributário do raciocínio formal de inspiração cartesiana.

A formulação inicial do pensamento chomskyano, tal como se acha expresso na obra "Estruturas Sintáticas", se limita, sobretudo, a denunciar o alcance das análises de cunho distribucionalista pautadas nas operações de segmentação e classificação, com base na hierarquia das unidades linguísticas. Para Chomsky, esse procedimento levava, pura e simplesmente, à construção de uma gramática de listas incapaz de dar conta da potencialidade infinita que uma dada língua possui para produzir orações gramaticalmente válidas.

Para compreender tais falhas, Chomsky concebe a gramã

tica como um sistema de regras recursivas em número finito, mas que permite engendrar todas as frases possíveis de uma língua. Chomsky começa por examinar dois tipos de descrição gramatical. O primeiro modelo é o sugerido nos termos do processo markoviano que ele recusa por considerar incapaz de explicar o mecanismo complexo de que um locutor dispõe e que lhe possibilita produzir e compreender novos enunciados; o outro é o modelo de descrição proposta pela teoria dos constituintes imediatos, igualmente rejeitado por ser capaz de descrever, mas não de explicar o mecanismo de produção de frases inglesas.

No entanto, para a construção da gramática gerativa, Chomsky escolheu uma teoria linguística existente e considerou que a teoria dos constituintes imediatos era a mais indicada desde que se lhe acrescentassem novas regras. Chomsky propõe o conceito de transformação gramatical e introduz, nesse modelo de descrição linguística, um componente transformacional que opera sobre uma dada sequência e converte-a em uma nova sequência portadora de uma nova estrutura derivada. É o poder de transformar estruturas que vai conferir a gramática o que Chomsky denomina de poder explicativo.

Essas são as formulações iniciadas no pensamento linguístico chomskyano (65). O desenvolvimento das idéias de Chomsky só teve lugar a partir da difusão de seu modelo inicial. É, justamente, a partir de 1965 que a gramática gerativa entra em sua segunda fase, encontrando, aí, a mais perfeita expressão que mereceu a denominação de teoria-padrão (66).

A característica mais notável dessa segunda fase é o retorno ao mentalismo a que Chomsky se propõe. Contrapondo-se ao mecanicismo da linguística estrutural tradicional, cujos procedimentos seguiam o modelo da indução, Chomsky se coloca na estratégia oposta e se declara filiado ao pensamento racionalista de tradição cartesiana, cuja metodologia se pauta no modelo da dedução.

Não se trata mais, portanto, de uma abordagem centrada na observação e registros de dados, mas de uma descrição rigo-

rosa das estruturas mentais que subjazem a essa realidade lingüística observável. Com esse objetivo, Chomsky define o que deve ser para ele o objeto de uma teoria lingüística:

"A teoria lingüística tem antes de mais como objeto um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesses e erros (casuais ou característicos)" (67).

Assim, definido o objeto da teoria lingüística, Chomsky exclui tudo o que caracteriza o uso efetivo da língua em situações concretas e em contextos reais que não se identifiquem com os estabelecidos em seu programa.

Chomsky observa, ainda, que o conjunto limitado de meios existentes na cabeça do falante representa um tipo de conhecimento que se refere às regularidades de sua língua e que entra em jogo na realização efetiva da língua. Esse conhecimento, totalmente inconsciente, é expresso através de intuições do falante, no modo como julga o possível e o impossível, o real e o irreal em relação a sua própria língua. Para descrever esse sistema de conhecimento, Chomsky opera uma primeira clivagem entre a "competência" e o "desempenho". Esses dois pólos são, freqüentemente, reduzidos à oposição saussureana de Langue/parole, mas os termos não são exatamente simétricos.

Tanto a língua, em Saussure, quanto a competência, em Chomsky designa os meios colocados à disposição do sujeito falante para se expressar, mas, a competência comporta, além disso, o saber intuitivo que permite ao sujeito falante emitir um juízo de valor a respeito do que é ou não permitido em sua língua. Portanto, o conceito de competência implica, no sujeito falante, uma atividade criadora que se opõe ao caráter passivo que comumente se

atribui ao conceito saussureano de Língua.

O conceito de competência só adquire a devida clareza quando se delimita, perante a sua contraparte conceptual, a performance ou desempenho. Assim, a competência é definida como "o conhecimento que o falante-ouvinte possui da língua" (68), ao passo que a performance é a realização efetiva dessa competência em situações concretas. Por outro lado, a performance "só é um reflexo direto da competência no caso de vigorarem as condições ideais estabelecidas"... (69). Estas "condições ideais" são, pois, aquelas inseridas no conceito de teoria linguística anteriormente referido.

Com base na dicotomia - competência/performance- dois outros conceitos foram forjados, o de gramaticalidade e o de aceitabilidade. O conceito de gramaticalidade diz respeito à competência e se limita ao julgamento que cada falante pode emitir sobre os enunciados de sua língua. Nesse caso, um determinado falante pode dizer se uma frase de sua língua está bem formada, se respeita as regras da gramática que ele tem em comum com os demais falantes que utilizam a mesma língua. Esse julgamento não depende da experiência do falante, mas de um sistema de regras gerais interiorizadas durante a aprendizagem da língua.

Por outro lado, o conceito de aceitabilidade remete à performance e não está em conformidade apenas com as regras da gramática, como no caso do conceito de gramaticalidade; diz respeito, pois, às regras definidas pela situação ou contexto ou pelas propriedades psicológicas que envolvem o falante no ato de fala. Em qualquer caso, conforme veremos adiante, quer se trate de gramaticalidade ou de aceitabilidade, o que está implícito no universo desses conceitos é um julgamento, um juízo de valor.

Depois de estabelecida a clivagem entre competência e performance ou desempenho, Chomsky assinala que o objetivo do linguista será determinar:

"a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe a uso na performance efetiva" (70).

Nesse caso, "a teoria linguística é mentalista, na medida em que tem como objetivo descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento efetivo" (71).

Por conseguinte, a gramática gerativa tem por objetivo construir um modelo da competência linguística, pretendendo, destarte, ser uma descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte. A isso Chomsky acrescenta os seguintes aspectos, como intrínsecos à natureza de uma gramática gerativa:

a) - terá por objeto, principalmente, processos mentais que estão muito além do nível da consciência efetiva ou mesmo potencial de um falante-ouvinte;

b) - preocupar-se em explicar o que o falante sabe efetivamente e não o que poderia informar a respeito de seu conhecimento;

c) - não se constituir um modelo do falante e/ou do ouvinte. Neste aspecto, deve ser o mais neutro possível, em relação à base para o uso efetivo da língua por um falante-ouvinte;

d) - descrever o modo prático e eficiente de o falante ou ouvinte proceder em termos linguísticos não está no âmbito da teoria da competência, é da alçada da teoria da performance; a teoria da competência pode auxiliar a teoria da performance, mas não determina a natureza do funcionamento de um modelo da percepção ou de um modelo da produção da fala. As investigações no campo da performance estão subordinadas ao progresso da teoria da competência;

e) - uma gramática deve ser concebida como um sistema finito de regras, uma espécie de mecanismo, que permite engendrar

(gerar) todas as frases possíveis de uma língua, e somente elas. Es se sistema compreende três componentes: 1) o sintático que é o úni co componente gerativo; 2) o fonológico que determina a forma fo nética de uma frase; 3) o semântico que determina a interpretação semântica das frases engendradas;

f) - a gramática deve especificar, para cada frase, a través de seu componente sintático, uma estrutura profunda e uma estrutura de superfície. A estrutura profunda é, pois, uma reali dade mental, uma representação subjacente dos elementos lingüísti cos que ficaram na estrutura de superfície. Os demais componentes, o fonológico e o semântico, atuam sobre essas estruturas como com ponentes meramente interpretativos;

g) - dentro desse contexto, o termo gramática é usado com uma ambiguidade sistemática, indo-se ora à teoria da língua que o falante nativo possui, ora à explicação que o linguista for nece dessa língua;

h) - é do interesse da teoria lingüística considerar o problema abstrato de construir um modelo de aquisição para a linguagem, isto é, construir uma teoria da aprendizagem da lingua gem pela criança;

i) - uma teoria lingüística deve incorporar, no âmbi to de suas explicações, também uma referente aos universais lin güísticos, e atribuir um conhecimento tácito desses universais à criança. Portanto, uma explicação das capacidades lingüísticas ina tas fornecerá a base para a teoria da aprendizagem da linguagem;

j) - a gramática de uma língua particular deve ser com pletada por uma gramática universal que dê conta do aspecto cria tivo do uso da linguagem e que formule as regularidades profundas que, por universais, são omitidas da gramática propriamente dita.

Por conseguinte, a perspectiva, a longo termo, da Gramática Gerativo-transformacional remete a uma gramática universal que examinaria as condições que todas as línguas naturais devem preencher. Chomsky descobre, nesse projeto, uma preocupação importante que fez parte das reflexões tradicionais sobre a linguagem proposta, sobretudo, pelas gramáticas gerais. Nesse ângulo, colocam-se, novamente, problemas ligados à relação linguagem e pensamento e ao reconhecimento da criatividade da linguagem, tidos como rejeitados pela tradição da linguística estrutural.

Chomsky recusa, pois, a concepção empirista, segundo a qual a aprendizagem de uma língua se faz por analogia e generalização, portanto, por aplicação de princípios indutivos, em virtude de esse procedimento não ser capaz de explicar o fato de a criança dominar, em período relativamente curto, um complexo sistema que lhe possibilita produzir uma infinidade de frases jamais ouvidas. Desconhecer esse fato, para Chomsky, constitui-se o maior defeito do ponto de vista técnico da teoria tradicional, pois esta não dispunha dos mecanismos que permitissem formular todo um sistema de processos recursivos.

Abandonando o raciocínio empirista, Chomsky se coloca no quadro do racionalismo clássico e se propõe elaborar um modelo que dê conta do mecanismo que permite a aquisição da linguagem pela criança e, como tal, capaz de dar conta das estruturas e do funcionamento das línguas.

Em conformidade com as idéias mestras da gramática gerativa, Chomsky frisa que a tese racionalista

"sustenta que, para além dos mecanismos de processamento periféricos, (...) existem idéias e princípios inatos de vários tipos que determinam a forma de conhecimento adquirido dum modo que pode ser considerado bastante restritivo e altamente organizado" (72).

Baseando-se assim no conceito de "idéias inatas", de Descartes, Chomsky acrescenta que "... as idéias inatas são aquelas que surgem da faculdade de pensar mais do que dos objetos externos" (73).

Não é somente a doutrina de Descartes e de seus seguidores imediatos que Chomsky procura filiar seu pensamento. Ele faz também referência ao pensamento subjetivo e romântico da universalidade das idéias inatas do sujeito, defendido por W. von Humboldt, filósofo idealista inscrito no mesmo quadro da tradição racionalista cartesiana. Dito isso, é na idéia humboldtiana de língua "como uso infinito de meios finitos" que Chomsky elabora os seus conceitos de criatividade e de recursividade. O primeiro, entendido como o aspecto criador do uso da linguagem, e o segundo, como a propriedade do que pode ser repetido de modo infinito, propriedade esta essencial às regras da gramática gerativa.

Desta forma, as reflexões sobre a linguagem humana, empreendidas pela filosofia idealista, forneceram os princípios que serviram de suporte para manter firme o referente do discurso linguístico chomskyano. Ainda nessa perspectiva, convém ressaltar que os conceitos de estrutura profunda e estrutura de superfície remetem à tradição gramatical filiada aos princípios gerais da Gramática Real e Racional de Arnould e Lancelot.

Chomsky, retornando ao subjetivismo do racionalismo clássico e identificando o sujeito gerador da língua com o "cogito" cartesiano, optou por uma abordagem linguística eclética, na tentativa de conciliar uma "teoria do sujeito psicológico com uma indecação de componentes cada vez mais inexpressivos" (74).

Definindo-se, pois, como mentalista, racionalista ou teórico, Chomsky se opõe aos princípios empiristas, taxionômicos ou experimentais. Por sua vez, deixa transparecer que os postulados dos racionalistas que adota, não só se chocam frontalmente com os postulados do empirismo, mas também possuem maior grau de cientificidade em seus juízos. Essa cientificidade se traduz pela expli

cação rigorosa das estruturas sintáticas da língua com base nos postulados da lógica matemática.

Nesse ângulo, a língua se reduz a uma suposta "língua gem" onde se cultuam as regularidades, e se presta a todo tipo de formalização, contanto que responda às exigências e ao rigor de suas análises:

"... a língua desaparece sob a rede formal que engendra a cobertura linguística do raciocínio, e a análise transformacional apresenta o esquema sintático de um processo psíquico encarado segundo uma certa concepção racionalista do sujeito. A Grammaire Générale de Port-Royal não era uma linguística, pois era uma ciência do raciocínio; a gramática generativa é simultaneamente mais e menos do que uma linguística, porque é a descrição sintática de uma doutrina psicológica. A sintaxe, que foi ciência do raciocínio, tornou-se ciência de um comportamento psíquico normativo" (75).

A formulação inicial do pensamento de Chomsky esteve voltada, exclusivamente, para problemas de sintaxe e de fonologia, não incluindo nessas reflexões nenhuma referência à semântica. Para Chomsky, qualquer investigação na área do significado poderia obscurecer ou confundir as investigações no campo da sintaxe. Assim, era nas investigações das estruturas sintáticas que se poderia projetar uma luz sobre a natureza enigmática da estrutura semântica. Ainda para Chomsky, o estudo da sintaxe independia de qualquer consideração semântica, o mesmo não acontecendo em relação ao estudo da semântica que não seria possível sem o conhecimento da sintaxe.

A concepção chomskyana de organização gramatical evoluiu sensivelmente desde a publicação de sua obra inicial - "Estruturas Sintáticas", em 1957, até o aparecimento de "Aspectos da Teoria da Sintaxe", em 1965. Nesse espaço de tempo e nos anos posteriores, a teoria linguística chomskyana sofreu numerosas e profun

das alterações. Os impulsos iniciais que operaram uma modificação na teoria lingüística de Chomsky devem-se aos esforços de Jerrold Katz e Jerry Fodor, na tentativa de incluir, no seio dessa doutrina, um lugar para considerações semânticas. (76)

Aos esforços de J. Katz e J. Fodor, no âmbito dos mesmos objetivos, somam-se outros, como os de Edward Klima, Robert Less e Paul Postal, que culminaram com o aparecimento da conhecida "teoria-padrão", da qual "Aspectos da Teoria da Sintaxe" é a sua expressão mais significativa. Nessa obra, Chomsky apresenta e justifica a sua teoria básica. Porém as alterações e revisões continuaram; inclusive já operou numerosas modificações em vários aspectos fundamentais. Esse fato deu (e vem dando) origem a concepções diversas e muitas vezes até conflitantes de teoria lingüística, mesmo sem se afastarem dos princípios básicos chomskyanos. Atualmente, torna-se impossível saber qual a versão, se é que há alguma, que disputa uma aceitação mais ampla ou se serão receitas absolutamente novas que irão impor-se. Daí porque qualquer inovação atual não pode ser vista senão em termos provisórios.

No âmbito das tendências divergentes, oriundas dos princípios gerais da teoria-padrão, duas delas se tornaram as mais amplamente conhecidas. O movimento da Semântica Gerativa, agrupando nomes como os de George Lakoff, James McCawley, Paul Postal e John R. Ross que defendeu a supressão do nível sintático profundo e introduzem uma estrutura semântica profunda, constituída por uma série de traços de tipo predicativo, que leva diretamente à estrutura superficial; a outra tendência é a da Gramática dos Casos Profundos de Ch. Fillmore. Na concepção de Fillmore, certas noções básicas desempenham um papel em toda e qualquer língua do globo (princípio dos universais lingüísticos), daí, a possibilidade de se poslurar a existência de uma base universal composta de um certo número de casos subjacentes que representariam conceitos semanticamente primitivos. Desta forma, a função da gramática consiste em fornecer uma imagem das relações que se estabelecem entre a base e as formas de superfície de uma dada língua (77).

Apesar de a Semântica Gerativa e de a Gramática dos Casos Profundos terem sido as duas tendências que alcançaram um maior progresso teórico e um maior número de adeptos, não se fixaram como teorias sólidas; seguiram o mesmo processo de permanente instabilidade que caracterizou a "teoria-padrão" que lhes deu origem. Atualmente, as atenções já se encontram voltadas para uma outra ordem de idéias, a chamada "teoria do vestígio". Essa efemeridade teórica surge sem que, ao menos, os debates ligados a uma dada fase tenham obtido qualquer conclusão geral.

As mudanças se dão tão repentinamente que denotam a falta de convicção dos autores no que diz respeito as suas próprias formulações.

A essa altura, cabe fazer algumas alusões às últimas posições de Chomsky diante de sua teoria linguística. Na obra "Reflexões sobre a Linguagem" (78), Chomsky faz colocações completamente diversas das anteriormente assumidas. Isso vem, mais uma vez, comprovar que a instabilidade continua "sine dia". Mais uma revolução se instaura no "campo minado" da Gramática Gerativo-transformativa.

Temos assim, na obra citada no item precedente, três aspectos que serão aqui motivos de consideração. Com efeito, Chomsky entre outras colocações, discute a respeito: a) de sua utilização da expressão "teoria das idéias inatas", procurando, desta feita, negar o uso de tal designação; b) da validade do conceito de "estrutura profunda" e propõe substituí-lo por "indicadores sintagmáticos iniciais"; c) da legitimidade e cientificidade dos postulados racionalistas clássicos em face dos postulados do raciocínio empirista.

Pela ordem exposta acima, assim se apresentam os argumentos de Chomsky em torno do uso da designação "teoria das idéias inatas". Fazem parte das primeiras páginas de suas "Reflexões..." colocações de natureza eminentemente idealista. Adverte logo de início que "uma boa razão para estudar a linguagem (...) é a tenta

ção de encarar a linguagem, em conformidade com a expressão tradicional, como "espelho do espírito" (79). E, nesse sentido, realmente admite Chomsky que a sua teorização sobre a linguagem não se projeta como um avanço, mas como um recuo: "nada avançamos relativamente à antiguidade clássica ao levantarmos questões concretas nesse campo, ou ao respondermos a perguntas que inevitavelmente surgem" (80).

A partir dessas considerações preliminares, Chomsky argumenta que nunca usou o termo "teoria das idéias inatas" e que essa designação é mais usada pelos críticos do que pelos defensores dessa posição. Aqui se instaura um problema, sobretudo, de sinonímia. Expressões como: "hipótese das capacidades inatas", "teoria dos universais linguísticos", "idéias inatas" pontilham toda a sua teoria e são, sem dúvida alguma, correspondentes legítimas, pelo menos do ponto de vista do conteúdo que encerram, da expressão "teoria das idéias inatas". Essa negação só ganha sentido se se analisar o termo "teoria" como um truísmo, admitindo pois que "idéias inatas" é algo tácito de inquestionável existência, não carecendo, portanto, de teorização. Nessa perspectiva, conclui, portanto, Chomsky que qualquer "teoria da aprendizagem que mereça um mínimo de atenção integra em si uma hipótese de idéias inatas" (81).

Chomsky não se dá conta do dogmatismo de suas afirmações e continua asseverando que a "estrutura cognitiva", nova expressão cunhada para substituir o "esquematismo inato", é uma espécie de "fantasma na máquina" e "o melhor meio para exorcizar o fantasma na máquina é determinar a estrutura do espírito e os seus frutos" (82). Esse jogo de palavras, tão ao sabor das questões metafísicas da Filosofia Idealista, se apresenta pontilhado de metáforas que, ao invés de esclarecer o problema, nos encaminha a uma verdadeira "prática do sobrenatural".

Por outro lado, Chomsky declara que a "hipótese das idéias inatas" pode ser traduzida da seguinte maneira: "a teoria linguística, a teoria da GU (...) é uma característica inata da

mente humana" (83). Mais adiante, acrescenta, a essa assertiva, elementos de natureza eminentemente social e, como tal, exclusivamente culturais. Esse apêndice, Chomsky inclui no "saco" de idéias inatas que povoam a mente humana. Nessa direção, assim se manifesta:

"Uma hipótese generica de "idéias inatas" incluirá também princípios que se baseiam no lugar e papel das pessoas num mundo social, natureza e condições de trabalho, estrutura de ação humana, vontade de opção". (84).

Nessa proposição de Chomsky se instauram problemas sérios. É impossível que a ação do mundo exterior, como modeladora do comportamento do indivíduo, seja explicada a partir de predisposições inatas. Com isso, Chomsky cai no mais puro e ignorante determinismo - o ser social do homem é encarado, por essa ótica, como tendo marcas intamente determinadas.

O segundo problema que merece nossa consideração se refere ao fato de Chomsky rejeitar a sua própria idéia de estrutura profunda. A estrutura profunda, na teoria da Gramática Gerativo-transformacional, era a fornecedora dos elementos necessários para a interpretação semântica das frases. Aqui, Chomsky se coloca dogmaticamente ao contrário:

"Vou propor que talvez toda informação semântica seja determinada por uma noção mais enriquecida da estrutura de superfície" (85).

Aliás, essa posição tem origem na chamada "teoria-padrão alargada" quando postula que "as estruturas de superfícies contribuem de modo definitivo, para a interpretação semântica" (86).

Na verdade, a semântica na teoria de Chomsky não passa de um assunto incômodo, portanto sujeito a todo e qualquer tipo de "jogo do empurra".

A noção de "estrutura profunda", denominada por Chomsky de "técnica", tendo sido alvo de inúmeras confusões, deve ser banida do corpo da "Linguística Técnica". Para justificar essa rejeição, Chomsky se expressa do modo seguinte:

"A expressão "estrutura profunda" tem-se mostrado, infelizmente, enganadora. Levou uma quantidade de pessoas a crer que só as estruturas profundas e as suas propriedades é que são verdadeiramente "profundas", no sentido não técnico da palavra, enquanto o resto é superficial, insignificante, variável, consoante as línguas" (87).

Continua por aí, tentando fazer sua justificativa, sem conseguir melhores argumentos para convencer o seu leitor.

Ora, não foi apenas a noção técnica ou não-técnica de estrutura profunda que levou uma "quantidade de pessoas" a agir dessa maneira, mas todo o corpo da doutrina chomskyana. Um dos objetivos fortes da gramática gerativa é a busca incessante de universais linguísticos pelo fato de acreditar que as línguas são semelhantes a nível da estrutura profunda e as suas divergências são problemas ligados à estrutura de superfície. Em virtude disso, o fato de se privilegiar a estrutura profunda não pode ser uma atitude decorrente apenas dessa noção, mas, de todo o aparato teórico que sustenta esse modelo gramatical.

Um outro aspecto importante é que Chomsky demonstra não ter tido o devido cuidado em definir o que ele entende por "sentido técnico" ou "não-técnico" de tal ou qual expressão. Naturalmente, isso também faz parte do seu jogo de palavras, do tráfico de conceitos ambíguos que utiliza, dificultando enormemente a captações do real sentido de suas terminologias (88).

Tudo isso decorre do fato de que a teoria de Chomsky se caracteriza pela fuga incessante ao tratamento do significado. Qualquer condição ou conceito que forneça essa pista é motivo su

ficiente para ser abandonado e provocar uma nova revisão de teoria. Por conseguinte, há novas investidas à procura de condições que possibilitem uma certa imunização em relação a esse elemento perturbador que é o significado. Com efeito, torna-se, portanto, difícil avaliar se esse tipo de dogmatismo praticado por Chomsky tem ou não algo a dever com o dogmatismo por ele mesmo rejeitado e condenado.

O terceiro problema que merece nossa observação se refere à justificativa apontada por Chomsky na escolha dos postulados do racionalismo clássico em detrimento dos postulados elaborados pelo raciocínio empirista. Nesse sentido, os argumentos apresentados são circulares, nem ao menos levando a uma conclusão geral.

Chomsky alude, em suas "Reflexões..." e na maioria de seus trabalhos anteriores, ao problema causado pelo dogma empirista ("Nada há no espírito que não tenha primeiro estado nos sentidos") às investigações científicas. Para ele, esse axioma dificultou o aprofundamento das teorias racionalistas do espírito. Ora, se a ciência não nos fornece meios para aceitar esse axioma, também não nos fornece razões objetivas para pô-lo em dúvida, ou mesmo negá-lo como o fez a filosofia idealista.

A posição contrária ao dogma do empirismo nada mais é do que também um dogma do racionalismo, pelo fato de impor um mito como princípio necessário, suficiente e tácito, a partir do qual se deve investigar a faculdade da linguagem. Como se pode observar, se, de ambos os lados, a ciência não nos fornece razões para fundamentar uma contestação, a escolha e o prestígio de enfoques ficam a cargo do cientista e de seus promotores. A esse tema, voltaremos mais adiante num item pertinente.

PREVILÉGIO NA RECONSTITUIÇÃO DE UMA DOUTRINA

Fizemos referência anteriormente ao contexto intelectual do qual se originou o movimento da Gramática Gerativo-transformativa. Cabe agora, pois, ressaltar alguns aspectos que, de forma decisiva, levaram à reconstituição de uma doutrina com o objetivo de legitimar uma ideologia científica dominante, cujas bases remotas deveriam ser buscadas na história do pensamento racionalista clássico.

Já havíamos referido que a ideologia dos computadores, que culminou com o aparecimento da disciplina Cibernética, tem origem no período que abarca a segunda Guerra Mundial. Portanto, essa ideologia científica nasce das necessidades da guerra, obrigando um grupo de cientistas a se dedicar a investigações relacionadas com armas automáticas cuja potencialidade deveria substituir os combatentes ou apresentar vantagens em relação a eles. Assim todos os trabalhos decorrentes dessas primeiras investigações, tais como a teoria dos autômatos, a tradução mecânica, a criação de inteligências artificiais, o modelo de computadores pensantes e outras invenções derivadas do processo de eletrônica, foram agrupados pela Cibernética cuja meta principal consiste num "esforço destinado a melhorar o trabalho regulado para um objetivo" (89).

Trazendo, implicitamente, de volta o dualismo cartesiano espírito/corpo, traduzido pelo par legítimo - cérebro/máquina, a Cibernética opera analogias entre o computador e o ser humano. Na ótica da Cibernética, a mente humana nada mais é do que um tipo especial de programa que muito se assemelha às simulações por computador. Daí decorrem as possibilidades de se manipularem os processos mentais para fim de descrição e controle do funcionamento desses processos.

Como o sistema de conceitos desenvolvido pela Cibernética abarca também os organismos vivos, o contorno de Chomsky ao pensamento cartesiano não se deu por acaso, mas por estar vincula

do ao desenvolvimento da automação como parte do progresso dessa disciplina. É, então, possível localizar o pensamento chomskyano no centro de ideologia do modelo cibernético.

A competência linguística de um falante-ouvinte é de finida por Chomsky como um sistema cibernético que não está sujeito a controles, nem externos, nem internos. É algo, pois, que funciona como um mecanismo auto-regulado e autogovernado. Nessa perspectiva, a competência linguística se resume a um sistema retroativo complexo que se desenvolve por si mesmo e se organiza em função de suas próprias estruturas, independente, portanto, de fatores estranhos a sua natureza.

Ora, por mais longe que a gramática gerativa busque suas bases filosóficas, é no âmbito da atividade cibernética que ela se inscreve e se liga ideologicamente. As motivações que levaram ao aparecimento da disciplina Cibernética não foram distintas das que proporcionaram as investigações linguísticas empreendidas por Chomsky. Trataremos, pois, de discutir alguns aspectos relativos ao comprometimento ideológico assumido pelo movimento da Gramática Gerativo-transformacional.

Na origem do projeto chomskyano, intervieram vários fatores determinantes que estão longe de ser traduzidos como "desinteressados benfeitores". Já durante a segunda Guerra Mundial, órgãos do governo norte-americano se constituíam verdadeiras fontes de apoio às investigações linguísticas no sentido de atender às necessidades de conhecimentos idiomáticos cujas finalidades respondiam às próprias exigências da guerra. Esses incentivos continuaram nos anos do pós-guerra, culminando no projeto da tradução mecânica ou automática. Tal projeto gozou de prestígio e acolhida excepcional, não só nos meios acadêmicos, mas também no âmbito dos interesses estatais (90).

Aludimos, anteriormente, às idéias de Chomsky e a sua relação com a mentalidade cibernética. As marcas dessa mentalida

de estão presentes no modo como ele concebe, em sua tese de doutoramento (91), a gramática de uma língua, isto é, como se se tratasse de um "engenho mecânico", "um autômato" que explicita (gera) todas as frases bem formadas de uma língua e somente estas. A essa idéia de gramática, ele acrescenta, ainda, uma certa concepção de aprendizagem da língua tal como uma construção dedutiva a partir de um conjunto limitado de frases onde atuam operações formais denominadas de transformações. Uma língua natural, segundo essa concepção, seria, portanto, bastante semelhante a qualquer sistema linguístico artificial.

O projeto chomskyano visando, assim, a tratar a gramática através de procedimentos mecânicos "teve uma especial atenção no Departamento de Defesa, fonte principal de financiamento, que haveria de ser o primeiro interessado nesta classe de investigação" (92).

A partir desse momento, o projeto chomskyano tomou impulso e passou a figurar no quadro das estratégias políticas dominantes, situação, aliás, própria da natureza de sua função objetiva.

É nesse sentido que a ideologia dominante e a atividade científica fazem parte de uma mesma configuração. Existe, portanto, entre essas duas ordens de fenômenos um jogo que condiciona o seu desenvolvimento respectivo.

As investigações na área da Gramática Gerativo-transformacional enveredaram por caminhos, aparentemente, ingênuos e neutros, usando para tal, de "bons pensamentos", na busca de uma descrição e explicação do aparelho mental humano que proporcionasse a aprendizagem linguística. Não penetrando, pois, em temas que poderiam perturbar o curso de suas investigações, como a relação língua e sociedade, a teoria da gramática gerativa manteve a forma legítima do "status quo" de seu país de origem, assegurando, portanto, a relação com a fonte que a sustentava na prática.

Frederick J. Newmeyer e Joseph Edmonds (93), após traçarem um longo caminho pelo qual passou a linguística estrutural americana sob a promoção de programas ideológicos, assim se expressam em relação às investigações em gramática gerativa:

"As primeiras ajudas econômicas dos serviços armados se filtraram de uma maneira indireta na investigação da Gramática Transformacional - a maior parte através do Laboratório de Investigação Eletrônica do MIT (...) e de vários projetos de tradução mecânica" (94).

Ainda nessa perspectiva, os autores acima comentam que, nos meados dos anos sessenta, a Força Aérea se comprometeu com uma ajuda subsidiária para as investigações linguísticas em universidades e em indústrias privadas, especialmente através de sua Divisão de Sistemas Eletrônicos em "Hascom Field" - Massachussets. Newmeyer e Edmonds declaram que o coronel Edmund P. Gaines, Diretor de Projeção de Sistemas e Desenvolvimento, e ainda deputado pelo "Command and Management Systems", no quartel general, na Divisão de Sistemas Eletrônicos da Força Aérea, em Hascom Field, ao ser abordado a respeito de seu interesse pela investigação em Gramática Transformacional, assim se expressou:

"A Força Aérea mantém um enorme e contínuo investimento nos sistemas de computação denominados "direção e controle". Tais sistemas contêm informação sobre o "status" de nossas forças e os utilizados para planejar e executar operações militares. Por exemplo, a defesa dos Estados Unidos contra um ataque aéreo e de mísseis é possível em parte por causa do uso de tais sistemas de computação. E desde logo, tais sistemas ajudam a nossas forças no Vietnã" (95).

Continuando em sua trajetória explicativa em relação ao interesse que a Força Aérea mantém pelas investigações em gramática gerativa, o coronel Edmund P. Gaines acrescenta que:

"Em tais sistemas, os dados são elaborados em resposta a perguntas e ordens do usuário. Como o computador não "entende" inglês, há que traduzir as perguntas em uma língua na qual o computador possa desenvolver-se; tais línguas, como provavelmente sabem, parecem-se muito pouco com o inglês, tanto em sua forma quanto no grau de facilidade com que se aprendem e empregam. Os sistemas de ordem e controle poderiam ser usados mais facilmente e poderiam ser preparados mais facilmente pelo pessoal para sua utilização se não fosse necessária a tradução. Temos apoiado a investigação linguística para averiguar como é possível construir sistemas de ordem e controle que entendam imediatamente perguntas em inglês. Naturalmente, estudos como os da UCLA não são senão o primeiro passo para chegar a esse objetivo. Parece claro, todavia, que a prosperidade de tais sistemas depende dos resultados que alcancem a investigação linguística" (96).

Nesse mesmo momento, Newmeyer e Edmonds fazem referência a outras entidades que compartilhavam os mesmos interesses com finalidades ideológicas.

Por outro lado, Peter Eisenberg e Hartmut Haberland (97) dedicaram um estudo a problemas da mesma natureza, isto é, à investigação linguística como uma atividade tutelada e, como tal, voltada para interesses estatais. Nesse quadro, situam o movimento da Gramática Gerativo-transformacional, utilizando praticamente dos mesmos argumentos de Newmeyer e Edmonds, anteriormente referidos.

Na visão desses dois últimos autores mencionados, a teoria de Chomsky foi patrocinada, tendo em vista a sua proximidade com os problemas de elaboração automática e os resultados obtidos por essa teoria; a partir de 1965, os trabalhos de Chomsky são citados como base dos trabalhos práticos no campo da elaboração mecânica, de interesse fundamental para a Força Aérea norte americana (98).

O tratamento mecânico de línguas naturais nasceu, portanto, motivado por razões técnicas de interesse estatal. A tentativa de investigar a estrutura da língua com o objetivo de comprovar se essa estrutura pode ser descrita mediante gramáticas formais ou, ainda, explicada através de um conjunto de operações estritamente matemáticas, com vista ao estabelecimento de analogias entre as propriedades especificamente humanas e o artificial sistema cerebral dos computadores, não nasceu de uma idéia ingênua, pré-concebida, uma mera curiosidade científica, desvinculada de qualquer interesse prático imediato. Ao contrário, os projetos que sustentaram (e, talvez em menor escala, sustentam ainda) investigações dessa natureza respondiam a interesses imediatos de uma ideologia.

A teoria gramatical, como uma atividade científica tutelada, pôde corresponder aos objetivos de seus promotores, ao mesmo tempo em que marchou triunfalmente nas instituições acadêmicas.

"Chegamos, naturalmente, à questão de por que o governo e a indústria privada consideraram adequado investir no campo da teoria gramatical. Em primeiro lugar, temos a palavra de Graves, Mildeneberg, Gaines et alii, de que esta investigação é de interesse nacional, ou seja, de interesse para a classe dominante. Não duvidamos de sua sinceridade ao crê-lo assim. E, em segundo lugar, devemos agradecer o trabalho de propaganda dos mesmos gramáticos transformacionais de convencer as agências de financiamento de que seu trabalho é o único (orientado para o estudo da linguagem) que merece apoio financeiro. Se alguém for tentado a pensar que nosso êxito no financiamento se deve aos bons resultados de Chomsky", simplesmente não trabalhará. Efetivamente, Chomsky é um gênio, porém nem todos os gênios são financiados" (99).

Isso posto, levantaremos algumas questões a respeito das razões que levaram a encobrir os suportes reais que motiva

ram o aparecimento do movimento da gramática gerativa e a substituição dessas fontes motivadores por um dogma filosófico oficial que remete à tradição do pensamento idealista.

Não foi uma tarefa de grande dificuldade, para Chomsky, introduzir, no âmbito de suas idéias, os princípios linguísticos da tradição da gramática filosófica. Como já aludimos, Chomsky se insere no quadro da mentalidade cibernética e reconhece o seu pai em Descartes. Na procura de predecessores para a sua teoria da linguagem, adota as concepções cartesianas de universalidade das idéias inatas do sujeito.

Mas Descartes não só inspirou a teoria chomskyana no que tange ao inatismo, mas também no que diz respeito ao tratamento desse inatismo com vista à reconstrução de um modelo linguístico imanente rigorosamente regido por operações matemáticas, tal como esse filósofo já havia tentado fazer em sua teoria dos animais-máquinas (100).

Ainda na busca de predecessores, Chomsky se filia ao idealismo linguístico de Humboldt, principalmente, em relação a sua concepção de criatividade linguística. Essa concepção permitiu a Chomsky hipostasiar na mente humana programas e regras que nada ficam a dever aos raciocínios dos computadores. Assim, a estrutura linguística foi encarada como algo mecânico, autopropulsor, interno e independente do ambiente exterior em que se realiza concretamente. Essa concepção não só se encaixa no âmbito da mentalidade cibernética, no seu conceito de "caixa preta", mas também se suporta no quadro do racionalismo clássico ou em sua versão subjetiva e romântica.

Preso à filosofia idealista da linguagem e às simulações por computador, Chomsky praticou uma teoria gramatical cujos objetivos, concepções e finalidades nada ficam a dever à tradição da linguística estrutural.

"A Gramática Transformacional, de um modo mais marcado e mais revelador, realiza a mesma redução que a linguística estrutural, e sobretudo a linguística americana, operam no seu estudo da linguagem significante puro, sem significado; gramática sem semântica, índices em vez de signos: a orientação é clara, e acentua-se nos últimos trabalhos inéditos de Chomsky" (101).

Com isso, é evidente que a busca de predecessores e o empenho em vincular suas idéias à tradição do racionalismo clássico serviram de pretexto para que Chomsky disfarçasse os compromissos que sua teoria guardava (e, possivelmente, ainda guarda) com órgãos estatais. Portanto, a reconstrução de uma doutrina para legitimar a cientificidade de seus postulados, foi um mero recurso utilizado por Chomsky para escamotear a real função de suas investigações, que, presas as malhas de uma ideologia, não passavam (ou passam) de uma "encomenda social".

O modelo gerativo se constituiu no culto da linguística pura cujo objetivo se dizia absolutamente neutro ou indiferente às determinações sócio-históricas que presidem à constituição de seu objeto. Essa atitude de neutralidade e indiferença que o modelo gerativo chamou para si, lhe garantiu o prestígio e o incentivo por parte dos que dirigem a política científica em seu país de origem.

A gramática gerativa, voltada para a descrição dos mecanismos que permitem a produção da fala, se limitou a uma abordagem das "estruturas ingênuas" que compõem a competência linguística do falante-ouvinte ideal. Disso decorreu a recusa de encarar a língua do ponto de vista da prática social na qual ela se manifesta. Essa "cegueira teórica" recebeu apoio da ideologia tecnicista que veio a lhe conceder foros de cientificidade.

Ainda sob a égide de uma ideologia, a teoria gramatical de Chomsky se dispôs a um praticismo limitado e se reduziu a

uma técnica capaz de apresentar resultados imediatos e convincentes no que diz respeito a sua utilidade prático-social e a seus efeitos ideológicos. Numa espécie de jogo auto-suficiente, o modelo chomskyano dividiu o seu espaço ideológico, por um lado, recusando a tradição estruturalista e, por outro, se refugiando em concepções especulativas da tradição filosófica idealista. Isso, como aludimos anteriormente, serviu de desvio ou máscara para encobrir os legítimos fundamentos que promoveram as investigações nessa área de pesquisa lingüística.

Como toda ideologia, a ideologia que subjaz às investigações em gramática transformacional interveio eficazmente disfarçando os interesses e os fins no que diz respeito a atividades limitadas, individuais e particulares desse tipo de investigação, elevando-as à categoria de totalidade e de universalidade. Ora, é realmente nesse nível que atuam os interesses individuais de grupos socialmente poderosos que lutam por afirmar e dominar, seja material seja intelectualmente, o espaço para o qual convergem seus objetivos.

Isso é tanto verdade que a rivalidade entre as escolas provenientes das mesmas idéias chomskyanas, a princípio, não ficou à margem de promoções. Mesmo que os seus resultados de nada servissem a interesses "comunitários", os diversos enfoques transformacionistas gozaram do mesmo prestígio e disputaram igual aceitação nos ambientes universitários.

Atualmente, como observam Eisenberg e Haberland (102), o panorama se modifica. O número de projetos lingüísticos financiados militarmente diminuiu sensivelmente. Isso se deve ao fato de a política científica aliada a interesses ideológicos ter mudado de perspectiva ou ter-se voltado para outras áreas do conhecimento que mais de pronto respondam aos atuais interesses estatais.

Não figura no âmbito das preocupações da teoria lingüística, seja ela qual for, fornecer um quadro explicativo da

realidade lingüística, localizada num contexto concretamente de terminado, no qual se ressaltam os conflitos provenientes da prática de um poder coercitivo que rege toda e qualquer prática social da linguagem. Essa realidade se apaga diante de considerações de sistemas, de equilíbrios, de coerência, de invariantes e de estruturas.

Nesse caso, a teoria deixa de ser teoria do objeto real língua, para se converter em teoria de uma prática técnica de manipulação desse objeto, acompanhada, por conseguinte, de uma práxis ideológica que comanda a aplicação do saber à ação. São, pois, as ideologias, como aludimos acima, que reforçam esta ou aquela orientação em termos de pesquisas científicas, na medida mesmo em que tendem a ocultar ou a impedir este ou aquele aspecto que mereceria ser investigado ou, ainda, na medida em que essas ideologias são levadas a esterilizar este ou aquele ramo de uma atividade científica, opondo-se, ou mesmo travando, explícita ou implicitamente, o seu desenvolvimento.

#### A PROBLEMÁTICA DO MÉTODO: UMA POLÊMICA INGÊNUA

O questionamento atual a que a lingüística se tem submetido diz respeito a uma prática suspeita, difusa e pouco explicitada por parte de seus cientistas, até mesmo, por parte dos mais esclarecidos e responsáveis em relação ao projeto científico de sua disciplina. É crescente esse clima de suspeita. Tanto interior quanto exteriormente ao mundo da pesquisa científica da lingüística, cristalizam-se focos de contestação, formando uma espécie de movimento "diagnosticante". Apesar de novo, irreverente, para alguns e, sobremaneira incômodo, o fenômeno existe, é real: contesta-se a lingüística como um projeto científico.

Mas a maioria dos lingüistas, principalmente os "do nos" de teorias, prefere ver nessas questões nada mais do que um

certo pessimismo, ou mesmo inveja em relação ao progresso de sua disciplina e se contenta com seus próprios argumentos e justificativas destinados à validação de sua atividade científica.

As teorias lingüísticas que se desenvolveram e se desenvolvem ainda no decorrer deste século, encontram-se divididas em dois enfoques principais: o primeiro, vulgarmente conhecido como enfoque estruturalista ou lingüística estrutural, mais imediatamente vinculado à tradição saussureana, diz-se taxionômico, mecanicista ou empirista; seus postulados e táticas de investigação experimental se orientam tendo em vista princípios e normas da indução; o segundo, derivado, mas divergente do primeiro, comumente conhecido como o movimento da Gramática Gerativo-transformacional, diz-se mentalista, teórico ou racionalista e busca filiar-se aos princípios teóricos do racionalismo clássico de suporte estritamente dedutivo.

Os métodos da indução e da dedução não foram tidos como princípios que orientam a lógica dos procedimentos científicos de uma dada disciplina, mas como armas que deveriam demonstrar e provar, através do método utilizado, o maior grau de cientificidade dos enfoques. Assim, Chomsky, ao elaborar seu pensamento com base lógica dedutiva, não só deixa transparecer que a dedução se opõe frontalmente aos princípios da indução, mas também que a dedução possui um maior grau de cientificidade em seus juízos. Isso, como veremos adiante, não passa de uma "ilusão de ótica" à qual Ghomsky confere foros de verdade.

A teoria lingüística tem considerado que as suas descobertas de propriedades da linguagem só foram possíveis em vista do método ou do modelo empregado na descrição ou, até mesmo, que tais descobertas dependeram da revalorização de modelos ou de teorias que, injustamente, foram relegadas ao obscurantismo. Disso resultou um interesse considerável em remontar e inovar teorias e modelos ao invés de uma investigação contínua, permitida pelo emprego sério e consciente de uma só perspectiva.

Chomsky mesmo, após discorrer sobre a incapacidade dos processos indutivos usados pela linguística estrutural, releva o princípio da dedução, próprio da perspectiva racionalista, à categoria de único e capaz de fornecer ao estudo da linguagem humana resultados produtivos.

"...a aproximação racionalista exemplificada pelo trabalho recente da teoria da gramática transformacional parece ter-se revelado bastante produtiva, está inteiramente de acordo com aquilo que se conhece a respeito da linguagem, e oferece pelo menos alguma esperança de fornecer uma hipótese intrínseca de um sistema de aquisição da linguagem que satisfaça a condição de adequação-em-princípio, e que o faça de um modo suficientemente restritivo e interessante para que a questão da possibilidade de realização possa, pela primeira vez, ser seriamente levantada". (103).

A teoria do conhecimento legitima a existência de princípios racionais e de pontos de partida sensíveis ou concretos. Mas a própria teoria do conhecimento não emite nenhum juízo de valor em relação a esses raciocínios no sentido de que um possui grau mais elevado de cientificidade do que o outro.

"A noção vulgar de que a indução e a dedução são 'opostas', (...) de que a dedução 'vai' do geral ao particular e a indução do particular ao geral, não apenas é errada como também seriamente enganadora. Não somente a dedução não está restrita à inferência do geral para o particular, mas também a indução - que compreende a seleção de hipóteses implica frequentemente, como uma de suas etapas, fazer uma dedução" (104).

A oposição entre indução e dedução é, portanto, não somente a-histórica, como frisou Georges Mounin (105), mas também vazia e desprovida de suporte, tanto do ponto de vista das formulações teóricas de seus princípios, quanto do ponto de vista da

aplicação dos seus procedimentos na prática metodológica. Assim, o posicionamento dessa natureza é assumido pelo cientista em vista da própria natureza de seu objeto e da finalidade a que se destina sua investigação. Não são poucos os casos em que a escolha de um desses raciocínios se reveste de arbitrariedade movida por interesses tendenciosos.

Na ciência linguística moderna, a seleção do método de investigação se faz conforme o objetivo de quem comanda ou dirige os projetos de pesquisa. Cabe, portanto ao linguista justificar a escolha através de bons argumentos para que estes sobressaiam em relação aos legítimos interesses que atuaram no ato mesmo da seleção.

Para esse fim, os teóricos da linguística mistificam o método que utilizam para descrever ou explicar o seu objeto de investigação. Fazem mesmo do raciocínio implícito no método adotado um dogma que assume as proporções de instrumento e arma para combater outros enfoques vigentes ou passados. Aí tem lugar o partidarismo que, além de ser anticientífico, é sobretudo revelador de profunda significação ideológica.

Ora, o que levou Chomsky a recusar os princípios da indução ou os postulados do empirismo não foi uma profunda consciência da incapacidade desses procedimentos metodológicos, mesmo porque essa incapacidade não existe, como frisamos anteriormente. Por outro lado, não se tem notícia de que Chomsky, antes de seu projeto gerativista, já tivesse sido um pesquisador rigoroso de problemas linguísticos cuja metodologia remetesse à lógica dos procedimentos indutivos. Chomsky recusa a indução não porque a conhecesse na prática, mas teoricamente através do contato com a teoria da linguística estrutural e do conhecimento parcial de seus resultados. Portanto, trata-se de uma recusa "a priori", sem ao menos analisar as motivações ideológicas que tornaram possível a existência desse tipo de investigação.

O salto "qualitativo", como o próprio Chomsky o denomina, em relação à passagem do empirismo ao racionalismo, ou ainda, da indução à dedução, não se deu pela necessidade de investigar problemas lingüísticos reais, mas para atender a um projeto mais ambicioso que remetia às investigações de linguagem formal do mundo dos computadores, das máquinas de calcular e traduzir, dos cérebros eletrônicos. Enfim, não foram os fatos reais de língua, seus problemas, suas razões de ser, que motivaram a teoria de Chomsky, mas a ideologia que dirigia todas as "maravilhas" da teoria da informação, da Cibernética e do pensamento técnico.

Portanto, as motivações que deram origem às idéias de Chomsky não partiram do mundo sensível, de fenômenos lingüísticos reais e conflitantes de seu país ou, mesmo, por ver na língua um agente repressivo, um instrumento de controle social, mas sim, partiram de um ambiente isolado, técnico em seus procedimentos e alheio à realidade dos fatos. Tal como se constrói um cérebro eletrônico, autocontrolado e auto-regulado, Chomsky procedeu em relação à linguagem humana, elaborando um constructo, um simulacro e hipostasiando-o na mente humana. A partir da admissão desse "fantasma na máquina", ele desenvolve sua teoria gramatical.

A recusa da indução, bem como de todo e qualquer procedimento empirista, não se deu por uma profunda convicção dos limites dessa metodologia, pois jamais Chomsky a praticou, mas por intervenção ideológica. Guiado pelo pensamento tecnicista, Chomsky se deixa levar pelos princípios da dedução e da lógica matemática, tão favoráveis aos objetivos que comandam a ideologia da cibernetização do homem, ser social por natureza. Essa cibernetização do homem tem lugar a partir daquilo que ele tem de mais essencial que é a linguagem.

Com vistas à descrição e explicação da linguagem, o cérebro humano é encarado como um mecanismo análogo ao das máquinas de traduzir e calcular e, como tal, passível de orientação por dentro e de controle por fora. Tudo isso explicado à base de con

ceitos contaminados de ideologia, tais como: simplicidade, objetividade, coerência, economia e elegância. Esses conceitos têm seus limites e são próprios das ciências lógico-matemáticas ou físico-químicas e não podem ser transpostos, de sua consciência, para as ciências sociais ou humanas ou, ainda, substituir toda uma complexidade que envolve a linguagem humana por formalizações e esquematismos redutores.

Dominado, pois, pela ideologia tecnicista e por ela tutelado, Chomsky se propõe elaborar um modelo gramatical que dê conta do mecanismo que permite a aquisição da linguagem pela criança e, como tal, capaz de dar conta das estruturas e do funcionamento das línguas. Esse objetivo, por extremamente ambicioso que é, não podia ficar apenas no plano das idéias. A prática conduziu Chomsky ao "culto das matemáticas", e conseqüentemente, à matematização de sua disciplina.

Este foi, portanto, o contexto intelectual e por que não dizer ideológico, que conduziu Chomsky a conceber a gramática como "um sistema de regras que, de modo explícito e bem definido, atribui descrições estruturais a frases" (106). Essa definição de gramática em nada se afasta do modo como um cibernético poderia definir os mecanismos de produção de linguagens programadas pelos computadores ou outros "gênios da lamparina".

Essas observações remetem ao aspecto decisivo do problema: dentro da ciência linguística moderna a polêmica gerada entre a indução e a dedução resulta estéril. Em termos de contribuição ao estudo da realidade linguística, tal como se manifesta em situações concretas de produção, a perspectiva indutiva ou empirista nada fica a dever à perspectiva dedutiva ou racionalista. Se alguma delas logrou maiores progressos, esses progressos não foram investidos em benefício da linguagem humana que funcionou apenas como um pretexto ou como algo que deveria validar teorias e sim desfrutados pela própria ideologia que sustentou esses projetos de pretensão científica.

Assim, tanto o projeto lingüístico empirista que tem por base o modelo da "teoria dos dados", através do qual a prática científica consiste em recolher primeiro e analisar depois uma informação dita objetiva e pré-existente à atividade do investigador, quanto o projeto lingüístico racionalista que resulta da inversão sistemática dessas posições, isolam ou subordinam, ora a teoria à prática, ora a prática à teoria, ignorando, portanto, o processo efetivo da produção de conhecimento.

Os princípios racionalistas e empiristas se bastam a si próprios, satisfazem-se inteiramente com as suas expressões conceptuais, são círculos conceptuais fechados e voltados para perspectivas individuais: a razão ou a experiência. Temos, então, uma problemática metodológica ou, mesmo se quisermos, filosófica; ambas as perspectivas operam o empirismo, só que de ângulos distintos. A perspectiva racionalista pratica um empirismo do sujeito, da essência e cai no mais puro dos idealismos; a perspectiva vulgarmente denominada de empirista pratica um empirismo do objeto, o que também não passa de uma forma idealista de conceber o objeto do conhecimento (107).

Nessa disposição bem marcada, porém seriamente enganadora, moveu-se (e ainda se move) a Lingüística contemporânea. Nesse quadro de oscilação, mesmo que encarado como um "salto qualitativo", não são a lingüística estrutural de tradição saussureana, mas também o construtivismo chomskyano modelam o sujeito como possuidor de um ativismo mensurável e o tomam como representante geral ou ideal de uma realidade multiforme e complexa. Reduzindo a realidade lingüística a um modelo empobrecido dessa realidade, o lingüista, seja qual for o seu partido, por um idealismo, transforma o objeto língua em linguagem ou linguagens que nada revela(m) senão um produto ou uma construção do seu próprio espírito cognoscente.

Portanto, do ponto de vista dos percursos metodológicos, tanto o enfoque "racionalista partindo de idéias inatas ou

evidentes" quanto o enfoque "empirista partindo da sensação ou da percepção imediata admitem, tanto um como o outro, em cada movimento da pesquisa, um conjunto de conhecimentos adquiridos, a partir do qual o pensamento científico avança em linha reta" (108).

O engano fatal de todos os linguistas behavioristas, estruturalistas, mentalistas, mecanicistas, funcionalistas, gerativistas ou que mais nomes tenham conforme as doutrinas defendidas, é o de se colocarem em trincheiras que consideram inexpugnáveis e de certo modo imunes a qualquer outra perspectiva de caráter alternativo.

A tomada de posição, quer em direção ao racionalismo, quer em direção ao empirismo, não raro, reflete peculiaridades da educação individual a que foram submetidos os adeptos desta ou daquela doutrina. A aparente liberdade de adesão assenta-se em premissas tendenciosas, impostas ao cientista por sua cultura, classe e atividades práticas.

Assim, o pensamento dos intelectuais linguistas da sociedade burguesa, mesmo os que se dizem mais sinceros, tende, ora para o subjetivismo idealista, como no caso dos adeptos do transformacionalismo, ora para o objetivismo mecanicista, como acontece com os adeptos da linguística estrutural tradicional. Em nenhum dos casos, esses intelectuais se dão conta de que, tanto o subjetivismo quanto o objetivismo são concepções igualmente unilaterais e redutoras. São ainda perspectivas que, embora distintas, operam a mesma fragmentação em relação ao seu objeto de investigação e se empenham, sobretudo, no aprimoramento técnico da metodologia. Em ambos os casos, convém frisar, trata-se de um discurso teórico positivista e, como tal, cientificista, que considera uma certa imagem da realidade, seja ela imanente ou exterior, como a realidade em si, e um determinado modo de apropriação ou manipulação dessa realidade como o único e autêntico.

Se a gramática gerativa nasceu da tentativa de superar o método e as falhas da lingüística estrutural behaviorista, todavia, trilhando caminho diverso, não conseguiu ultrapassar os limites de uma abordagem igualmente reducionista do fenômeno linguagem. Recentemente, Rulon Wells (109), criticando o projeto gerativista, conclui nos seguintes termos:

a) o modelo chomskyano, de tanto enfatizar os universos e depreciar as diferenças entre uma língua e outra e entre um dialeto e outro, inconscientemente, assumiu uma visão estática da língua;

b) a tendência em dicotomizar - ignorando todas as possibilidades intermediárias, é a constante no modelo gerativo;

c) Chomsky, em seu modelo de análise, realça a concordância entre todos os usuários "fluentes" de uma língua, enquanto minimiza as diferenças;

d) o modelo gerativo é uma forte proposta para a existência de uma fronteira acentuada e nítida entre o que é permitido pela língua e o que não o é;

e) Chomsky fala muito de explicação, mas as explicações que tem em mente não são explicações diacrônicas, mas estáticas, sincrônicas;

f) o modelo chomskyano realça suas diferenças quanto à lingüística descritiva, mas esquece as semelhanças que confinam sua atenção aos estados sincrônicos das línguas, sem prestar atenção à diacronia e à dinâmica;

g) Chomsky considera "trivial" todo problema lingüístico que não supõe o infinito; transforma a distinção matemática entre o finito e o infinito em seu interesse central.

No universo teórico em que mergulhou a ciência linguística, não pôde ter sentido uma abordagem cujos princípios remetessem ao método dialético. Como um raciocínio em alternativa, o método dialético seria o meio mais eficaz para captar "o caráter ambíguo da consciência, que escapa tanto ao positivismo quanto ao idealismo" (110).

O raciocínio dialético, como um movimento reflexivo do todo às partes e reciprocamente, recusa qualquer tipo de abstração da lógica formal e transcendental, como também recusa os "os fatos empíricos" da experiência imediata. Sob a ótica do método dialético, as realidades linguísticas individuais e as coletivas são vistas como uma articulação mútua, e mais ainda, o método dialético, diferentemente da indução pura ou da dedução pura, tal como observamos anteriormente, além do sujeito e do objeto, considera o contexto real onde essas entidades se integram. Nesse sentido, se expressa Lucien Goldmann:

"O pensamento dialético afirma que não há pontos de partida absolutamente certos e que o pensamento não avança em linha reta. A marcha do pensamento oscila entre as partes e o todo" (111).

Nessa mesma direção, o posicionamento de Paul de Bruyne e outros ratifica a colocação do item precedente:

"O método dialético, portanto, é oposto em seu projeto a todo método do tipo positivista, ele é "estranho aos métodos operacionais da ciência e, pela mesma razão, aos comportamentos operacionais(...) opõe-se a um modo de pensamento no qual a ordem da quantidade e das matemáticas tornam-se a norma. A lógica dialética se opõe a toda organização administrativa do pensamento" (112).

Um outro tipo de argumento que busca justificar a opção feita por um determinado método ou raciocínio é-nos apresentado, ainda, por Chomsky. Dessa feita, não mais para contestar

potencialidades de um dado procedimento metodológico em relação a outro, como no caso, da indução/dedução, mas para ressaltar valores extrínsecos que esses métodos representam. Nesse sentido entra em jogo uma série de problemas que merecem um tratamento cuidadoso, por se tratar de argumentos sem suporte histórico que se revelam seriamente tendenciosos.

Chomsky, em uma de suas obras mais recentes, já anteriormente citada (113), acrescenta às justificativas feitas em obras anteriores, a respeito das razões que o conduziram ao racionalismo clássico, argumentos que ainda se dirigem à validação da doutrina à qual se filiou.

Não se dando conta dos argumentos tautológicos que esboça, Chomsky discorre sobre um assunto para o qual deixa transparecer pouco domínio, fazendo, inclusive, asserções exageradas, sem profundas convicções da verdade histórica de suas posições.

Chomsky reconhece que tanto o empirismo, quanto o racionalismo floresceram como uma atividade intelectual e científica conforme o interesse de ideologias dominantes, pois cita, simpatizante, o seguinte trecho de Harry Bracken:

"Os debates empirista/racionalista do século dezessete e de hoje são debates entre sistemas de valores ou ideologias diferentes. Daí a exaltação que caracteriza essas diferenças" (114).

Não se conformando com a generalidade dessa afirmação de Bracken, Chomsky continua citando-o à procura de argumentos que melhor caracterizem o espírito empirista. Assim, o empirismo, na visão de Bracken, aparece como uma doutrina em que

"O racismo é fácil e prontamente definível se pensarmos no ser humano de acordo com o seu ensinamento empirista pois a essência do indivíduo pode ser determina

da a partir de sua cor, língua, religião, etc., enquanto que o modelo dualista cartesiano constitui ... um modesto travão intelectual à articulação da degradação racial e da escravatura. (...) O empirismo estabelece um modelo de pessoa em que a cor, sexo, língua, religião, etc. podem ser considerados essenciais sem as dificuldades lógicas que sugestões como a dos espíritos de cor levantam ao cartesianismo" (115).

Para salvar a "pureza" do racionalismo cartesiano, Chomsky cita, ainda mais uma vez, um trecho de Bracken, bastante revelador da "ingenuidade" e da "pureza de idéias" dessa doutrina:

"o antiabstracionismo e o anti-empirismo da filosofia cartesiana estão estreitamente ligados à preocupação com a liberdade humana. Mais genericamente, o modelo racionalista de homem é concebido para defender um espírito activo e criador que não é impressionado nem do "exterior" para o "interior", nem considerado adaptável ... O pensamento cartesiano constitui um vigoroso esforço para afirmar a dignidade da pessoa humana... [em contraste] a concepção empirista de tábuas rasas da aprendizagem é um modelo manipulador" ..." (116).

Para Chomsky, essa perspectiva lhe parece "exata, tanto no aspecto conceptual, como histórico" (117).

Em tudo isso, há um aspecto que nos parece bastante curioso. Talvez esse dogmatismo, essa persistência em defender os postulados do racionalismo clássico seja atualmente, para Chomsky, apenas uma espécie de atitude de honestidade pessoal, sinceridade intelectual ou mesmo desejo de impressionar os "menos avisados" e garantir sua permanência na "ordem do dia" perante um grupo de pessoas que lhe outorgaram crédito. Sustentar, pois, cien

tificamente, a sua teoria da linguagem não tem sido uma tarefa fá-  
cil e, não raro, lhe tem faltado o fôlego e a coerência.

Ora, mesmo sem ter acesso aos textos de Bracken, refe-  
ridos acima e citados por Chomsky, e sem ter razões precisas para  
contestar o caráter de exatidão que levou Chomsky a endossar esse  
posicionamento, citando-o quase que para fins "maquiavélicos", fa-  
remos algumas observações nesse sentido que irão de encontro a  
essas idéias que, embora correndo o risco de impressionismo, nos  
parecem "sob encomenda".

Portanto, se para Chomsky, do ponto de vista conceptu-  
al, há procedência para as afirmações de Bracken, elas, contudo, ca-  
recem de maiores revelações, pois as analogias entre o homem e a  
máquina provêm do legado conceptual do cartesianismo, assunto a  
que já nos referimos anteriormente. Tanto isso é verdade que o mo-  
vimento cibernético foi denominado genericamente de "o neocartesia-  
nismo da máquina" (118).

Por outro lado, as primeiras críticas sérias ao apara-  
to conceptual que conduzia a uma alienação do homem não provêm  
do racionalismo cartesiano, mas do esforço desprendido pelo mate-  
rialismo histórico para interpretar toda a ideologia clássica. Por-  
tanto, foi o materialismo histórico que se rebelou contra procedi-  
mentos teóricos e concepções humanísticas gratuitas que provinham  
do racionalismo ou do empirismo clássico.

Não está na pauta de interesses deste estudo inverter  
a crítica que Chomsky dirige ao empirismo com intenção de deificar  
o racionalismo. Discorrer sobre problemas dessa natureza, resulta  
sobremaneira estéril. No entanto, faremos algumas considerações  
de caráter geral:

Ora, se é da própria natureza do empirismo o engajamen-  
to ideológico, o mesmo não acontecendo em relação ao racionalis-  
mo, então, um problema pode ser colocado: ou há uma distorção dos  
fatos em relação à história ou as colocações de Chomsky, citando  
Bracken, não passam de argumentos falaciosos.

Do ponto de vista histórico, o racionalismo e o empirismo foram doutrinas que se cruzaram no tempo e no espaço, não havendo, portanto, um período específico do racionalismo ou do empirismo. Que o racionalismo predominou em relação ao empirismo e vice-versa em um dado período ou em ambientes intelectuais determinados não se discute, mas isso é um outro problema, portanto, dispensa considerações neste trabalho (119).

O problema torna-se sério ao se afirmar que as raízes do "racismo" e da "escravatura", como práticas sociais, remetem à natureza do pensamento empirista, enquanto que o racionalismo foi o "modesto travão intelectual" da "degradação racial e da escravatura". A doutrina do racionalismo chega ao seu apogeu no século XVII e tem na figura de Descartes seu teórico mais expressivo. O século XVII foi também o período de apogeu da expansão do colonialismo europeu. Nesse quadro, a exploração do homem pelo homem teve seus momentos mais expressivos; sirvam de exemplos a situação da América e da África negra na época. O século XVII foi também um marco importante no campo das reflexões empiristas. Através das indagações filosóficas de John Locke, a doutrina empirista chega a uma de suas formas mais acabadas.

Inegavelmente, foi o século XVII o período em que a doutrina racionalista atingiu o seu momento de maior prestígio nos meios intelectuais europeus através das reflexões de Descartes e da expansão de suas meditações por seus discípulos mais fiéis. Nesse mesmo século, o imperialismo europeu gozou de plena expansão na Ásia, África e América, e é no seio dessa expansão que o tráfico de escravos atinge também seu momento de maior plenitude (120).

Se a doutrina racionalista foi "o modesto travão intelectual à articulação da degradação racial e da escravidão...", isso parece ter ficado apenas no plano teórico, pois, na prática, os fatos revelam o contrário. Com isso, não se pretende isolar a doutrina empirista do contágio ideológico. Basta que se analisem os percursos da doutrina empirista até a sua manipulação pelo evolucionismo de Darwin ou pelo positivismo comteano, para comprovar a veracidade dada desse contágio.

As atitudes de Chomsky para livrar a doutrina racionalista de toda e qualquer motivação ideológica, atribuindo, por conseguinte, ao empirismo o lugar único e autêntico em termos de posições reacionárias e manipuladoras, chegam a extremos, a ponto de deixar transparecer que o verdadeiro marxismo, tal como se encontra nas formulações de Marx, possui raciocínios que se identificam perfeitamente com a doutrina racionalista cartesiana, enquanto que em relação à doutrina empirista, esta não passou ou passa de uma ideologia no pensamento marxista (121).

Ora, aqui se coloca, mais uma vez, um problema de importância fundamental. Chomsky usa as expressões empirismo e racionalismo do modo que melhor lhe convém e para tal utiliza argumentos os mais falaciosos. Ao trabalho teórico de Marx pode-se aplicar tanto o termo "empirista", quanto o termo "racionalista". Porém, Marx não pode ser denominado de empirista tal como se faz com David Hume, nem de racionalista, tal como Descartes e seus discípulos. Marx é empirista no sentido de ter utilizado material real, existente, concreto, tal como: salário, preço, lucro, e sobre esse material ter elaborado sua teoria; é racionalista no sentido de ter dado uma interpretação racional aos dados concretos colhidos para a formulação de seu projeto teórico. Os conceitos de Marx partem de uma prática, do real, do concreto, do vivido. Assim, o seu racionalismo pode ser metodológico e nunca ontológico como o racionalismo cartesiano (122).

As justificativas apresentadas por Chomsky em defesa da doutrina racionalista em ciência linguística não se sustentam e o conflito criado entre o empirismo e o racionalismo não passa de uma contenda a-histórica, estéril e sobremaneira caótica.

"... A exaltação da linguística tanto pelo lado filosófico tradicional de mediação intemporal, de espírito, de universalidade, etc. quando pelo seu lado recente, tecnizante, de "ciência exata", de "ciência-piloto", de código neutral, etc. equivale às posições ideológicas em qual

quer plano (econômico, político e ideológico) que destacam um dos elementos dos processos de trabalho e o distinguem como uma verdade" (123).

O movimento de formalização crescente, a tendência à universalidade, o culto das regularidades sistemáticas e o tecnicismo das estruturas movidas por um sistema de regras lógico-matemáticas levaram a ciência lingüística a perder cada vez mais o contato com a realidade de seu objeto.

O lingüista, formado e orientado por um aparelho cultural do regime capitalista, se transformou num mero operador de categorias. Através de um raciocínio "pseudo-psicológico" deformou tanto mais os fatos quanto eliminou da língua todo o fator histórico e social que a determina. Assim, coube ao lingüista operar a substituição do qualitativo pelo quantitativo e daí proceder à explicação dos fenômenos globais que envolvem a linguagem humana.

Ora, nada nos autoriza a afirmar ou a deduzir que a complexidade dos fenômenos lingüísticos pode ser representada por um redutor "corpus de dados" ou pelo aparelho descrito por Chomsky e, muito menos ainda, que a prática da língua esteja regida por regras, igualmente como qualquer sistema racional de operações rege o campo definido de seus axiomas. Nesse sentido, é oportuna a seguinte opinião de Lucien Goldmann:

"se o homem não é uma máquina, mas um ser vivo e consciente. Se se admite a existência no universo de três seres qualitativamente diferentes: o inerte, o vivo e o consciente - deve haver também diferenças qualitativas entre os métodos respectivos das ciências físico-químicas, biológicas e humanas" (124).

Isto posto, podemos afirmar que o esforço produzido pelo lingüista, no sentido de transformar a sua teoria num instrumento de manipulação dos "fatos reais de língua", levou-o ao extremo de formalização comparável às formalizações das ciências ma

temáticas ou físico-químicas. Essa atitude assumida pelo linguísta fez com que o seu discurso teórico se tornasse verdadeiras proposições normativas, valorativas e subjetivas. Como resultado de tudo isso, o fenômeno linguagem, tal como o linguísta o descreve, se nos apresenta reificado. Tal reificação se evidencia quando o linguísta abstrai de seu teorema ou de seu modelo de análise da linguagem, por imperativo dos procedimentos de um método redutor, os fatores heterogêneos que sempre existem na realidade concreta, em prol de uma maior ênfase na metodologia e nas técnicas de manipulação dessa realidade.

### O LUGAR DA CRÍTICA

De conformidade com o que discutimos nos itens precedentes, parece-nos legítimo deduzir que as questões críticas levantadas atualmente à teoria linguística, se não totalmente, mas em sua maioria, estão seriamente deslocadas. A maioria dos depoimentos críticos levantados em direção às várias correntes da teoria linguística moderna se enquadra em apenas duas das três perspectivas que estabelecemos no capítulo I.

Isso quer dizer que as críticas levantadas visam sobretudo a justificar o próprio objeto criticado. No fundo, o que esses posicionamentos críticos objetivam nada mais é do que uma nova proposta de revisão parcial para atender à própria "coerência" interna da teoria. Portanto, ora esses depoimentos funcionam como legitimadores, ora funcionam como preservadores de um dado modelo teórico. Nesse quadro, a perspectiva que denominamos de "exploratória" ocupa um lugar marginal na atividade crítica dirigida à ciência da linguagem.

Por outro lado, a maioria dos críticos em Linguística julga que a maior divergência entre as duas correntes linguísticas mais divulgadas: a linguística estrutural e a gramática gera

tivo-transformacional se aloja na metodologia que esses enfoques utilizam. Já tivemos oportunidade de demonstrar que essa contenda se revela extremamente enganadora. A divergência operacional des sas escolas, se é que existe, estava (e está ainda) em função de um programa ideológico.

A discussão provocada em torno do método levou a crítica para um outro pólo igualmente insignificante. Desta feita, se instauram as questões visando a enlargar ou a encurtar a natureza de certos conceitos básicos, e, até mesmo, a eliminar alguns do corpo da teoria, introduzindo outros ou deixando o vazio, caso isso se torne necessário para que a teoria se mantenha firme.

O ponto de vista crítico, adotado por um grande número de linguistas, volta-se sobretudo para questões pragmáticas, a partir das quais novas receitas técnicas são tiradas para atender a casos particulares e privilegiados. Daí, a unilateralidade dos posicionamentos críticos que, quando muito, conduzem a um revisio nismo constante que leva a um refinamento sofisticado de técnicas metodológicas, enquanto a teoria linguística, como tal, permanece na "cegueira teórica" de uma ideologia que a sustenta.

São poucos os linguistas que se lançam a uma crítica a berta de sua disciplina. A atividade crítica é pouco rendosa e ocupa um lugar marginal na sociedade moderna. Não há financiamentos para críticas, nem para qualquer atividade contestatória. No âmbito da teoria linguística, essa questão é altamente delicada. Isso se deve ao fato de a maioria dos linguistas se deixar possuir por um certa "ingenuidade". Essa atitude leva esses cientistas a crê rem que a sua disciplina é uma disciplina neutra, apolítica, cheia de "boas intenções" e amplamente humanística. É realmente lame ntável que o cientista da linguagem guarde essa imagem de sua ciência e opte por desconhecer que sua atividade, povoada de "boas cons ciências", se desenvolveu no plano ideológico.

Os linguistas, antes de empreenderem qualquer ativida

de crítica, munem-se de certas precauções e deslocam sua crítica para elementos que, de qualquer forma, conservam e garantem o estatuto de sua disciplina. Enquanto isso acontece, os legítimos locais passíveis de crítica permanecem intocáveis como se se tratasse de uma verdade insofismável:

Assim, no quadro crítico permitido pelo lingüista, têm lugar apenas questões ligadas à testificação de um dado modelo teórico. Portanto, a realidade dos fatos só interessa ao cientista à medida que essa realidade valida axiomas de sua teoria. Questões ligadas à prática ideológica da ciência lingüística, ao modo como essa disciplina encara seu objeto de investigação e aos suportes teóricos que a sustentam cientificamente estão fora de cogitação. O pólo crítico se encontra, pois, nos próprios fenômenos lingüísticos, ora levando o lingüista a burilar suas técnicas de manipulação, ora conduzindo-o a mutilar esses fenômenos por rejeitarem a investida de uma metodologia tecnicizante.

Com efeito, no campo da atividade lingüística, é comum se observar que a tática de manipulação se enriquece a cada reflexão crítica e esta preocupação se sobrepõe a preocupações teóricas. O fenômeno "língua" ou "linguagem" é submetido a uma decomposição e recomposição em nome de uma reprodução real, mas, o que realmente acontece é a simulação desse fenômeno.

As táticas de manipulação operam com dicotomias mutiladoras e se conformam em separar, dividir, classificar, determinar diferenças formais, paradigmas, oposições binárias, transformações, leis e regras alheias à natureza do objeto investigado. Nessa concepção, o homem nada mais é do que um mero articulador de regras abstratas, de formas, de sistemas e de estruturas; o resto, aquilo que o caracteriza, é tido como um resíduo irracional, desprovido, portanto, de qualquer valor cognitivo.

Na busca das estruturas ingênuas da linguagem, do equilíbrio sistêmico e das estabilidades definitivas e universais, o

lingüista se conforma e se dá por satisfeito com um "sim" ou um "não", ou, ainda, com o sinal matemático de "mais" ou de "menos". Para o lingüista atual, esses são, pois, os recursos que vão conferir ao seu modelo de análise o que ele denomina de objetividade, simplicidade, economia e cientificidade. Por conseguinte, são essas as categorias que devem ser submetidas a constantes aprimoramentos.

No âmbito da mentalidade estruturalista, em qualquer de suas versões, não se tornou possível pensar a linguagem como um produto social, genética e funcionalmente ligada à prática humana social e por ela modelada, isto é, como produto e reflexo de uma situação concreta; a linguagem constituída como resposta a uma prática, derivada de uma situação determinada. A visão estreita e empobrecida que o estruturalismo guarda da linguagem humana está sintetizada nesta colocação de Kristeva:

"Podemos mesmo dizer que a mutação epistemológica introduzida pelo estruturalismo e de que o estruturalismo americano é a tendência formalizadora extrema, consiste não em explicar, mas em propor - de acordo com o lógico-positivismo - uma descrição simples, cega quanto aos seus próprios fundamentos e técnica no seu procedimento, desse objeto estático, sem sujeito e sem história, que se tornou a linguagem" (125).

A reflexão crítica, como uma atividade teórica transformadora, se resumiu a uma mera revisão de elementos periféricos da teoria lingüística, permanecendo, portanto, intato todo o conteúdo ideológico que a nutre e conserva. Em tudo isso, o que realmente ressaltam são proposições vazias apresentadas por lingüistas para justificar a sua adesão a uma dada corrente.

Outrora, a reflexão crítica disputou um lugar de prestígio nas atividades científicas. No campo da ciência da linguagem passou mesmo de uma prática privilegiada à estigma, limitando-se a fortalecer as suas próprias contradições. Porém, uma coisa

de positivo nessa atitude se nos revela: a ingenuidade dos lingüistas, inclusive, brasileiros, que, na sua maioria, estão sempre re<sub>re</sub>ptivos "à moda"; ao serem criticados, fecham-se em sua impassi<sub>bi</sub>lidade, colocando diante de si uma muralha; esses lingüistas se sentem protegidos como se realmente estivessem numa verdadeira fortaleza. Reagem pois a críticas, limitando-se a uma resposta va<sub>z</sub>ia do tipo: "eles ainda são saussureanos" e, com isso, respiram aliviados, completando "quanto a nós, somos chomskyanos".

Um outro aspecto que merece ser ressaltado aqui e que está fora de qualquer manifestação crítica atualmente dirigida à teoria lingüística, diz respeito ao fato de se acreditar (e desta fê, participa a maioria dos lingüistas) que o estatuto científico de uma disciplina é dado pelo grau de formalização que a discipli<sub>na</sub> atinge. Essa formalização é quase sempre, se não totalmente, identificada com a utilização da matemática e da lógica no corpo de suas proposições:

Nessa concepção se aloja o "mito" da interdisciplinari<sub>da</sub>de absoluta.

A lingüística estrutural tradicional, cujos princípios de análise se pautavam nos processos de segmentação e classifica<sub>ção</sub>, trabalhou ao lado de várias disciplinas da própria área das ciências humanas ou sociais. Assim, a antropologia, a etnologia, a sociologia, a psicologia etc. estiveram estreitamente ligadas ao programa teórico da Lingüística. Recentemente, esse panorama se inverteu e a teoria lingüística, mais especificamente, o modelo gerativista, se deixou levar (ou mesmo enganar) pelas "maravi<sub>lhas</sub>" das ciências exatas, principalmente no que diz respeito à lógica matemática.

À medida que a teoria lingüística procurou sustentar<sub>se</sub> no aparato conceptual e técnico das ciências exatas, chamou pa<sub>ra</sub> si o "mito" do cientificismo, segundo o qual

"Nenhum conhecimento poderá pretender a dignidade científica, a não ser que prove sua capacidade de revestir as formas e os cânones ditados pela física e pelas matemáticas". (126).

Se na linguística estrutural tradicional a linguagem humana, como uma prática social, era analisada tendo em vista um reduzido "corpus de dados", recolhido quase que aleatoriamente, portanto, insignificante em relação à prática linguística global da comunidade falante, no modelo gerativista não há lugar nem para esses dados reduzidos, sejam eles de que natureza forem. No modelo gerativista, a prática cotidiana da linguagem é substituída por um conhecimento linguístico imanente, implícito, abstrato, uniforme e, como tal, matematizável.

Os procedimentos empíricos de análise da linguística estrutural são substituídos por postulados lógico-dedutivos de cunho racionalista cartesiano, retomados por Chomsky e introduzidos no corpo da teoria linguística moderna. Esse retorno vem acompanhado de velhos preconceitos da filosofia idealista, tais como: os desejos transcendentes de invenção ou descoberta da "língua filosófica", da "língua-mãe", das "excelências das línguas", da "alma das línguas", dos "universais linguísticos", do "esquema geral inato", do "espelho do espírito" ou mesmo das "Gramáticas Universais" (127).

Dessa forma, o retorno ao pensamento cartesiano operado pelo modelo gerativista teve como função legitimar a integração da teoria linguística no âmbito das ciências exatas. Daí a apologia da interdisciplinaridade necessária que possibilitou à linguagem humana um tratamento rigorosamente matemático e, por conseguinte, alienado em seus procedimentos, concepções e finalidades.

O filósofo francês, Louis Althusser (128) fez sérias e rigorosas colocações, no sentido de ressaltar as implicações ideológicas que estão subjacentes ao que ele mesmo denominou de "a moda da interdisciplinaridade".

Passemos portanto ao exame crítico da problemática da interdisciplinaridade, tomando como suporte as ponderações desse filósofo francês.

Assim, para Louis Althusser, há dois tipos fundamentais de relação interdisciplinar: "de aplicação" e "de constituição". A idéia de aplicação se liga à idéia de "sobreposição-impressão", implicando, portanto, "a dualidade dos objetos: aquele que é aplicado é diferente daquele sobre o qual se aplica; é a exterioridade e a instrumentalidade do primeiro em relação ao segundo. A noção comum de aplicação remete-nos assim para o mundo da técnica" (129).

Nessa perspectiva, há de existir uma demarcação bastante nítida, pois as relações que as matemáticas mantêm com disciplinas como a física matemática, a física experimental, a química ou biologia não se resumem à exterioridade ou à instrumentalidade. Portanto, não se trata de uma relação técnica, mas de uma relação de "constituição" (130).

Se essas relações interdisciplinares são tomadas indiferentemente pelos cientistas, necessário se faz criticá-los, denunciando os problemas reais que subjazem às soluções imaginárias a que chegam. É indispensável para o cientista ter consciência da real natureza de sua disciplina de modo a reconhecer que

"A relação das matemáticas com as ciências da natureza é, portanto, uma relação orgânica - enquanto que a relação das matemáticas com as ciências humanas é uma relação exterior, não orgânica, uma relação apenas "teórica de aplicação" (131).

Em relação às ciências da natureza, reforça Althusser,

"a questão das condições de aplicação das matemáticas, portanto, da legitimidade desta aplicação e das suas formas técnicas, não é uma questão problemática (...). Nas ciências humanas, pelo contrário, esta questão é a maior parte das vezes problemática" (132).

Disso, os lingüístas, em sua grande maioria, não se deram conta, deixando mesmo enganar-se pelo "mito" da matematização científicizante.

Althusser vê ainda na noção de interdisciplinaridade não uma solução ou condição necessária para o amadurecimento teórico de uma disciplina. A expressão "trocas interdisciplinares" não indica um avanço científico, mas uma contradição. "Essa impaciência generalizada em atirar-se as matemáticas é um sintoma: a maturidade teórica não está atingida" (133).

São poucos ou quase inexistentes os depoimentos críticos levantados pelos cientistas da linguagem que ressaltam o problema da inflação matemática que domina a área da atividade teórica da ciência da linguagem.

Não há uma explicação plausível que justifique as razões por que disciplinas como a psicologia, a história, a economia política, a sociologia, a antropologia e a lingüística se acham sob o crivo das matemáticas. Nesse sentido, tem lugar uma interrogação formulada por Althusser: "...que cumplicidades são de fato seladas sob o prestígio desse uso?" (134)

Ainda para esse filósofo, esse estado de coisas por que passam as ciências humanas e, em particular, a ciência da linguagem, na atualidade, nada tem a ver com a sua relativa juventude. A situação demonstra ser mais grave e, como tal, se nos apresenta como indício de que as ciências humanas se acham, em sua maioria, deslocadas no que diz respeito ao seu objeto. A matematização nada mais é do que uma fuga, um recurso para preencher um vazio que pode ser traduzido como ausência de objeto. Isso se deve ao fato de as ciências humanas terem: "uma base teórica falsa e equívoca"; seus teóricos produzem "longos discursos e numerosos "resultados", mas, embora convencidos de que sabem muito bem de que elas são ciências, a verdade é que "não sabem" de quê são ciências: mal-entendido" (135).

No grande jogo das relações interdisciplinares se destacou, não a cientificidade conferida por uma mudança de métodos, mas a matematização sistemática de numerosas disciplinas. Nesse quadro, se aloja soberana a linguística. Na ânsia de uma universalidade de princípios, a linguística se deixou dominar pela ideologia matematizante, o que lhe valeu o título nobre de "ciência-piloto" das ciências humanas. Esse título lhe conferiu não só um suposto estágio de maturidade, mas também lhe autorizou a prática de um imperialismo teórico, na região de disciplinas afins.

O prestígio de que gozou (e goza ainda, em certas áreas) a ciência da linguagem é um pólo que sempre mereceu uma reflexão crítica rigorosa.

"Quando as disciplinas andam à procura dum método universal, há fortes razões para se suspeitar que elas têm demasiada vontade de exhibir seus títulos científicos para os terem merecido. As verdadeiras ciências não precisam nunca de tornar público que encontraram a receita para o serem" (136).

Assim, a questão da interdisciplinaridade, tal como Althusser se posiciona, é um mito que existe difuso nas ciências humanas. Disciplinas como a sociologia, a economia política, a psicologia, a história literária e a linguística continuam penetrando no âmbito de outras áreas do saber. Através de empréstimos de noções, métodos e demais procedimentos técnicos, essas disciplinas exibem uma verdadeira "prática do ecletismo".

Segundo Althusser, essa "prática do ecletismo" e das "mesas redondas interdisciplinares" se realiza da seguinte maneira:

"Convidam-se os vizinhos, ao acaso, melhor ou pior, para não esquecer ninguém, nunca se sabe. (...) Esta prática das mesas redondas duplica-se necessariamente numa ideologia das virtudes interdisciplinares, que é

o contraponto e a missa. Esta ideologia encerra-se numa fórmula: quando se ignora qualquer coisa que toda gente ignora, basta reunir todos os ignorantes: a ciência sairá da reunião dos ignorantes. (...) Quando se convoca toda a gente, não é a nova ciência, esperada, que é convidada, pois ela não é nunca o resultado da reunião de especialistas que a ignoram, mas uma personagem que ninguém convidou - e que não é necessário convidar, visto que se dá por convidado -, a ideologia teórica comum que habita silenciosamente a "consciência" de todos estes especialistas: quando se reúnem, é ela que fala alto - pelas suas vozes" (137).

Finalizando este tópico, cabe colocar mais um problema que se acha ligado à questão da interdisciplinaridade e, como tal, também se encontra fora de qualquer reflexão crítica, por parte da maioria dos linguistas contemporâneos. Trata-se, portanto, do fato de a teoria linguística, em particular, o modelo gerativista (138), ter aceitado, embora disfarçadamente, no corpo de seus postulados, proposições normativas, valorativas ou subjetivas, marcando, pois, o retorno de velhos preconceitos tidos, há muito, por superados.

Podemos discutir a questão da existência de proposições normativas, valorativas ou subjetivas na doutrina chomskyana, focalizando dois aspectos principais: de um lado, cabe-nos referir à presença, nessa doutrina, de certos dogmatismos que levaram a hipostasias de indiscutíveis foros de verdade; por outro lado, cabe-nos ressaltar o caráter prescritivo sobre o qual repousa o modelo chomkyano, tendo em vista o seu objeto de investigação.

O primeiro caso se liga ao problema do retorno ao pensamento cartesiano, operado pela gramática gerativa, trazendo de volta a dicotomia do inato/adquirido (139), no momento mesmo em que a ciência da linguagem já tinha dado por superado esse dilema.

O mito cartesiano de uma razão inata, isto é, de uma cultura natural ou de uma natureza cultivada que preexiste a qualquer tipo de educação, conduziu a linguística, através das formulações

chomskianas, a se libertar de uma psicologia de cunho descritivo para, dogmaticamente, agarrar-se a uma psicologia das faculdades. Esse caminho conferiu à ciência lingüística o estatuto ideológico de uma disciplina neutra.

A hipótese do inatismo e, conseqüentemente, o problema da existência dos universais lingüísticos, como produtos da reflexão cartesiana e colocados na "ordem do dia" pelo movimento gerativista, projetam uma visão do homem como um indivíduo isolado, emancipado, sujeito, portanto, não só a racionalizações, mas também a irracionalismos. Projetam ainda no organismo humano, a partir de supostos produtos acabados, teorias formais tidas como capazes de explicar a gênese dos comportamentos verbais.

Na busca de validação dessas hipóteses, o lingüista transformacionista utiliza expedientes os mais subjetivos, recorrendo a elementos lingüísticos que, quando muito, pertencem ao seu próprio idioleto. Esses recursos são constantes e visam, sobretudo, a manter inviolável um conjunto de regras pré-estabelecidas que devem explicar, a qualquer custo, os fenômenos que o investigador deseja invocar da "competência lingüística do falante". Esses fenômenos, por preconcebidos que sejam não devem ser contrariados a partir de dados da performance lingüística. Nesse trajeto, a performance tem uma função de destaque que é a de legitimadora do que se imagina da competência.

Admitem ainda os lingüistas da escola de Chomsky, que, a nível da competência, podem existir enunciados teoricamente possíveis que não se evidenciam a nível de performance, pois, esta se resume a uma realização marginal, dentre outras, do que se denomina de competência. Aqui se aloja um dos pontos críticos da teoria. A competência lingüística, como uma abstração inferida pelo lingüista, tem realizações mais ou menos acidentais, que se manifestam a nível da performance, porém, pode-se observar, sem dificuldade, quão fácil e tentador é esse conceito de competência. Tudo que deve contradizer o seu esquema formal atribui-se a fatores extra-lingüísti

cos e se endossa à performance tudo o que põe em perigo a idéia que se tem de competência.

Como podemos observar, não é uma tarefa fácil atribuir um estatuto psicológico a uma competência que não se realiza nunca, a não ser pálida e acidentalmente através da performance, mesmo assim sujeita a toda e qualquer sorte de desvios.

Esses procedimentos trazem todos os indicadores de uma perspectiva marcada pela incoerência. Há demonstrações de que o linguísta funda as suas reflexões sobre teses manifestamente falsas e a explicação para esse estado de coisas pode ser encarada do ponto de vista psicológico, isto é, pelo vivo interesse do linguísta pelas ciências dedutivas cujos métodos o fascinaram.

Ora, é precisamente em tais ciências que se procede habitualmente a partir de certos axiomas e regras lógicas, sem qualquer preocupação com a origem e a realidade dos fatos analisados. Esse tipo de procedimento, mesmo que seja legítimo nas ciências dedutivas, fracassa inteiramente logo que é aplicado a produtos sociais, tais como a linguagem humana.

"Há que renunciar, pois, em vez na 'contribuição' do organismo à aquisição da linguagem um dado inato, definível em termos de formalização linguística ainda que seja, como os linguístas o admitem, a um nível 'altamente abstrato' -, renunciar a etiquetar este dado como teoria ou hipótese. Há de se ver nele, pelo contrário, certas potencialidades do desenvolvimento, que não merece a pena querer descobrir independentemente deste mesmo desenvolvimento" (140).

O modelo gerativo, com suas tomadas de posição subjetivas, taxativas, axiomáticas, não apenas trouxe problemas ou entraves para a área específica da teoria linguística, mas também se deu o trabalho de levantar hipóteses que se cobrem com uma aura de mistérios para as quais aguarda uma resposta que deve ser fornecida por outras áreas do conhecimento.

Assim, cabe ao psicólogo, segundo Chomsky:

- a) "descobrir o esquema inato que caracteriza a classe de línguas potenciais, que define a "essência" da linguagem humana;
- b) "...o estudo detalhado do carácter real do estímulo e da interação do organismo com o meio, que põe em operação os mecanismos cognitivos inatos";
- c) "... determinar exatamente o que significa a respeito de Gramática Gerativa de uma língua, ser "consistente" com os dados dos sentidos" (141).

Na resposta a esses problemas, além de psicólogos, devem participar biólogos, antropólogos e sociólogos, tendo em vista que se espera uma solução adequada e coerente com todo o universo que, direta ou indiretamente, determina os comportamentos verbais.

Até que ponto esses cientistas se interessam pelos problemas levantados por Chomsky? Alguns até contestam a legitimidade dessas questões, como no caso de Adam Schaff (142), devido a sua pouca objetividade de modo a conduzir a discussão ao puro idealismo metafísico.

O segundo aspecto aludido anteriormente diz respeito à presença de atitudes prescritivas no âmbito do modelo gerativista. Tais atitudes se escondem atrás de conceitos que se dizem meramente "técnicos". Nesse domínio, inserimos os conceitos de "gramaticalidade" e de "aceitabilidade" tidos como conceitos neutros do ponto de vista de qualquer juízo de valor.

Os conceitos de "gramaticalidade" e de "aceitabilidade" são apresentados como em nada equivalentes a julgamentos prescritivos da gramática tradicional. Para Chomsky, gramaticalidade é um conceito puramente técnico, não estando baseado no emprego dessa ou daquela palavra ou construção. Trata-se, pois, de um julgamento que não depende de qualquer experiência adquirida, uma vez

que não provém da cultura nem do grupo social a que pertence o falante. O julgamento de gramaticalidade, como uma aptidão do falante, pertence à competência; é, por conseguinte, da natureza mesma do sistema de regras gerais interiorizadas durante a aprendizagem da língua. São os julgamentos de gramaticalidade que servirão para determinar se uma dada frase construída com vocábulos de sua língua está bem formada com relação às regras da gramática interiorizada ou se essas regras sofrem qualquer tipo de coerção provocando desvios no sistema de regras.

Por outro lado, o conceito de "aceitabilidade", segundo Chomsky, está ligado à performance e depende não só da conformidade com as regras da gramática, mas também as regras definidas pela situação ou contexto ou, ainda, pelas propriedades psicológicas que envolvem o ato de produção da fala.

Gramaticalidade e aceitabilidade são conceitos que, por pretenderem a neutralidade, se mostram confusos, quando não extremamente ambíguos. Assim, há frases gramaticais e aceitáveis, gramaticais e inaceitáveis, agramaticais e aceitáveis, agramaticais e inaceitáveis. Nesse jogo de noções, o que ressalta à primeira vista, são argumentos pouco convincentes para disfarçar um compromisso normativo.

Para R.L. Wagner, uma atitude normativa, em termos linguísticos:

"implica que se tenha discernido níveis entre diversas maneiras de expressar; que se tenha hierarquizado esses níveis e conferido a um deles a dignidade de modelo" (143).

A gramática gerativa não teoriza a linguagem humana, partindo de situações concretas e de falantes reais inseridos em situações ou contextos também reais. Todo o aparelho teórico gerativista se volta para um suposto "falante-ouvinte ideal" alojado numa comunidade linguística supostamente ideal. Ora, a categoria de

ideal só existe em função do real, do vivido. Daí porque o ideal é uma aspiração e, como tal, é normativo.

Vejamos esse tema com mais alguns detalhes. A gramática tradicional escolar concedeu (e ainda concede) uma especial atenção a julgamentos do tipo normativo, expressos através da dicotomia - certo/errado. A única explicação dada para esse tipo de juízo de valor é que os erros ou desvios, por não estarem "de acordo com o gênio da língua" violam as suas exigências internas. Essa explicação nada mais faz do que mascarar ou traduzir valores de caráter intrinsecamente social.

As expressões que marcam e, de certo modo disfarçam, um julgamento de tipo normativo se manifestam de modos diversos: "isso não se diz", "essa construção não é elegante", "isso não é português", "isso não é permitido", "essa construção é vulgar", além de outras possibilidades. A lingüística estrutural não admitiu, em seu quadro teórico, julgamentos dessa natureza. A noção de norma era definida, tendo em vista critérios internos e com base no "corpus de dados" colhido para análise; é

"normal" tudo aquilo que está no corpus e aquilo que dele se puder tirar por generalização; é "anormal" tudo aquilo que não puder ser tirado do "corpus" (144).

A utilização, em gramática gerativa, de uma certa metalinguagem, incluindo certos tipos de sinais gráficos, como parênteses ou asteriscos e até mesmo determinadas expressões, tornou possível discutir que tais procedimentos se assemelham às posições da gramática tradicional, no tocante ao tratamento normativo de seus enunciados.

No entanto, Chomsky e seus mais legítimos defensores insistem em negar que a noção de gramaticalidade esteja vinculada a qualquer conotação normativa, sendo, portanto, um conceito puramente técnico. Assim, a noção "técnica" de gramaticalidade deve ser entendida a partir da seguinte situação:

"Uma gramática gerativa, enquanto sistema formal, produz, mecanicamente, a partir de um conjunto finito de elementos chamados 'vocabulário', por um conjunto finito de regras, um conjunto infinito de **seqüências** que constituem, por definição, o conjunto das seqüências ou frases bem formadas ditas "gramaticais".

"Por conseguinte, sobre o conjunto infinito das cadeias constituíveis a partir dos elementos do vocabulário do sistema, uma gramática procede a uma partição automática que opõe o subconjunto infinito das cadeias gramaticais ao subconjunto infinito das seqüências agramaticais" (145).

Isso posto, leva-nos a concluir que dizer de uma dada frase que ela é gramatical ou agramatical significa apenas "uma constatação puramente formal" e conforme com "as exigências internas do sistema de regras" (146), sem nenhum apelo a qualquer julgamento de valor ou apreciação subjetiva.

Cabe ressaltar que a noção de gramaticalidade não se aplica apenas ao contexto fechado do sistema de regras da gramática. O linguísta freqüentemente recorre aos dados da performance e à intuição do falante nativo (quando não se limita a sua própria intuição) com o objetivo de conformar ou legitimar o sistema de regras que compõe a sua competência linguística. Aqui tem lugar o que se denomina de **sentimento de gramaticalidade** que nada mais é do que o julgamento operado pelo falante nativo em relação aos enunciados de sua própria língua.

O sentimento de gramaticalidade (que muito raramente é o do falante nativo, limitando-se, na maioria das vezes, ao próprio idioleto do linguísta) conduz o locutor a operar uma seleção e a rejeitar como "agramaticais" enunciados "mal formados".

Ora, pouco importa que bons argumentos camuflem velhos preconceitos. A dicotomia certo/errado, de tão boa tradição gramatical, aparece modernamente na teoria linguística, expressa por

um bom número de expressões não menos preconceituosas, tais como: permitido/não-permitido, bem-formado/mal-formado, bom, aceito/não-aceito, possível/impossível, desviante, duvidoso, muito duvidoso, gramatical/agramatical. Nesse sentido, a gramática tradicional foi sempre coerente por se definir como prescritiva ou normativa.

De nada vale o argumento que Chomsky levanta para justificar os vários sentidos "técnicos" de noções como as que relacionamos anteriormente. Pois, os enunciados bem-formados, gramaticais ou gerados pelo aparelho mecânico denominado "Gramática", coincidem, exatamente, com os que a gramática tradicional arrolava (e, ainda arrola) como corretos e, como tal, pertencentes ao nível de língua tido por padrão. A esse nível, se instaura mais uma ambigüidade: a pretensa abordagem científica da gramática gerativa repousa sobre atitudes normativas.

Julgamos já ter apresentado material suficiente para de mostrar que os verdadeiros pontos críticos da teoria lingüística moderna não têm recebido um tratamento merecido. As posturas críticas assumidas, na maioria dos casos, se concentram em aspectos marginais da teoria, visando a uma readaptação sempre voltada para situações privilegiadas.

As reformulações por que tem passado a teoria lingüística moderna foram motivadas por uma necessidade de aplicação a fenômenos lingüísticos isolados que a desafiavam. Assim, os estudos sobre as transformações passivas, as transformações relativas e, em especial, o tratamento dos fonemas nasais, se destacaram como pólos sugestivos e motivadores em relação às sucessivas revisões e reformulações a que se tem exposto a gramática gerativa. Muitas vezes acontece justamente o contrário, a realidade lingüística aparece deformada para que a metodologia e as técnicas utilizadas tenham condições de aplicabilidade.

Feitas essas considerações, relevamos que a linguagem em toda a sua dimensão social e histórica é a "eterna ausente" na teo

ria lingüística moderna, seja qual for a sua orientação. As versões atuais da teoria lingüística explicam a linguagem humana reduzindo-a a sua essência, à lei geral, a princípios abstratos. Nessa ótica mutiladora, o singular se reduz ao universal abstrato, criando dois pólos entre os quais não há mediação: o individual abstrato, de um lado; o universal abstrato, de outro.

Esse processo puramente intelectual da ciência lingüística, que transforma a linguagem humana numa entidade abstrata, inserida num sistema cientificamente analisável e matematicamente descritível, de modo a ignorá-la enquanto forjada na prática social humana, é um reflexo da real metamorfose do homem produzida pela sociedade moderna.

De todas as considerações feitas até agora, uma conclusão se nos ressalta: as teorias dominantes, no âmbito da ciência da linguagem atualmente são ideologias teóricas e, como tal, possuem grande capacidade de reprodução e de enraizamento que conduz ao silêncio os princípios teóricos do método dialético. Reclama-se, portanto, do teórico da linguagem, uma abordagem dialética da linguagem humana, na qual se apreenda seu movimento no contexto de práticas sociais mais amplas.

A teoria lingüística, por ter-se enterrado no imobilismo sistêmico ou estrutural, está longe de ser realmente o que ela pensa que é: ciência; basta notar as suas relações diretas com a série de outras técnicas, como os métodos das relações humanas, os processos de comunicação de massa, as técnicas ideológicas de adaptação e de readaptação sociais em termos de normas educativas, em consonância com a sua antiga função ideológica e política de "bases culturais", para nos convenceremos de que esta hipótese não é imaginária.

N O T A S

II CAPÍTULO

- 01 - No decorrer deste capítulo, empregar-se-á a terminologia Linguística Estrutural para designar as várias correntes linguísticas derivadas, direta ou indiretamente, do pensamento saussureano que antecedem ao movimento da Gramática Gerativo transformacional.
- 02 - Particularmente, estamos nos referindo a escolas como: o funcionalismo linguístico, a glossemática, etc.: todas elas guardam, implícita ou explicitamente, uma marca comum que remete aos ensinamentos de Ferdinand de Saussure.
- 03 - HELMSLEV, Louis - in, "Ensayos Lingüísticos" p. 27. Os grifos são do autor.
- 04 - MARTINET, André - in, "El lenguaje desde el punto de vista funcional" p. 16.
- 05 - Ibid., p. 16.
- 06 - BRUYNE, Paul de e outros - in, "Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais" - p.42:
- 07 - SAUSSURE, Ferdinand de - in, "Curso de Linguística Geral" - p. 13.
- 08 - Ibid., p. 12.
- 09 - Ibid., p. 16.
- 10 - Ibid., p. 16-17.
- 11 - Ibid., p. 17.
- 12 - Ibid., p. 17.
- 13 - Ibid., p. 21.
- 14 - Ibid., p. 22.
- 15 - Ibid., p. 23.
- 16 - Ibid., p. 271.
- 17 - Ibid., p. 27.
- 18 - Ibid., p. 28.
- 19 - Ibid., p. 28.
- 20 - Ibid., p. 28.
- 21 - Ibid., p. 29

- 22 - Ibid., p. 29.
- 23 - Ibid., p. 95.
- 24 - Ibid., p. 96.
- 25 - Ibid., p. 97.
- 26 - Ibid., p. 98.
- 27 - Não faremos considerações mais profundas a respeito das idéias de Edward Sapir por se tratar de uma atividade que extrapola os objetivos deste estudo. No entanto, não será inoportuna a seguinte alusão: as idéias de Sapir não encontraram terreno fértil para vingar, se impor ou se projetar como teoria. A atividade científica de então estava voltada para as técnicas behavioristas. Sapir, criticado como mentalista, não conseguindo pois sobrepujar as críticas a ele dirigidas, cedeu lugar ao mecanicismo condutivista defendido sobretudo por Leonard Bloomfield.
- 28 - KRISTEVA, Júlia - in, "História da Linguagem" - p.333.
- 29 - BLOOMFIELD, Leonard - in, "Language" p.22.
- 30 - Ibid., p. 25.
- 31 - Ibid., p. 27.
- 32 - Ibid., p. 27.
- 33 - Ibid., p. 30.
- 34 - Ibid., p. 31.
- 35 - Ibid., p. 36.
- 36 - Ibid., p. 166.
- 37 - Ibid., p. 33.
- 38 - LECLERC, Gérard - in, "Crítica da Antropologia" - Coleção Praxis nº 20, Ed. Estampa - Lisboa.
- 39 - ALTHESSER, Louis - in, "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado" pp. 41-52.
- 40 - COMTE, Augusto - in, coleção "Os Pensadores", Abril Cultural, p. 78.
- 41 - BRUYNE, Paul de e outros - in, ob.cit., p. 136.

- 42 - Ibid., p.139.
- 43 - Remetemos à obra de MOUNIN, Georges - "História da Linguística: das origens ao século XX", pp. 206-217.
- 44 - A respeito do funcionalismo sociológico, remetemos à síntese de BRUYNE, Paul e outros, ob.cit., pp.133-155.
- 45 - DURKHEIM, Émile - in, "As Regras do Método Sociológico", p. 11.
- 46 - COHN, Gabriel - (org.) - "Sociologia para ler os clássicos" pp. 15-46.
- 47 - Ibid., p. 18.
- 48 - DURKHEIM, Émile - in, ob.cit., p. 6.
- 49 - Ibid., (prefácio), p. XXI.
- 50 - COHN, Gabriel - (org.) - "Sociologia para ler os clássicos" (nota de rodapé), p. 20:
- 51 - Ibid., pp. 30-32.
- 52 - COMTE, Augusto - in, ob. cit., pp.17-18.
- 53 - Para outros esclarecimentos, ver HEATHER, Nick - in, "Perspectivas Radicais em Psicologia". pp. 15-44.
- 54 - HEATHER, Nick - in, ob. cit., p. 21.
- 55 - CHÂTELET, François - in, "Filosofia das Ciências Sociais"- Vol. VII, pp.52-60:
- 56 - HEATHER, Nick - in, ob. cit., p.65.
- 57 - EPSTEIN, Isaac - (org.) - "Cibernética e Comunicação", p.86.
- 58 - Ibid., p. 88.
- 59 - Ibid., pp. 88-89.
- 60 - Ibid., p. 111.
- 61 - APTER, Michael J. - in, "Cibernética e Psicologia", p.155. Os grifos são do autor.
- 62 - HEATHER, Nick - in, ob. cit., p. 50.
- 63 - Ibid., p. 50.
- 64 - KRISTEVA, Júlia - in, ob.cit., p. 154.

- 65 - Para NIVETTE, Joseph - "Princípios de Gramática Gerativa", pp. 29-30, a gênese do pensamento chomskyano remete às concepções teórico-lógicas defendidas pelos neopositivistas Carnap e Wittgenstein.
- 66 - Em gramática gerativa, denomina-se de "teoria-padrão", o resultado das modificações significativas que culminaram com o aparecimento das obras "An Integrated Theory of Linguistic Descriptions" de Katz e Postal (1964) e "Aspects of the Theory of Syntax" de Chomsky (1965).
- 67 - CHOMSKY, Noam - in, "Aspectos da Teoria da Sintaxe", p. 83.
- 68 - Ibid., p. 84.
- 69 - Ibid., p. 84.
- 70 - Ibid., p. 84.
- 71 - Ibid., p. 84.
- 72 - Ibid., p. 131:
- 73 - Ibid., p. 132.
- 74 - KRISTEVA, Júlia - in, ob. cit., p. 364.
- 75 - Ibid., p. 362.
- 76 - Não é da competência deste estudo tecer maiores comentários a respeito das modificações ocorridas em todo o desenvolver do pensamento chomskyano. Neste sentido, faremos apenas e de modo esquemático algumas alusões no momento em que isso se nos pareça pertinente.
- 77 - GALMICHE, Michel - in, "Sémantique Générative" - pp. 44-49.
- 78 - "Reflexões sobre a linguagem" é uma das últimas obras de Chomsky. A versão original é de 1975 e contém as mais recentes de suas formalizações.
- 79 - CHOMSKY, Noam - in. "Reflexões sobre a linguagem", p. 10.
- 80 - Ibid., p. 11.
- 81 - Ibid., p. 19.
- 82 - Ibid., p. 30.
- 83 - Ibid., p. 41.
- 84 - Ibid., p. 42.

- 85 - Ibid., p. 91.
- 86 - Ibid., p. 91.
- 87 - Ibid., p. 91.
- 88 - Retomaremos esse problema mais adiante, quando da discussão a respeito dos conceitos "técnicos" de gramaticalidade e a ceitabilidade.
- 89 - DAVID, Aurel - in. "A Cibernética e o Humano". p. 41.
- 90 - EDMONDS, J. e outros - in, "Linguística y Sociedad", pp.13-81.
- 91 - Estamos nos referindo à obra inicial de Chomsky - "Estruturas Sintáticas".
- 92 - ALONSO-CORTÉS, A Manteca (org.) - "Linguística y Sociedad", p.4.
- 93 - EDMONDS, J. e outros - in, ob. cit., pp.13-42.
- 94 - Ibid., p. 18.
- 95 - Ibid., p. 19.
- 96 - Ibid., pp.19-20.
- 97 - Ibid., pp.47-81.
- 98 - Ibid., pp.57-60.
- 99 - Ibid., p. 39.
- 100 - IDATTE, Paul - in, "Chaves da Cibernética", pp. 5-6.
- 101 - KRISTEVA, Júlia - in, ob. cit., pp. 363-364.
- 102 - EDMONDS, J. e outros - in, ob. cit., pp. 47-81.
- 103 - CHOMSKY, Noam - in, "Aspectos da Teoria da Sintaxe", p. 138.
- 104 - BRUYNE, Paul e outros - in, ob. cit., p. 54.
- 105 - MOUNIN, Georges, in, ob.cit., pp. 200-237.
- 106 - CHOMSKY, Noam - in, "Aspectos da Teoria da Sintaxe", p. 89.
- 107 - ESCOBAR, Carlos Henrique de e outros - in, "Epistemologia e Teoria da Ciência", pp. 30-86:
- 108 - GOLDMANN, Lucien - in, "Dialética e Cultura" - p. 5.

- 109 - WELLS, Rulon - in, "Ensaio de Semiologia: problemas gerais linguística cinésica" - col. I - pp. 95-101.
- 110 - KOSIK, KAREL - in, "Dialética do Concreto", p. 26.
- 111 - GOLDMANN, Lucien - in, "Dialética e Cultura", p. 5.
- 112 - BRUYNE, Paul de e outros - in, ob. cit. p. 74.
- 113 - Trata-se ainda da obra "Reflexões sobre a linguagem", 1975.
- 114 - CHOMSKY, Noam - in, "Reflexões sobre a linguagem", p. 140.
- 115 - Ibid., pp. 142-143.
- 116 - Ibid., p. 143.
- 117 - Ibid., p. 143.
- 118 - EPSTEIN, Issac (org.) - in, ob. cit., pp. 83-128.
- 119 - Para outros esclarecimentos, ver HAZARD, PAUL - in, "Crise da Consciência Européia", cap. I, pp. 99-125.
- 120 - Maiores detalhes, ver NOVAIS, Fernando - in, "Estrutura e Dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)", Caderno CEBRAP nº 17.
- 121 - CHOMSKY, Noam - in, "Reflexões sobre a linguagem", p. 141.
- 122 - São de destacar as colocações de PAVÓN, Dalmacio Negro - (Prólogo da edição espanhola de "Miséria de la Filosofia" de Marx, Karl - pp. 9-28). Sobre o método em Marx, Karl - ver ainda o cap. II, ob. cit. pp. 153-245:
- 123 - ESCOBAR, Carlos Henrique de - in - "Proposições para uma semiologia e uma linguística" - pp. 212-213.
- 124 - GOLDMANN, Lucien - in, "Ciências Humanas e Filosofia". p. 94.
- 125 - KRISTEVA, Júlia - in - ob. cit., p. 342.
- 126 - JAPIASSU, Hilton, in - "O Mito da Neutralidade Científica". p. 73.
- 127 - Isso se confirma na obra de Chomsky "Linguística Cartesiana" (Nota de rodapé, p. 39); remetemos ainda a todo o primeiro capítulo de sua obra "Reflexões sobre a linguagem", onde essas idéias mais precisamente se acentuam.
- 128 - Trata-se especificamente de sua obra "Filosofia e a Filosofia Espontânea dos Cientistas".
- 129 - ALTHUSSER, Louis - in, "Filosofia e a Filosofia Espontânea dos Cientistas", p. 37.

- 130 - Ibid., pp. 37-39.
- 131 - Ibid., pp. 42-43.
- 132 - Ibid., p. 43. O grifo é do autor.
- 133 - Ibid., p. 43. O grifo é do autor.
- 134 - Ibid. p. 43.
- 135 - Ibid., pp. 44-45. O grifo é do autor.
- 136 - Ibid., p. 57.
- 137 - Ibid., p. 59.
- 138 - Nesse sentido, centralizaremos nossas observações apenas em relação ao modelo gerativo, mesmo por que esse modelo partiu de uma posição crítica em relação à linguística estrutural, daí não fazer sentido discorrer sobre a normatividade, tendo em vista esses dois enfoques.
- 139 - SCHAFF, Adam, em uma crítica pertinente, ressaltou o caráter enganador deste tipo de discussão. Ver portanto o seu texto "Gramática Gerativa e a concepção das idéias inatas", inserido na obra "Linguística, Sociedade e Política", pp. 9-109.
- 140 - RICHELLE, Marc - in, "Adquisición del Lenguaje", p. 27.
- 141 - CHOMSKY, Noam - in, "Linguagem e Pensamento", pp. 114 - 115.
- 142 - SCHAFF, Adam e outros - in, "Linguística, Sociedade e Política" - pp. 9.109.
- 143 - Revista "Langue Francaise" nº 16, p. 49.
- 144 - Revista "Langue Française" nº 16, p. 50.
- 145 - Revista "Langue Française" nº 16, p. 51.
- 146 - Revista "Langue Française" nº 16, p. 51.

CAPÍTULO III

REPRODUÇÃO ACADÊMICA DE UMA DOUTRINA

A análise que nos propomos realizar neste capítulo de nosso estudo exige, necessariamente, algumas considerações prévias. Essas considerações recairão sobre um tema cuja extensão reconhecemos e que será apresentado aqui apenas de maneira sumária, o suficiente, julgamos, para testemunhar as afirmações básicas que anteriormente fizemos. São, pois, considerações relativas à posição ou postura do professor, como agente-divulgador de teorias científicas, perfeitamente integrado num esquema acadêmico legítimo, e como tal, transmissor de conhecimentos, já feitos e legitimados, que deverão ser reproduzidos por receptores, iguais em função, mas, diferentes em grau de formação, que deverão, por sua vez, manipular o saber captado, tendo em vista o rendimento, a operacionalidade do conhecimento e a sua utilidade a curto prazo.

Partimos do princípio de que, em nossos dias, o professor, de modo geral, e, em particular, o professor universitário, em seus vários níveis de atuação, não procura duvidar de si mesmo, não questiona a prática de seu saber e se ancora, única e exclusivamente, na convicção de sua especialidade, escondido que se acha pelo hermetismo teórico que enverga e pela linguagem que o veicula. Com esse viés, o professor escapa, se oculta e disfarça as suas limitações. Isso impede a revelação de sua real consciência profissional, deixando transparecer que não sabe o que está fazendo, nem tampouco porque ou para quê.

No segundo capítulo deste estudo, levantamos algumas questões sobre as teorias que se destacam, no âmbito do ensino universitário, no que diz respeito aos estudos lingüísticos atuais. Tentamos uma discussão que permitisse revelar a natureza legítima dessas teorias de modo a ressaltar o seu engajamento com projetos ideológicos. Cabe, pois, a esta altura, focalizar o modo como o professor, na qualidade de legítimo manipulador e reproduzidor de teorias, responsável, inclusive, pela alta demanda de certos modelos teóricos nos meios acadêmicos, se posiciona, tendo em vista as colocações e comentários realizados no capítulo acima mencionado.

Com a finalidade de captar a visão do professor (1) sobre os problemas questionados, foi elaborada uma entrevista em que eram colocadas questões abertas, possibilitando uma maior flexibilidade nas respostas por parte do entrevistado. A técnica de entrevista foi escolhida por se tratar de um instrumento que melhor nos poderia fornecer informações para a área de enfoque deste estudo. Por ser uma técnica que possibilita uma maior liberdade para a verbalização, a entrevista se tornou o instrumento mais indicado para os nossos objetivos, tendo em vista a própria natureza do trabalho e a pouca base para se saber quais as perguntas mais eficazes a serem feitas ou qual a maneira mais legítima de fazê-las

O exame que faremos do conteúdo das entrevistas se limitará, unicamente, a uma leitura, marcadamente de caráter pessoal, do material recolhido atentando para as questões básicas propostas para este estudo, tais como a lingüística como uma atividade científica e seu ensino teórico nos meios acadêmicos(2). As informações obtidas com as entrevistas servirão de suporte para uma reflexão em termos da representação exibida pelo entrevistado e o que foi motivo de discussão no capítulo precedente.

A preocupação básica, no exame das entrevistas, é ressaltar a forma como o professor se explica face a um modelo teórico que manipula e reproduz como legítimo, enfatizando a coerência dos argumentos levantados nesse sentido. Com o objetivo de elucidar a natureza das reflexões exibidas pelo professor em relação aos temas propostos, o exame do material colhido nas entrevistas nos levou a registrar os trechos mais significativos ao lado dos comentários que estes produziram.

Em vários momentos, as entrevistas foram realizadas sob um clima de tensão, tanto que o entrevistador se sentiu na obrigação de, antes de realizá-la propriamente, fornecer à população a ser entrevistada um rol de questões gerais sobre as quais a entrevista se pautaria.

Apesar desse recurso, o clima não melhorou sensivelmente. Em muitos casos, o entrevistado tentava uma resposta para o tema proposto, citando autores os mais diversos, como se utilizasse um suporte legitimador para os argumentos exibidos.

Um outro aspecto que cabe ressaltar é que, durante as entrevistas, várias questões tiveram respostas vazias, deslocadas do conteúdo que veiculavam. Mesmo que houvesse uma insistência da parte do entrevistador, recolocando o tema de maneira diversa, o que se pôde evidenciar foi que o entrevistado não alcançava o conteúdo da questão. Momento houve em que o entrevistado, não conseguindo uma resposta para o tema proposto, taxou-o de "bobo" ou de "óbvio", concluindo que não poderia ser de outra maneira, a não ser do modo como, comumente, se praticava.

Não faz parte do interesse deste estudo ressaltar ou mesmo enobrecer certos depoimentos colhidos durante o ato da entrevista, muito menos confrontá-los com outros que, porventura, comunguem com as questões levantadas por nós anteriormente. O professor é o agente de uma instituição, tenha ele o nível intelectual que tiver. Nesse quadro, também se insere o aluno. Portanto, ambos trazem o seu trabalho marcado pelas contradições sociais que o limitam.

Queremos deixar, pois, bastante claro que não há, neste capítulo, a mínima intenção de criticar pessoas entrevistadas. O esforço deste estudo remete, apenas, a uma tentativa de elucidar uma certa visão do professor, face ao seu instrumento teórico de trabalho, como agente de um saber, sempre ilustrado, a partir do qual guia e orienta toda uma formação intelectual e profissional. Não há, pois, reforçamos, nenhuma acusação de caráter pessoal, mesmo porque o professor, como qualquer outro profissional, está integrado (é vítima) nas contradições que suportam a estrutura social.

No ato da entrevista, foram colocadas questões ou proposições abertas de modo que as respostas a elas fornecidas revelassem as opiniões mais espontâneas da parte do entrevistado. Embora, em alguns momentos, se sentisse a necessidade de provocar uma resposta, tendo em vista uma certa dificuldade apresentada pelo entrevistado em relação ao alcance da questão proposta, esse fator não chegou a ser determinante, não quebrando, portanto, a espontaneidade das respostas que iam sendo produzidas.

Nessa atividade, o que se nos mostra mais significativo era verificar até que ponto numa situação, praticamente, de diálogo aberto, o professor recorria a elementos diversos com a finalidade de explicar e justificar a sua adesão (ou adoção) a um dado procedimento teórico.

No decorrer das entrevistas, houve na maioria dos entrevistados uma acentuada preocupação em ser útil e em responder eficazmente às colocações feitas pelo entrevistador, não faltando nem mesmo elogios a certos problemas que compunham as questões apresentadas. Foram evidentes em alguns momentos manifestações espontâneas, tais como:

"Será que sou a pessoa indicada para responder o seu **questionário**"

"Quando eu estiver falando bobagens tu me faças parar. Estou dizendo o que sinto"

"Devias entrevistar o professor X, para mim é a pessoa mais inteligente deste curso de mestrado"

"Já entrevistastes o professor X? Como ele se colocou?"

"Quando me falaram que virias me entrevistar, tremi de receio. Ao receber o seu **questionário**, me deu uma crise de riso. Não me sinto capaz de formular uma resposta para essas questões. Falei disso, inclusive ao professor X, agora estou numa situação mais tranquila, felizmente, não me apareceste de gravador"

"Já havia resolvido não colaborar com o teu trabalho, pois, trabalhas com o professor X. Mas, como se trata de um trabalho teu, verei o que posso fazer"

"Lendo o seu roteiro, achei-o vazio. Não estou, nem um pouco, com interesse nessas coisas. Ando atrás de coisinhas práticas para as minhas aulas"

"Não sei se isso vai ser importante para o seu trabalho, não sei se as minhas respostas servem. Tomara que sirvam!"

"Suas perguntas são bem interessantes, muito interessantes, muito boas. Nunca tinha feito a mim mesmo esse tipo de colocação. Essas questões nunca foram postas durante o curso. Nunca pensei nisso. São perguntas realmente muito interessantes e importantes"

"Não sei se estás satisfeito com as minhas respostas. Tu me fizeste perguntas sobre as quais eu nunca me tinha questionado. Sempre aceitei, tacitamente, as teorias. Agora, vou refletir mais sobre elas"

"Para as suas perguntas, a gente tem de refletir, pensar para não dizer qualquer coisa. É incrível como tudo que há aqui é verdade. Nunca tinha atinado para estes problemas"

"O que é que vais fazer com isso? Isso é complexo! Não sei se tenho resposta para isso".

O material recolhido durante as entrevistas se nos apresenta de uma transparência altamente reveladora, porém não utilizaremos esse material para um exame mais amplo de fenômenos que emergem dos depoimentos registrados. Em atendimento aos nossos objetivos, focalizaremos somente o que diz respeito a posicionamentos críticos em que se ressaltam critérios de enobrecimento e excelência de um dado modelo teórico, tendo em vista captar as razões que legitimam a sua alta demanda nos ambientes universitários.

No campo profissional, o professor da área de Letras tem buscado o lugar de prestígio no seu próprio ambiente intelectual e cultural. Das especializações no campo das letras, a formação em Linguística, sobretudo teórica, subiu a um nível assustador. Ter um conhecimento ou dominar o saber teórico da Linguística é uma envergadura prestigiosa. Não se concebe mais, no ambiente das letras, um estudo que não utilize o cabedal terminológico da ciência da linguagem. Assim, disciplinas como Língua Portuguesa, Teoria Literária ou a própria Literatura Nacional se encontram filtradas através dos conceitos da Linguística. Em qualquer especialização é enobrecedor "transar" a série interminável de "cacoetes" teóricos da Linguística Moderna.

Durante as entrevistas, foram colocadas questões cujas respostas solicitavam do entrevistado razões que justificassem a sua opção teórica dentro das possibilidades oferecidas pela Linguística Moderna. Dentre as respostas obtidas, as que mais se evidenciavam ligavam-se à preocupação de fazer um trabalho útil, prático e de consumo imediato. Muitas vezes, a escolha teórica atendia, sobretudo, a um certo "interesse pessoal", uma "curiosidade científica", uma "necessidade profissional" ou ainda a uma espécie de persuasão ou magia sentida pelo entrevistado.

"Tenho tendência pessoal para trabalhar nesse campo (Gramática Gerativa). Esse campo fornece melhores possibilidades ao ensino. Os alunos precisam disso. Essa teoria é mais adequada, fornece meios e condições de explicação. Senti, durante os cursos, que essa teoria era a mais completa. Essa teoria era a mais poderosa. Só há críticas a essa teoria porque as pessoas não a estudam a fundo. Quando estudamos melhor, notamos que ela é a mais explicativa, a que tem mais condições. Essa teoria só tem vantagens, não tem desvantagens. As outras teorias, provenientes da Linguística Estrutural tradicional, só fazem descrever, não explicam, estão cheias de exceções, são complicadas, dificultam o ensino da língua materna".

"Quero fazer um trabalho que contribua com o ensino, não só superior, mas também, com

o ensino médio. Como professor do governo, desejo contribuir com alguma coisa nesse sentido. Essa contribuição se deve sobre tudo ao fato de nem todos terem condições de fazer mestrado, daí, o meu interesse prático".

"Decidi elaborar um trabalho que ao mesmo tempo fosse uma contribuição para os meus colegas professores. Portanto, me preoupei com finalidades práticas, principalmente para aqueles que não têm tempo".

"Trabalho um tema que me motivou a partir da leitura da tese de uma minha colega. A leitura dessa tese me inspirou e me levou para essa área de trabalho. Daí, surgiu uma curiosidade que nada tem a ver com o meu interesse profissional. Segui a linha de Chomsky. Não tinha fanatismos, mas a teoria de Chomsky me parece mais acabada, mais definida. A Linguística Estrutural não chega a ser bem uma teoria. A linha de Chomsky dá mais segurança à gente, mesmo porque está mais na onda, na moda. A gente tem mais lido isso aí. O curso que a gente faz está todo dentro dessa linha, daí, não haver grandes possibilidades de se enveredar por outros caminhos. As outras teorias são vistas superficialmente".

"O meu primeiro contato com a teoria gerativa levou-me a escolhê-la. Essa teoria me fascinou. Uma coisa nova. Vi logo que o assunto que ia abordar ficaria mais adequado dentro dessa teoria".

"O campo que mais me atraía era o da psicolinguística ou da sociolinguística, mas em função de minha profissão, escolhi a sintaxe, baseando-me na Gerativa e na teoria dos casos profundos. Essas teorias têm a vantagem de abordar os dois planos: o superficial e o profundo, e podem ser aplicadas a qualquer língua do globo".

Parece-nos que estes tipos de posição revelam a artificialidade e a pouca reflexão quanto aos modelos teóricos reproduzidos nos vários cursos que compõem o currículo de mestrado. Os professores entram com uma mentalidade, e, quando

muito, reforçam essa mentalidade ou são atraídos pelo "fantástico".

O espírito pragmático suplanta qualquer tentativa de reflexão crítica. As opções teóricas são justificadas não a partir de uma descoberta absolutamente pessoal ou como produto de uma reflexão acurada onde pese a atitude crítica do optante. O que se ressalta são justificativas que veiculam atitudes de caráter subjetivo, valorativo e até mesmo afetivo.

As excelências atribuídas a um determinado procedimento teórico não partem da própria prática do professor, de seu esforço legítimo na busca de uma solução para os reais problemas do ensino lingüístico que não pretenda ser, apenas, uma receita de aplicação imediata. As teorias se destacam e se sobrepõem a outras a partir da própria linguagem com que são elaboradas.

Os critérios que revelam um dado procedimento teórico são os próprios critérios que seus autores a ele atribuem. Assim, os professores justificam suas opções teóricas, enfatizando as expressões - "mais sistemática", "mais acabada", "mais adequada", "mais explicativa", "mais poderosa", "mais forte", "mais coerente", "mais universal", "mais prática". Essas expressões nada revelam do professor, pois são os recursos utilizados pelos próprios teóricos para justificar seus modelos em relação aos que desejam suplantar.

Os professores justificam ainda suas opções a partir de uma suposta necessidade dos alunos. Sentem-se gratificados pela oportunidade que lhes foi concedida e se acham na obrigação de construir um trabalho que apareça como pagamento à concessão recebida. Nessa ótica, não se produz um trabalho em que predomine uma reflexão crítica sobre o saber ingerido durante o curso.

As monografias defendidas ou em vias de defesa se dividem em duas categorias distintas: de um lado, temos as monografias que tendem a demonstrar uma certa erudição de seus autores, apresentando-se altamente sofisticadas, capazes mesmo de rivalizar com as próprias teorias que lhes serviram de suporte; e, de outro lado, se evidenciam as monografias acentuadamente pragmáticas que revelam o esforço de seus autores em figurar no quadro daqueles que contribuem para um ensino melhor no país.

As monografias que visam a contribuir para um ensino melhor são verdadeiras obras benevolentes. Seus autores enxergam a realidade do ensino em sua manifestação superficial e supõem que essa faceta da realidade resume a complexidade da realidade como um todo. Acreditar que a soma de trabalhos que expõem receitas pedagógicas pode contribuir para um ensino melhor, é desconhecer, ignorar mesmo, as raízes ideológicas que sustentam o sistema de ensino atual.

Por outro lado, há os professores que aderem a dado procedimento teórico simplesmente pelo fato de se achar em plena "moda" no momento ou por terem sido fascinados pela novidade da teoria escolhida. Isto basta para que se conclua a respeito das opções que são feitas pelo professor ou, ainda, sobre a natureza e seriedade desses trabalhos que estão expostos ao consumo. Nesse contexto, certas teorias se apresentam como possuidoras de uma força mágica, persuasiva, capaz de atrair adeptos como se se tratasse de uma crendice ou dogma religioso. Isso, mais uma vez, evidencia a mentalidade do nosso professor, habituado que está a receber técnicas e receitas teóricas ou pedagógicas estranhas a sua realidade. Predomina a ânsia do novo, a vaidade intelectual, o desejo de consumir, dominar toda sorte de produto teórico que desfila nos ambientes universitários.

Em relação às colocações que buscavam ressaltar o depoimento crítico do professor face à natureza interna da teoria

que manipula, foram focalizados problemas, tendo em vista três categorias:

a) presença da ideologia da normatividade na ciência linguística;

b) validade da influência ou jogo interdisciplinar entre a linguística e a lógica matemática;

c) validade do conhecimento de bases ideológicas que subjazem à eclosão de uma dada teoria.

Nessa perspectiva, podemos formular um quadro demonstrativo das opiniões colhidas durante as entrevistas.

| CATEGORIA "A"   | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C"   |
|---|--|---|
| <p>As posições dos professores em relação a este tópico se dividem em três itens:</p> <p>1) posições que denunciam a existência ou permanência da idéia de normatividade nas modernas teorias linguísticas;</p> <p>2) posições que negam radicalmente a presença desse comportamento nas teorias atuais;</p> <p>3) posições indefinidas que refletem dúvida ou inconsciência do problema proposto.</p> <p>Sete professores emitiram depoimentos denunciando a presença de julgamento de valor no corpo da ciência linguística atual. Registremos alguns trechos dos que assim se expressam:</p> <p>"A idéia de normatividade parece estar presente na GGT, principalmente ligada aos conceitos de gramaticalidade (gramatical/agramatical) e à idéia de falante-ouvinte como possuidor de uma competência</p> | <p>As questões levantadas em torno da ideologia da interdisciplinaridade, ressaltando a influência marcante da lógica e da matemática nos procedimentos de análise da teoria linguística atual, levaram os professores entrevistados a formularem depoimentos mais ou menos idênticos aos da categoria "A". Dessa forma, constatamos opiniões que também se distribuem em três itens:</p> <p>a) opiniões que julgam ser o fenômeno da interdisciplinaridade um recurso positivo que confere à disciplina foros de cientificidade;</p> <p>2) opiniões que negam a validade do recurso, ressaltando os prejuízos advindos da prática desse jogo;</p> <p>3) opiniões que não chegam a uma tomada de posição e se perdem na generalidade com que são formuladas.</p> | <p>Nessa perspectiva, os depoimentos formulados pelos professores foram, em sua maioria, bastante vagos. Deixaram transparecer, com uma certa nitidez, que existia uma dificuldade em alcançar objetivamente o conteúdo das questões propostas. Quando se insistia na questão, reformulando-a, inclusive, o entrevistado emitia um "sim" ou um "não" e, muito raramente, essas emissões vinham acompanhadas de um comentário justificativo.</p> <p>Quando a questão proposta era recolocada, muitas vezes, de maneira espontânea, o entrevistado, ao tentar formular uma resposta, sentia-se como intimidado, tanto que foram obtidas treze respostas de cunho afirmativo. Apenas três revelaram sem importância o fato de se conhecer os objetivos de origem de uma dada produção teórica.</p> <p>Dentre os entrevistados que consideraram válida uma investigação dessa natureza,</p> |

| CATEGORIA "A"   | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C"  |
|---|--|--|
| <p>linguística. Nós somos falantes reais, como podemos julgar problemas ideais da competência? Que critério utilizar? Que tipo de juízo de valor? No estruturalismo tradicional isso se sentia muito mesmo".</p> <p>"Os modelos linguísticos atuais ainda estão preocupados com a normatividade. Cada teoria elaborada o seu conceito de certo/errado, daí as várias terminologias hoje existentes. Se eu digo que o falante nativo sempre tem certeza, sempre está certo, é uma maneira de julgar o certo e o errado".</p> <p>"Embora esses modelos não se confessem abertamente, essa atitude é normativa. Os linguistas estão sempre expondo esse tipo de atitude. Nesse ponto, os linguistas são desonestos por que não utilizam essa dicotomia, mas funcionam em termos dela. Por não haver uma menção proposita</p> | <p>Sete professores se manifestaram como apologistas dessa ideologia. Ressaltamos pois algumas formulações:</p> <p>"A influência da matemática e da lógica ou da teoria dos conjuntos é um fator positivo. Esses elementos vieram complementar, auxiliar a linguística. Vieram simplificar a gramática. Deram maiores possibilidades de generalização das teorias".</p> <p>"A penetração da matemática e da lógica na linguística é uma decorrência do próprio modelo utilizado. A fase de Linguística já passou. Estamos atualmente na fase da ciência formalizada. A linguística se encaixa dentro dessa perspectiva da ciência geral".</p> <p>"Suponho que uma teoria que utiliza de formalizações seja realmente mais científica. Apesar de eu não ter tido maio</p> | <p>alguns manifestaram que já tinham sido alertados para o problema, mas ainda não tinham feito nenhuma investigação nesse sentido. Muitas vezes, na tentativa de formular um depoimento sobre o tema exposto, o entrevistado desviava o conteúdo da questão, introduzindo elementos de natureza diversa, quando não se contradizia nas justificativas:</p> <p>"Esse problema já me chamou a atenção várias vezes. (Pergunta muito interessante!) Bloomfield é mais prático, Sapir é mais teórico. A teoria mais prática vinga mais. Nunca me detive no problema. Tal vez, necessidades práticas..."</p> <p>"O estudo do momento histórico do surgimento de uma teoria é muito importante. (Pergunta muito importante!) É necessário que o linguista tenha consciência disso? A ciência não é tão fácil de dirigir, a tecnologia, sim.</p> |

| CATEGORIA "A"   | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C"   |
|---|--|---|
| <p>da dessa dicotomia, os linguístas desviam os espíritos"</p> <p>Nessa direção, um professor confirma a presença da normatividade como uma necessidade e assim se expressa:</p> <p>"As teorias linguísticas atuais estão preocupadas com a dicotomia do certo/errado, mas não é uma preocupação igual às preocupações anteriores da gramática tradicional. Acho que essa preocupação deve existir, caso contrário, a língua virará um caos".</p> <p>Foram sete também os professores que negaram a presença da ideia de normatividade de no âmbito das modernas teorias linguísticas. Alguns chegaram mesmo a ter uma posição bastante radical. Vejamos alguns trechos:</p> <p>"As teorias têm condições de ser normativas, mas não têm essa atitude. Estudam a língua como está, não estão preocupadas ou interessadas com a ideia de</p> | <p>res preocupações com o problema, mas, à primeira vista, considero a influência de disciplinas como a matemática e a lógica válida para os estudos linguísticos, mesmo porque estas disciplinas são consideradas ciências. É positivo pois essa influência. Os números são bem mais universais. Os símbolos ajudam bastante".</p> <p>"A influência das ciências exatas na ciência da linguagem é um fator positivo. E uma decorrência natural, não se pode fechar a linguística da influência da matemática. Se a linguística se pretende científica, essa influência é realmente positiva".</p> <p>Dentre os professores que julgaram positivamente esse jogo interdisciplinar, um deles fez a seguinte consideração:</p> <p>"O uso de formalizações decorrente da influência</p> | <p>Não se pode financiar a filosofia, a psicologia, ou mesmo a ciência. Não se pode saber como os resultados vão servir ao filianciador. As ciências humanas, para isso, são bem mais difíceis de dirigir".</p> <p>"Durante o curso, não houve nenhuma orientações se sentido. Tive uma pequena motivação própria. Nesse caso, é uma deficiência dos cursos de matemática. Coisas dessa natureza hoje não se sabe não ser por si próprio. É importante que se organize outras disciplinas para melhor conhecer a teoria estudada, é necessário e facilitaria muito se conhecêssemos a lógica e a matemática para melhor conhecer a teoria estudada".</p> <p>"O emprego ou uso de uma teoria depende dos valores vigentes na época, depende de quem chefiou o campo de pesquisa. Consi</p> |

| CATEGORIA "A"   | CATEGORIA "B"   | CATEGORIA "C"   |
|---|---|---|
| <p>norma lingüística".</p> <p>"A nossa lingüística não é prescritiva. Uma ciência, como a lingüística, não se preocupa com a norma. Nunca vi isso em lingüística. A lingüística não é normativa, nem prescritiva, nem proscripiva. Se a lingüística agisse assim era uma contradição. De jeito nenhum isso existe. Ela põe apenas modelos. Lendo a teoria lingüística, a gente não vê isso. Talvez, usando os conceitos de aceitabilidade ou de gramaticalidade, podem parecer, mas... não, nada têm a ver com isso."</p> <p>"O problema da normatividade foi desmistificado pela Lingüística. Esse problema da gramática tradicional normativa foi desmarcado pela lingüística. Foi o "behaviorismo" que desmistificou tudo isso. As teorias sociolingüísticas influenciadas pela GGT, utilizando as marcas aceitável/não-aceitável, a par</p> | <p>da lógica matemática é um fator válido para a ciência lingüística. Esse recurso permite maior universalização de conceitos. Mas, há um problema, essas formalizações dificultam a introdução da parte social da linguagem na teoria lingüística. Isso é um verdadeiro obstáculo. Com o processo de formalização, a lingüística se tornou uma ciência "elitizada". O que o lingüista escreve só o lingüista entende. As razões são várias. Será que o lingüista precisa disso para manter o seu emprego? Hoje a especialização em lingüística pura está em decadência. O recurso das formalizações exageradas tem protegido uma classe no poder. O intelectual lingüista traz problemas para as formalizações novas. A lingüística com o seu crescente processo de formalização está-se tornando uma ciência "técnica".</p> | <p>dero uma investigação sobre esses valores altamente válida. Esses valores correspondem a uma ideologia que reina no momento".</p> <p>"Já tive algumas preocupações, por exemplo, em verificar o espírito canicista que marcou a época da lingüística estrutural. Mas a teoria e sua aplicação incluem desses aspectos sociais que favoreceram seu surgimento. A aplicação de uma teoria que não se coaduna com a realidade social, como o caso da semântica marxista, pode trazer problemas em outros contextos. Mas, no caso do estruturalismo e suas teorias não têm importância. O problema é o de delimitação de seu campo de trabalho. Uma teoria de universais pode ser aplicada a qualquer realidade independente de facções".</p> <p>Os três professores que negaram a validade de conhe</p> |

| CATEGORIA "A"  | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C"  |
|--|--|--|
| <p>tir do nível das classes sociais alta/baixa, colocam o problema em outra perspectiva. A Gerativa, se o modelo for levado a rigor, volta-se à normatividade. Essa normatividade se manifesta quando o teórico afirma que a gramática deve gerar as frases gramaticais apenas e exclusivamente, as não-gramaticais. Nesse caso, a GGT marca um retorno ao certo e errado. Isso ainda é uma influência de behaviorismo, uma vez que essa conclusão do certo/errado é tomada a partir do que o falante diz, do teste com o falante. O certo é o que o falante acha"</p> <p>"As teorias linguísticas atuais não estão preocupadas com o certo e o errado, se bem que elas estão sempre voltadas para um falante-ouvinte ideal. Elas se baseiam em dados fornecidos por falante que não é qualquer falante, é um falante mais ou menos neutro. Mas essa preocupação com o certo e o errado não existe. Elas não impõem nor-</p> | <p>Seis professores manifestaram uma atitude contrária à acima comentada, afirmando que a penetração das ciências exatas no campo da linguística dificultou enormemente as pesquisas nessa área. São portanto, algumas das colocações desse grupo:</p> <p>"A influência das ciências exatas na linguística só trouxe complicação. O uso exagerado de símbolos torna a teoria inacessível, de difícil compreensão. Torna a teoria mais distante do real, da aplicação concreta".</p> <p>"O processo de formalização em linguística não acho válido; é pouco prático e desinteressante. A influência desse formalismo da matemática na linguística é algo muito árido. Não encontro nesses processos linguísticos nada prático; tudo muito teórico e abstrato. Muitas vezes, encontro respostas em outras áreas do que dentro da própria linguística".</p> <p>"A influência dos proce-</p> | <p>cimento dessa problemática assim se expressaram:</p> <p>"Já tive uma preocupação com esse problema. Isso é importante apenas para a história das idéias linguísticas. A aplicação ou uso de uma teoria independente disso. Não é necessário averiguar isso".</p> <p>"Este tipo de estudo é um problema político. Deve ser interessante estudar isso, mas nunca pensei em tal coisa. Acho que não se chegará a nenhum resultado. Isto é muito difícil e não traz nenhuma solução".</p> <p>"Nunca me preocupei com esse tipo de estudo. Há pouco tempo, vi uma citação numa revista. Achei muito interessante. Estudou a biografia de um autor tem apenas um valor cultural. Não é necessário esse conhecimento".</p> |

| CATEGORIA "A"   | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C" |
|---|--|---------------|
| <p>mas, nem sequer cooperam com essa idéia de normatividade. Mas elas afirmam o que é permitido e o que não é, em termos de linguagem. Todas elas procedem dessa maneira".</p> <p>Dois professores não souberam expressar-se diante das colocações feitas, neste contexto. Vacilaram e terminaram por afirmar:</p> <p>"Interessante. A Linguística estrutural não se apegava ao conceito de norma. A teoria transformacional diz que também não faz isso, mas seus exemplos são gramaticalmente corretos. Como é isso?"</p> <p>"Quanto à normatividade de... (que pergunta superinteressante!). Para o modelo de Chomsky só interessa o certo, o que o falante ideal diz. As diferenças dialetais não têm interesse. Há nisso implicações sérias do ponto de vista social".</p> | <p>dimentos da matemática e da lógica na linguística forçaram muito os dados da linguagem. Os processos matemáticos, às vezes, simplificam as coisas, mas, são até certo ponto simplistas demais. Tornam o estudo da linguagem muito arido, pouco humano. Esse enfoque considera o homem como uma máquina. A matematização em linguística pode facilitar, mas desumaniza a linguagem".</p> <p>"Não considero que esses recursos de formalização provenientes das ciências exatas venham conferir à linguística científica de ou mesmo a nenhuma teoria. No mínimo, essa alegação é tendenciosa.</p> <p>Três professores não chegaram a formular um depoimento que revelasse uma atitude assumida sobre esse problema. Mostraram-se meio indecisos e apelaram para ... colocações gerais:</p> |               |

| CATEGORIA "A" | CATEGORIA "B"  | CATEGORIA "C" |
|---------------|--|---------------|
|               | <p>"O uso de formalizações é realmente um recurso válido para maior cientificidade de uma teoria, só que suponho não ser a língua possível de se abordar sob esse aspecto".</p> <p>"Essa idéia de uso ou não de formalizações matemáticas na linguística, como um recurso válido ou não, é uma questão relativa. Não considero possível que a língua, como um elemento dinâmico, seja passível de formalizações matemáticas como se faz atualmente. A matematização da linguística ou de qualquer ciência pode ser um processo válido, mas, não invalida quem assim não procede".</p> <p>"As formalizações e toda a influência da matemática são meios ou ajudas ao cientista, embora dificultem a prática. A ciência torna-se cada vez mais distante da prática."</p> |               |

Com base na esquematização feita no quadro precedente, em que se enfatizam as manifestações dos entrevistados com relação às três categorias indicadas, cabe-nos, portanto, tentar uma maior explicitação dos depoimentos colhidos e registrados de modo a dimensionar o nível de consciência, coerência e consistência dos argumentos que sustentam os depoimentos emitidos.

Convém frisar que o exame elaborado por este estudo dos aspectos relevados no quadro citado não se apresenta como único e completo. Um outro analista, se se propuser o trabalho, conforme o objetivo do estudo, poderá chegar a conclusões distintas.

Aludimos anteriormente a que grande parte dos entrevistados desviava o conteúdo da questão proposta ou emitia uma resposta de caráter geral ou vago, quando não se resumia a afirmar que nunca se havia interessado pelo assunto. Disso, se evidenciou que as limitações dos entrevistados decorriam da pouca habilidade de que dispunham no sentido de captar o alcance das questões levantadas durante a entrevista.

Dessa forma, o quadro evidencia que há um equilíbrio em termos quantitativos, quanto aos depoimentos que remetem às categorias "A" e "B", ressalvadas algumas colocações que refletem um maior esforço do entrevistado no sentido de penetrar no âmago do tema proposto. No tocante à categoria "C", é legítimo afirmar que, praticamente, houve uma espécie de consenso geral entre os entrevistados. As questões propostas para esse item foram, na sua maioria, motivos de elogios e os entrevistados se resumiam a taxá-las de "interessantes" e "válidas", ao mesmo tempo em que negavam ter tido uma preocupação rigorosa com a problemática veiculada.

O quadro evidencia também que os depoimentos emitidos pelos entrevistados refletem exatamente a posição dos profissionais que representam.

Assim, nas respostas formuladas com referência à categoria "A", item 1, constatamos que os entrevistados, ao se posicionarem afirmativamente sobre a existência de atitudes normativas nas modernas teorias linguísticas, não revelaram o problema a uma dimensão mais ampla. Resumindo-se a evidenciar o fato, formularam um depoimento em que se destaca o fenômeno na sua existência, ora como algo que deve ser banido, ora como uma necessidade imperiosa, inevitável da teoria.

Em nenhum momento, esses depoimentos ressaltaram a contradição entre juízo de valor ou normatividade e teoria que se pretende modelo de ciência, a não ser um caso registrado, porém bastante ingênuo para maiores considerações.

Isso nos levou a concluir que os depoimentos dados, nesse sentido, remetem não a uma reflexão rigorosa sobre a natureza e profundidade do fenômeno, e sim, a sua periferia, tal como, esporadicamente, é ilustrado nos manuais de leitura ou na sugestão que certas terminologias despertam.

Os depoimentos que remetem à categoria "A", item 2, deixam transparecer um conteúdo de bases acentuadamente subjetivas, quando não revelam uma total ignorância sobre o problema levantado, tanto que muitos se perderam na superficialidade e generalidade do raciocínio. Por outro lado, como existiam várias questões que remetiam ao mesmo tema, os entrevistados não se mostraram com possibilidades de um depoimento coerente. A esse respeito é interessante notar que todos que depuseram negando esse fenômeno, não se deram conta da contradição que assumiam ao declararem que "o falante-ouvinte ideal" ou "o nível de língua padrão" são os recursos sobre os quais as teorias se sustentam.

Usando, às vezes, de casuística, o entrevistado se limitou a fazer referências que devolviam o tema ao conteúdo teórico que o gerou. Nessa tentativa, buscava-se ressaltar o fato

de em ciência não ser possível uma atitude normativa, não havendo, portanto, sentido em discutir sobre o problema no âmbito da ciência da linguagem.

Na categoria "A", item 3, se alojam as manifestações de entrevistados que não chegaram a tomar uma posição definida sobre o tema proposto. As manifestações a esse nível vinham acompanhadas de elogio e quase sempre a questão era formulada e devolvida ao entrevistador. Disso, concluímos que, para o entrevistado, o tema levantado lhe foi surpresa e de certa forma novo, merecendo, portanto, uma reflexão mais demorada que extrapolaria o limite de tempo previsto para a entrevista.

Em relação às questões que encerram o conteúdo do tema relativo à categoria "B", foi possível se obter uma série de depoimentos em que se manifesta uma certa coerência, em termos de consenso, no que diz respeito à categoria "A", anteriormente referida. Nessa direção, os depoimentos foram distribuídos, tendo em vista três itens que os especificam.

As manifestações que se referem à categoria "B", item 1, reconhecem como positiva a ideologia da interdisciplinaridade. Os depoimentos formulados nesse sentido não revelam nenhuma reflexão do entrevistado. Este simplesmente se expressa, usando a linguagem que os próprios teóricos empregam para justificar a ideologia que manipulam ou pela qual são manipulados.

Há, nesses depoimentos, três aspectos que merecem realce especial. O primeiro diz respeito à velha concepção de que as ciências exatas, como ciências legítimas, podem conferir fôros de cientificidade a disciplinas que a elas se deixam subordinar; o segundo se liga à ideologia da universalidade dos princípios científicos que se coaduna perfeitamente com a ideologia vigente nas teorias linguísticas que alimentam a idéia de uma gramática geral e universal; o terceiro remete a uma espécie de de

terminismo ingênuo e salienta o jogo interdisciplinar como uma "decorrência natural" e inevitável da ciência da linguagem.

Ainda, nessa perspectiva, há um depoimento que ressalta a validade dessa ideologia, porém faz algumas reservas e aponta as conseqüências e prejuízos que uma empresa dessa natureza acarreta, chegando mesmo a afirmar que a prática da ciência lingüística atual tem-se tornado uma atividade técnica.

Os depoimentos que se encaixam na categoria "B", item 2, não se assentam em bases objetivas. Todos eles refletem um desajustamento do entrevistado em relação à prática de tais procedimentos provenientes da influência das ciências exatas. As manifestações se revelam contrárias não por uma profunda convicção de suas reais implicações, mas em virtude de uma certa dificuldade sentida no ato de manipulação do fenômeno em questão.

Esses depoimentos são vazados numa linguagem que expressa uma certa posição emocional, humanista do entrevistado, enquanto que os pontos cruciais a serem atacados são ignorados ou abafados por colocações que se resumem em expressar pontos de vista pessoais.

Em nenhum momento, esses depoimentos focalizaram o fenômeno de modo a ressaltar a ideologia que subjaz a esse jogo interdisciplinar. Não há nenhuma manifestação em direção a certos postulados básicos, como os que defendem os princípios da objetividade, da simplicidade, da homogeneidade, da economia, da sistematicidade, da neutralidade do falante-ouvinte ideal e de toda sorte de preceitos teóricos decorrentes da infiltração violenta das ciências lógico-matemáticas no corpo da ciência da linguagem. A natureza ideológica que esses princípios encerram é substituída por colocações que refletem o não alcance do fenômeno por parte do entrevistado.

Os depoimentos que remetem à categoria "B", item 3, são significativos na medida em que não existe uma definição do entrevistado. São depoimentos gerais e evasivos, fornecidos sem o mínimo de reflexão, o que mais uma vez vem confirmar a indiferença ou a superficialidade do modo como o tema tem sido encarado pelo profissional em questão.

Em relação às questões cujo tema se refere à categoria "C", em sua grande maioria, o que se obteve foi um depoimento de certa forma honesto e, como tal, altamente significativo, resumindo-se, em muitos casos, a expressões monossilábicas do tipo "sim" ou "não" ou a colocações que relevavam a importância do tema proposto.

No âmbito dessas questões, se evidenciou, com mais nitidez, que o entrevistado sentia uma enorme dificuldade de se situar no conteúdo exato da colocação feita. Apesar da insistência do entrevistador, reformulando constantemente as questões propostas, o entrevistado não conseguia se fixar com segurança no conteúdo que a questão veiculava.

Diante dessa situação, o entrevistado se limitava a considerar o tema interessante e importante, embora confessasse a sua ignorância neste sentido.

Dos depoimentos obtidos, alguns se revelaram bastante significativos para os propósitos deste estudo. Com base nos exemplos arrolados no quadro de referência, podemos ressaltar dois aspectos como fundamentais: a) as questões propostas levaram o entrevistado a refletir sobre o problema da "ciência dirigida", embora se procurasse negar essa atividade junto às ciências humanas; b) as questões propostas foram encaradas como vazias, não merecedoras de consideração ou de reflexão por parte do profissional em questão.

Um entrevistado fez uma alegação importante quando se refere à semântica marxista e seus problemas de aplicação. Salienta, porém, o caráter geral do estruturalismo como uma prática neutra. Não percebe, pois, que essa universalidade em termos de prática, é uma forma de escamotear as contradições sociais.

Os depoimentos que levantaram dúvidas sobre o tema colocado ou mesmo chegaram a uma tentativa de situar o problema no seu contexto legítimo se nos apresentaram como um germe que começa a despertar atenção em algumas mentalidades, mesmo que esse tipo de manifestação tenha sido, logo em seguida, cercado por uma outra atitude negativista, como no caso específico de um entrevistado que termina por afirmar que "jamais diria tal coisa a seus alunos".

Fica evidente que o professor é o transmissor de um saber do qual ele mesmo foi agente legitimador, portanto, não vê (ou prefere ignorar) nesse saber os vínculos de negatividade. A reprodução desse saber deve ser tão semelhante quanto possível àquela da qual ele é produto. Nesse sentido se expressa Bourdieu:

"... a produção em série de indivíduos identicamente programados exige e suscita historicamente a produção de agentes de programação eles mesmos identicamente programados e de instrumentos padronizados de conservação e de transmissão" (pag. 206 - nota 3).

A leitura das entrevistas nos conduziu ainda a ressaltar determinados depoimentos críticos que remetem à situação atual da disciplina em questão no âmbito acadêmico no qual é reprodutida.

Diante dessa situação, o professor assumiu, pelo me

nos, três atitudes críticas que consideraremos distintas: a) torna-se defensor da ideologia de um determinado enfoque; b) tenta fazer colocações, fundando-se quase que exclusivamente em normas cognitivas, considerando praticamente irrelevante todo o contexto ideológico; c) assume uma postura crítica a partir de um ponto de vista, de certa forma, humanista, mas que destaca aspectos sobremaneira importantes.

"O modelo gerativo está cada vez mais sendo desacreditado. Apóia-se num postulado básico discutível, daí, certas incoerências. Apesar das falhas, os resultados alcançados estão mais próximos daquilo que se espera de uma análise da linguagem. Esse modelo apresenta maiores vantagens em relação a outros modelos".

"Precisamos fazer com a língua portuguesa um trabalho de base. Precisamos ver os problemas de normalidade da língua. Temos alguns de anormalidade; precisamos partir para as escolas e verificar as possibilidades da criança. Gostaria que os brasileiros não ficassem como os norte-americanos, numa "torre de marfim", criando modelos matemáticos. Fizessem trabalhos de base, não ficassem alimentando trabalhos dessa natureza. Chomsky lançou uma teoria que achou que fizesse sentido e transtornou o mundo acadêmico".

"Nada tenho a criticar. As teorias linguísticas são boas e por isso não devem ser criticadas tanto".

"Dizer que há entre os linguistas modismos não é uma afirmação fundamentada. Os linguistas são honestos. Os modismos andam nos seguidores. Há boas intenções por parte dos linguistas".

"Uma teoria linguística atualmente só faz sentido quando inclui o antropológico, o social, o psicológico, o filosófico. A GGT não tem essa abrangência. É uma teoria muito bonita, mas não vai funcionar por excluir essa problemática".

"A teoria transformacional fala de um modelo utópico, parte de uma premissa errada. Não existe um falante-ouvinte ideal e neutro. O mentalismo é um princípio falho. O mecanicismo é mais real, mas não é totalmente abrangente".

"A linguística estrutural é muito desenvolvida em termos de técnicas de análise mas, quanto ao aspecto teórico, propriamente dito, é muito pobre. A GGT é muito poderosa teoricamente, embora seus procedimentos de análise sejam mais pobres. No caso de análise de uma língua desconhecida é bem melhor tomar uma teoria com maiores técnicas, mas no caso de uma língua de cultura é perda de tempo. Há vários trabalhos nesse sentido, é só tomá-los como comparação".

"Há realmente uma espécie de modismo no nosso meio acadêmico. Tendo lido isso em várias revistas especializadas. Há uma grande tentativa de impressionar, em termos teóricos e foge-se das reais necessidades de nossa sociedade. Com a intenção de mostrar o nível do pesquisador, não há uma preocupação em apresentar trabalhos práticos. Há, apenas, uma acentuada preocupação em apresentar trabalhos pomposos, sofisticados que vão servir, somente, a outros pesquisadores também eruditos, mas, de prático nada. Muitas vezes, as salas de aula do curso de graduação servem de laboratório, de teste, para a aplicação dessas teorias sofisticadas que a nada levam, apenas, fogem da realidade. Há, realmente, uma preocupação muito grande em se mostrar erudição mais do que se preocupar com os nossos problemas reais de língua. Num país como o nosso, subdesenvolvido, não podemos divagar nesse campo".

Para ressaltar o fenômeno referido anteriormente, elementos de natureza diversa foram postos em jogo. As questões propostas visavam a provocar no entrevistado um depoimento crítico que revelasse o modo como ele percebia (tinha consciência, se identificava, legitimava, reconhecia, assumia) e reproduzia os diversos enfoques teóricos em que a sua disciplina se manifesta.

Como podemos observar, a partir das amostras registradas acima, as colocações dos professores sempre vêm marcadas por uma certa generalidade. Apesar da existência de depoimentos que colocam pontos cruciais da situação atual da disciplina e de sua reprodução nos nossos meios acadêmicos, podemos constatar que predomina, em tudo isso, uma preocupação com a prática dessas teorias, como manipulá-las a nível didático. Como as receitas não aparecem, há uma revolta por parte do professor. Parece, pois, que só nesse contexto ganha sentido o fato de criticá-las. Isso se torna mais claro se compararmos com o nível de outras colocações anteriormente expostas, cujo conteúdo estava semanticamente ligado aos que geraram os depoimentos aqui salientados.

Houve quem fizesse alusão às finalidades das teorias, quando afirmava que a linguística estrutural se presta mais a uma análise de língua desconhecida, enquanto que uma teoria como a transformacional é mais apropriada para analisar uma língua de cultura. No cerne dessa colocação, embora nos pareça de forma inconsciente, se evidencia a natureza ideológica que motivou as origens desses enfoques.

Por outro lado, há depoimentos que destacam a sofisticação dos modelos linguísticos atuais. Mas a sofisticação é atacada por causa do pouco resultado prático que dela advém. O problema não é focado num nível mais amplo que evoque a natureza desse procedimento em relação à ideologia científica que o legitima. No fundo, o que se prega é abandonar ou melhorar um dado procedimento de análise ou mesmo recorrer a outros capazes de nos deixar habilitados para salvar o ensino de língua materna, como se o ensino perfeito da língua materna dependesse apenas desses recursos legados por teorias que por natureza são descontextualizadas.

Os depoimentos críticos que destacam como falha teórica da ciência da linguagem o fato de não incluir no âmbito de

suas preocupações o aspecto social da linguagem, não chegaram a evidenciar ou mesmo a ventilar as razões por que essa falha existe e é constantemente alimentada. O problema é apenas exposto, no aguardo de um "avisado" que o coloque na "ordem do dia." Enquanto isso não acontece, as teorias, tal como se acham produzidas, são praticadas solenemente.

Durante as entrevistas, a ausência do aspecto social da linguagem foi constantemente lembrada e apontada como uma falha das teorias vigentes. Apesar dessa insistência que pareceu apenas a nível teórico, na prática, os conceitos que o esvaziavam permanecem sendo manipulados.

A ânsia do saber que envolve o professor da área de Letras, atualmente, e a magia que o absorve, tendo como suporte um dado modelo teórico, não permitem que esse profissional preencha o vazio que traz consigo. A ânsia do novo, da novidade, face aos modelos vigentes da prática intelectual, age pesadamente em relação ao conhecimento mais sólido do velho. Nessa escala, os degraus são saltados e os vazios são, de certa forma, irrecuperáveis.

Os meios acadêmicos investem assustadoramente em teorias sofisticadas e operam uma seleção no sentido de eleger figuras como legítimas no campo intelectual em questão. O professorado brasileiro, especificamente aqui, o da área de Letras, malgrado alguns pequenos esforços, ainda não buscou suficientemente se empenhar na defesa de uma realidade nossa. Praticamos métodos cujas finalidades de origem desconhecemos. Importamos modelos teóricos e os fazemos legítimos ao mesmo tempo em que contemplamos a parcialidade de seus resultados.

É assustador constatar que as instituições acadêmicas se tenham transformado apenas em estabelecimento de ensino. As universidades se transformam, cada dia que passa, em escolas

profissionais destinadas a produzir funcionários, técnicos de todos os níveis, esquecendo-se de sua função básica de formar a inteligência e o espírito crítico de seus clientes.

A formação crítica nem nos cursos de pós-graduação está presente, pois estas têm seus limites de críticas e não podem ultrapassar certos horizontes, pois se o fizerem, podem perder a garantia de suas próprias condições de continuidade.

Uma ação transformadora cabe portanto ao professor. O poder do professor é incontestável, mesmo que a sua autonomia se ja relativa. É o professor que monta os currículos, que opta por essa ou aquela linha de investigação, é ele quem seleciona, mais ou menos arbitrariamente, este ou aquele enfoque teórico.

Apesar de a instituição acadêmica delimitar a atuação do professor, isso não quer dizer que ele se confine, apenas, a reproduzir o que esta instituição lhe legou culturalmente, no ato de sua formação intelectual ou profissional, como um saber legítimo e transmissível, por não abalar as estruturas imóveis de seu sistema. Na ótica da passividade, a função do professor se resume a de delegado que exercerá a força de persuasão daquilo que Pierre Bourdieu denominou de "poder da violência simbólica".

Compete, pois, de modo exclusivo, ao professor ressituar todo o saber fragmentário recebido ou "imposto", no âmbito de um contexto sócio-cultural mais amplo. Cabe-lhe, ainda, tornar claras as relações, as mediações, o momento histórico, as condições sociais que tornam inteligíveis o aparecimento de um determinado saber, bem como os métodos científicos que favoreceram a sua descoberta e as implicações que desse estado de coisa decorrem para investigações futuras ou para a própria prática social.

REFLEXÕES FINAIS

Pretender concluir sobre os problemas levantados neste estudo seria de certa forma uma atitude inconseqüente. Toda idéia de conclusão traz consigo a própria idéia de fechamento ou de algo que mereceu a última palavra. Não exploramos um tema que se encaixe nos limites tradicionais de um começo, meio e fim. Optamos por um tema vivo sobre o qual qualquer conclusão antecipadora pode-se nos revelar futuramente enganadora.

Este estudo teve um caráter sobretudo teórico, permeado de posicionamentos críticos. Na sociedade atual, os trabalhos teórico-críticos são encarados de esquelha, quando não são cerceados antes de serem, realmente, produzidos.

Assistimos, atualmente, ao predomínio da ideologia da objetividade e da sistematização pragmática em todo o campo do conhecimento humano. Em particular, tivemos a oportunidade de comprovar a presença dessa ideologia através de depoimentos de figuras que formam a nossa mentalidade acadêmica. Reconhecer que qualquer fenômeno, seja ele social ou não, pode ser explicado na ordem do sistema, da norma e da regra é a atitude básica do cientificismo de nossos dias.

Tentamos evitar o uso de "chave da exatidão" que nos conduziria a produzir uma monografia serviçal e pragmática. Embora reconheçamos que este estudo, como outro qualquer, terá o mesmo rito funeral que o encerrará numa prateleira à mercê das traças e baratas.

Basta ser um cliente de cursos de pós-graduação, para se envergar a postura de intelectual e se deixar possuir pela vaidade que o limita apenas à contemplação do saber ingerido. Vemos, pois, nas instituições acadêmicas como que magnetizados, fascinados pela "originalidade" dos conhecimentos recebidos. Rastreamos mesmo um certo ideal de novidade que tantas vezes extrapola para extravagância ou para o vazio.

Discorreremos sobre um tema que nos levou a trilhar caminhos os mais diversos e, não raro, nos faltou fôlego para proseguir a caminhada, tendo em vista as dificuldades sentidas em penetrar áreas que extrapolavam a nossa capacidade intelectual. Essas incursões não devem ser vistas como uma exibição de pretensão erudita. O que tínhamos em mente era unicamente colocar os problemas levantados em seus devidos lugares.

No primeiro capítulo deste estudo, formulamos e discutimos sobre três categorias possíveis de abarcar os posicionamentos críticos que se dirigem ou podem ser dirigidos à teoria lingüística moderna. No capítulo seguinte, tentamos levantar alguns pontos críticos que permeiam essa atividade científica, ao mesmo tempo em que procuramos situá-los num contexto mais amplo que favoreceu a sua própria condição de existência. Por fim, no terceiro capítulo, discutimos o tema a nível da representação que dele faz o professor, como o seu mais legítimo agente.

Da leitura e discussão dos depoimentos críticos emitidos pelos professores, concluímos que as posturas críticas assumidas, ora remetem à categoria legitimadora, ora se encaminham para a categoria preservacionista, por expressarem uma atitude de rearranjo teórico para atender a finalidades práticas, sem penetrar na natureza propriamente dita do tema proposto.

A categoria exploratória que conduz o crítico não a velar ou denunciar problemas, mas a tomar uma posição que vise a uma transformação radical de perspectiva, não foi constatada em nenhum dos depoimentos emitidos pelos entrevistados. Isso nos confirma que os depoimentos críticos colhidos na entrevista margeiam as críticas oficiais atualmente dirigidas à ciência da linguagem.

Com o que ficou dito neste estudo, não pretendemos pregar uma doutrina, nem inculcar no professor a idéia de aban

donar, abruptamente, a linha teórica de suas investigações atuais ou futuras. Enfatizamos, apenas, a atitude crítica como uma atividade auxiliar às opções do pesquisador.

Todo profissional cômico de seu saber e deveres que penetra na região da crítica deixa de ser vigia e passa a ser vigiado. Isso porque a atividade crítica inquieta, é um sobresalto ou uma impertinência. Até que isso ocorra, já que, nem os cientistas de modo geral, nem o professor de modo particular, têm condições de transformar a realidade, cabe-nos, portanto, pelo menos, contribuir para uma análise da situação em cada contexto em que se manifesta e tentar captar e compreender o significado social do trabalho que assumimos.

Resta-nos, pois, fazer uma declaração final. Pode-se observar que este estudo traz em seu corpo um número excessivo de citações. Esse recurso não se deu por acaso ou por deficiência, pelo menos consciente, do seu autor. Nesse momento, ganha sentido a expressão de Gustave Guillaume: "Não basta que as coisas importantes sejam ditas, é preciso que sejam ditas por um homem importante". (4)

**N O T A S**

**III. CAPÍTULO. E REFLEXÕES FINAIS**

- 1 - Convém frisar que a denominação de professor, neste estudo, abrange toda a população entrevistada, independente de o entrevistado exercer ou não a sua função no local onde a entrevista foi realizada. Isso se justifica pelo fato de todos os entrevistados exercerem a função de professor, embora, no momento, estivessem na posição de alunos, de receptores, o que não invalida a posição de professor em potencial a curto prazo.
- 2 - As questões levantadas durante as entrevistas tiveram por base o roteiro de entrevista em anexo.
- 3 - Bourdieu, Pierre e outro - "A reprodução" - pag. 206.
- 4 - Guillaume, Gustave - "Principes de Linguistique Théorique" Pag. 66:

## B I B L I O G R A F I A

- 01 - ALTHUSSER, Louis. - Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença, sem data.
- 02 - ALTHUSSER, Louis. - Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas. Lisboa, Editorial Presença, 1976.
- 03 - ALTHUSSER, Louis e outros. Psicanálise - factores sócio-políticos. Porto, Edições RES Ltda., 1976.
- 04 - ALTHUSSER, Louis e outros. Dialética e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- 05 - ALTHUSSER, Louis e outros. Epistemologia, 2. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, Ltda., 1973.
- 06 - ALBERT, Hans. Tratado da Razão Crítica. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro Ltda., 1969:
- 07 - ALSTON, William P. Filosofia da Linguagem. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1972.
- 08 - ADRADOS, Francisco Rodríguez. Linguística Estrutural. Madrid, Editorial Gredos S/A., 1969.
- 09 - AUZIAS, Jean-Marie. Chaves do Estruturalismo. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A., 1972.
- 10 - APTER, Machael J. Cibernética e Psicologia. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1973.
- 11 - BENVENISTE, E. e outros. Ferdinand de Saussure. Buenos Aires, Siglo XXI Argentina Editores S/A. 1971.
- 12 - BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

- 13 - BALANDIER, Georges. Antropologia Política. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- 14 - BALANDIER, Georges. Antropo-lógicas. São Paulo, Editora Cultrix, 1977.
- 15 - BURNS, Edward Mcnall. História da Civilização Ocidental. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- 16 - BRUYNE, Paul de e outros. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A., 1977.
- 17 - BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo, Editora Cultrix, 1971:
- 18 - BALLY, Charles. El Lenguaje y la Vida. Buenos Aires, Editorial Losada S/A., 1972.
- 19 - BADIOU, Alain. Sobre o Conceito de Modelo. Lisboa, Editorial Estampa, 1972.
- 20 - BARBANO, Filippo e outros. Estructuralismo y sociologia. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1973.
- 21 - BACHELARD, Gaston. Filosofia do Novo Espírito Científico. Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- 22 - BLOOMFIELD, Leonard. Aspectos Linguísticos de la Ciencia. Madrid, Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1973.
- 23 - BLOOMFIELD, Leonard. Lenguaje. Lima, Universidad Nacional de San Marcos, 1964:
- 24 - BALIBAR, Étienne e outros. Literatura, Significação e Ideologia. Lisboa, Editora Arcádia, 1976.
- 25 - BASTIDE, Roger. (Coordenador). Usos e Sentidos do Termo 'Estrutura'. São Paulo, Editora Herder, 1971.
- 26 - BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1977.
- 27 - BOUDON, Raymond. Para que serve a noção de estrutura? A significação da noção de estrutura nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1974.

- 28 - BADCOCK, C.R. Lévi-Strauss: estruturalismo e teoria socio lógica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- 29 - BOURDIEU, Pierre. e PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A., 1975.
- 30 - BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva S/A., 1974.
- 31 - BERGER, Peter. L. e LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. Petropolis, Editora Vozes Ltda., 1978.
- 32 - BUNGE, Mario. Teoria e Realidade. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- 33 - BALLEST, René e outros. Estruturalismo e Marxismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- 34 - CHOMSKY, Noam. Estructuras Sintácticas. México, Siglo XXI Editores, S/A., 1974.
- 35 - CHOMSKY, Noam e MILLER, George A. El Analisis Formal de los Lenguajes Naturales. Madrid, Alberto Corazon Editor, 1972.
- 36 - CHOMSKY, Noam. Política e Linguística sobre a resistência Lisboa, Mondar, Editores, 1974.
- 37 - CHOMSKY, Noam. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Coimbra, Ar<sup>m</sup>énio Amado - Editor, sucessor, 1975.
- 38 - CHOMSKY, Noam. Linguagem e Pensamento. Petrópolis. Editora Vozes Ltda., 1971.
- 39 - CHOMSKY, Noam. Linguística Cartesiana. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1972.
- 40 - CHOMSKY, Noam e outros. Novas Perspectivas Linguísticas. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1970.
- 41 - CHOMSKY, Noam. Reflexões sobre a linguagem. Lisboa, Edições 70, 1977.

- 42 - CASTELLO, M. e outros. Epistelomolia e Ciências Sociais. Porto, Edições RÉS Ltda. 1976.
- 43 - CASSIRER, Ernest. Linguagem e Mito. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- 44 - CASTRO, Armando de e outros. Novas Perspectivas da Ciên do Homem. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- 45 - CHERRY, Colin. A Comunicação Humana. São Paulo Ed. Cultrix 1971.
- 46 - COHEN, Marcel. Matériaux pour une sociologie du langage. Paris, François Maspero, 1971.
- 47 - CHÂTELET, François. A Filosofia das Ciências Sociais: de 1860 aos nossos dias. Rio de Janeiro, Zahar Editores - 1974.
- 48 - COPANS, J. e outros. Antropologia - ciência das socieda des primitivas? Lisboa Edições 70 . 1977.
- 49 - CANNABRAVA, Euryalo. Teoria da Decisão Filosófica. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária Ltda. 1977.
- 50 - COSERIU, Eugenio. Teoría del lenguaje y lingüística gene ral. Madrid, Editorial Gredos S/A. 1969:
- 51 - COSERIU, Eugenio. Sincronía, diacromía e historia. Madrid Editorial Gredos S/A. 1973.
- 52 - CONTRERAS, Heles. (Compilador). Los fundamentos de la gra mática transformacional. México, Siglo XXI Editores S/A 1973.
- 53 - COMTE, Augusto. Discurso sobre el espíritu positivo. Bue nos Aires, Aguilar Argentina S/A de Ediciones. 1975.
- 54 - COMTE, Augusto. Os Pensadores. Coleção. São Paulo. Abril Cul tural, 1978.
- 55 - CALAME-GRIAULE, Geneviève. Ethnologie et langage. France. Editions Gallimard, 1965.
- 56 - CALVET, Louis-Jean. Saussure: pró e contra. Para uma lin güística social. São Paulo - Ed. Cultrix, 1977.

- 57 - CALVET, Luois-Jean. Linguistique et colonialisme. Paris. Payot, 1974.
- 58 - COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S/A-1972.
- 59 - COPI, Irving M. Introdução à lógica. São Paulo. Ed. Mestre Jou, 1971.
- 60 - COHN, Gabriel. Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia. São Paulo. Liv. Pioreira Editora. 1973.
- 61 - COHN, Gabriel. (Organizador). Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo Cia. Ed. Nacional. 1977.
- 62 - COHN, Gabriel. (Organizador). Sociologia para ler os clássicos. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora. 1977.
- 63 - CÂMARA, J. Mattoso Jr. e outros. Estruturalismo. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro Ltda. Sem data.
- 64 - CHEVALIER, Jean-Claude e outros. Langage et histoire. Paris, Langue Française 15, Larousse, 1972.
- 65 - DEUS, Jorge Dias de. (Organizador). A Crítica da Ciência: Sociologia e Ideologia da Ciência. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.
- 66 - DONZÉ, Roland. La gramática general y razonada de Port-Royal: contribución a la historia de las ideas gramaticales en Francia. Buenos Aires, Eudeba Editorial Universitária, 1970.
- 67 - DERRIDA, Jacques. La lingüística de Rousseau: J. Rousseau el origen de las lenguas. Buenos Aires, Ediciones Calden, 1970.
- 68 - D'AMARAL, Márcio Tavares. Filosofia da Comunicação e da Linguagem. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A - 1977.
- 69 - DAVID, Aurel. A Cibernética e o Humano. São Paulo, Hemus Liv. Editora Ltda. 1971.

- 70 - DUCROT, Oswald. Estruturalismo e Linguística. São Paulo - Editora Cultrix. 1971.
- 71 - DUBOIS, Jean e outros. Dicionário de Linguística. São Paulo. Editora Cultrix, 1978.
- 72 - DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1976.
- 73 - DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1977.
- 74 - DASCAL, Marcelo e outros. Fundamentos Metodológicos da Linguística: Concepções Gerais da Teoria Linguística. São Paulo, Global, 1978.
- 75 - DÉSI RAT, Claude e HORDE, Tristan. Formation des discours pédagogiques. Paris, Langages 45, Didier Larousse, 1977.
- 76 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. (Organizador). Psicanálise e Ciência da História. Rio de Janeiro. Livraria Eldorado Ltda. 1974.
- 77 - ESCOBAR, Carlos Henrique de e outros. Epistemologia e Teoria da Ciência. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1971.
- 78 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. Epistemologia das Ciências Hoje. Rio de Janeiro. Pallas S/A Editora e Distribuidora, 1975.
- 79 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. Proposições para uma semiologia e uma linguística. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1973.
- 80 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. Discursos, instituições e história. Rio de Janeiro. Ed. Rio. 1975.
- 81 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. (Organizador). Semiologia e Linguística Hoje. Rio de Janeiro. Pallas S/A, Editora e Distribuidora. 1975.
- 82 - ESCOBAR, Carlos Henrique de. As Ciências e a Filosofia. Rio de Janeiro. Imago Editora Ltda. 1975.
- 83 - EPSTEIN, Isaac. (Organizador). Cibernética e Comunicação. São Paulo. Editora Cultrix, 1973.

- 84 - ENGELS, Friedrich. A Diálética da Natureza. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1976.
- 85 - EDMONDS, J. e outros. Linguística y Sociedad. Madrid. Siglo XXI, España Editores S/A. 1976.
- 86 - ENCREVÉ, Pierre e outros. Linguistique et sociolinguistique. Paris. Langue Française 34. Larousse, 1977.
- 87 - FOUCAULT, Michel e outros. Estruturalismo: Antologia de textos teóricos. Lisboa. Portugália Editora. Sem data.
- 88 - FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Petropolis. Ed. Vozes Ltda. 1972.
- 89 - FOUCAULT, Michel e outros. O homem e o discurso. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro Ltda. 1971.
- 90 - FOUCAULT, Michel e outros. Estruturalismo e teoria da linguagem. Petropolis. Ed. Vozes Ltda. 1971.
- 91 - FAYE, Jean Pierre. La crítica del lenguaje y su economia - Madrid. Alberto Corazon Editor, 1975.
- 92 - FONSECA, Maria Stella V. e NEVES, Moema F. (Organizadores) Sociolinguística. Rio de Janeiro. Liv. Eldorado Tijuca Ltda. 1974.
- 93 - FRANÇOIS, Frédéric e outros. El Lenguaje. La Comunicacion. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision. 1973.
- 94 - FOULQUIÉ, Paul. A Dialética. Portugal. Publicações Europa América. Sem data.
- 95 - FISHMAN, Joshua A. Sociolinguistics: a brief introduction Massachussets, Newbury House Publishers, 1972.
- 96 - FREGE, Gottlob. Lógica e Filosofia da Linguagem. São Paulo. Editora Cultrix, 1978.
- 97 - FONSECA, Fernanda Irene e FONSECA, Joaquim. Pragmática Linguística e Ensino do Português. Coimbra. Livraria Almedina. 1977.
98. GOLDMANN, Lucien. Dialética e Ciências Humanas I e II. Lisboa. Editorial Presença, 1972.

- 99 - GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra Ltda. 1967.
- 100 - GOLDMANN, Lucien. A criação cultural na sociedade moderna São Paulo. Difusão Européia de Livro. 1972.
- 101 - GOLDMANN, Lucien. Ciências humanas e filosofia - que é a sociologia? São Paulo. DIFEL . 1976.
- 102 - GOLDMANN, Lucien e outros - Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia. São Paulo. Ed. Documentos Limitada. 1968.
- 103 - GRANGER, Gilles-Gaston. Pensamento formal e ciência do homem I e II. Lisboa. Editorial Presença. 1975.
- 104 - GUIRAUD, Pierre. La Gramática. Buenos Aires, Eudeba Editorial Universitária. 1967.
- 105 - GUSDORF, Georges. A Fala. Porto, Edições Despertar. Sem data.
- 106 - GRAMSCI, A. Introdução à filosofia da Praxis. Lisboa. Edições Antídoto. 1978.
- 107 - GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da Cultura. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1968.
- 108 - GALMICHE, Michel. Sémantique gënërative. Paris. Larousse. 1975.
- 109 - GLEASON Jr., H. A. Introducción a la Linguística Descriptiva. Madrid. Editorial Gredos S/A - 1970.
- 110 - GENOUVRIER, Émile e PEYTARD, Jean. Linguística e ensino do Português. Coimbra. Liv. Almedina. 1974.
- 111 - GUILLAUME, Gustave. Principes de Linguistique Théorique. Québec. Les Presses de L'université Laval. 1973.
- 112 - GUILLAUMAUD, Jacques. Cibernética e materialismo dialético. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro Ltda. 1970.
- 113 - HJELMSLEV, Louis. Ensayos lingüísticos. Madrid. Editorial Gredos S/A. 1972.

- 114 - HJELMSLEV, Louis. El lenguaje. Madrid.. Editorial Gredos S/A. 1968.
- 115 - HEGENBERG, Leônidas. Lógica: o cálculo sentencial. São Paulo. Editora Herder. 1973.
- 116 - HEGENBERG, Leônidas. Explicações científicas: Introdução à filosofia da ciência. São Paulo. EPU. 1973.
- 117 - HORMANN, Hans. Psicología del lenguaje. Madrid. Editorial Gredos S/A. 1973.
- 118 - HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento. Coimbra. Armênio Amado Editor, Sucessor, 1976.
- 119 - HIPOLITE, Jean. Introdução à filosofia da história de Hegel Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S/A - 1971.
- 120 - HARNECKER, Marta. Os conceitos elementais do materialismo histórico. 1973.
- 121 - HEATHER, Nick. Perspectivas radicais em psicologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- 122 - HILL, Archibald A. (Organizador). Aspectos da linguística moderna. São Paulo. Editora Cultrix. 1972.
- 123 - HOLENSTEIN, Elmar. Introdução ao pensamento de Roman Jakobson. Rio de Janeiro, Zahar Editorea S/A, 1978.
- 124 - HOCKETT, Charles F. Curso de linguística moderna. Buenos Aires. Eudepa Editorial Universitária. 1972.
- 125 - HAZARD, Paul. Crise da consciência européia. Lisboa, Ed. Cosmos. 1971.
- 126 - IDATT, Paul. Chaves da Cibernética. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A-1972.
- 127 - JAPIASSU, Hilton. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda. 1975.
- 128 - JUNIOR, Caio Prado. O estruturalismo de Lévi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1971.

- 129 - JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo. Ed. Cultrix. 1973.
- 130 - KIMBALL, John P. Teoria formal da gramática. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1976.
- 131 - KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. S. Paulo. Ed. Perspectiva. 1975.
- 132 - KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S/A. 1976.
- 133 - KRISTEVA, Júlia. História da linguagem. Lisboa. Edições 70 1974.
- 134 - KRISTEVA, Júlia e outros: Ensaio de semiologia: Problemas gerais-linguística cinésica. Rio de Janeiro. Liv. Eldorado Tijuca Ltda. 1971.
- 135 - KRISTEVA, Julia e outros. Épistémologie de la linguistique Paris. Langages 24, Didier Larousse, 1971.
- 136 - KATZ, Jerrold J. La realidad subyacente del lenguaje y su valor filosofico. Madrid. Alianza Editorial. 1975.
- 137 - KATZ, Jerrold J. Filosofia del lenguaje. Barcelona. Ediciones Matinez Roca S/A, 1971.
- 138 - LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo Cia Editora Nacional .1970.
- 139 - LÉVI-STRAUSS, Claude. Totemismo hoje. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1975.
- 140 - LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1967.
- 141 - LÉVI-STRAUSS, Claude e outros. El Proceso Ideológico. Buenos Aires. Editorial Tempo Contemporaneo. 1971.
- 142 - LLORACH, Emilio Alarcos. Gramática Estructural. Madrid, Ed. Gredos S/A. 1972.
- 143 - LEPAPE, Marie-Claire. Pedagogia e Pedagogias. Lisboa. Edições 70. 1975.

- 144 - LAKATOS, Imre. História de la ciência y sus reconstruções racionales. Madrid. Editorial Tecnos, 1974.
- 145 - LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção Porto. Edição Publicações de Escorpião. 1973.
- 146 - LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro, Cia Editora Forense. 1968.
- 147 - LEFEBVRE, Henri. A linguagem e a sociedade. Lisboa. Editora Ulissêia. 1966.
- 148 - LEPSCHY, Giulio C. A linguística estrutural. São Paulo. Editora Perspectiva. 1971.
- 149 - LAPASSADE, Georges e LOUROU, René. Chaves da sociologia. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S/A. 1972.
- 150 - LENNEBERG, Eric H. Fundamentos biológicos del lenguaje. Madrid. Aliaza Editorial. 1975.
- 151 - LABOV, William, Sociolinguistic. Paris. Les Editions des Minuit. 1976.
- 152 - LECLERC, Gérard. Crítica da antropologia. Lisboa. Editorial Estampa, . 1973
- 153 - LEPARGNEUR, H. Introdução aos estruturalismos. São Paulo Editora Herder. 1972.
- 154 - LIMA, Luiz Costa. O Estruturalismo de Lévi-Strauss. Petrópolis. Ed. Vozes Ltda. 1970.
- 155 - LÉDUC, Victor e outros. Ciência da linguagem e ciências humanas. Lisboa. Editorial Presença. Sem data.
- 156 - LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra S/A. 1975.
- 157 - LEÃO, Emmanuel Carneiro e outros. O Pensamento, a História. Ed. Tempo Brasileiro Ltda. 1976.
- 158 - LYONS, John. As idéias de Chomsky. São Paulo- Editora Cultrix. 1973.
- 159 - LYONS, John (Organizador). Novos horizontes em linguística. S. Paulo. Ed. Cultrix. 1976.

- 160 - LEGANE, René e outros. La Norme. Paris. Langue Française 16. Larousse. 1972.
- 161 - LECOINCRE, Simone e outros. Le Changement linguistique. Paris. Langages 32 Didier Larousse. 1973.
- 162 - L'HERMITTE, René e outros. S.K. Saumjan et la grammaire générative applicative. Paris. Langages 33, Didier Larousse. 1974.
- 163 - MARTINET, André. A linguística sincronica. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1971.
- 164 - MARTINET, André. El Lenguaje desde el Punto de vista funcional. Madrid. Editorial Gredos S/A. 1971.
- 165 - MARTINET, André. Elementos de linguística geral. Lisboa. Liv. Sá da Costa Editora. 1972.
- 166 - MOUNIN, Georges. A linguística do século XX. Lisboa. Editorial Presença. 1973.
- 167 - MOUNIN, Georges. História da linguística: das origens ao século XX. Porto. Edições Despertar. 1970.
- 168 - MOUNIN, Georges. Os problemas teóricos da tradução. São Paulo. Ed. Cultrix. 1975.
- 169 - MOUNIN, Georges. Clefs pour la langue française. Paris. Editions Seghers. 1975
- 170 - MICELI, Sérgio. A Noite da Madrinha, São Paulo. Ed. Perspectiva. 1972.
- 171 - MOULOU, Noel. Linguagem e estruturas. Coimbra. Liv. Almedina. 1974.
- 172 - MARCHAND, F. (Coordenador). La norme linguistique. France. Delagrave. 1975.
- 173 - MARCELLES, J. B. e GARDIN, B. Introdução à sociolinguística. Lisboa. Editorial Aster. 1975.
- 174 - MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura. São Paulo-Editora Perspectiva. 1974.

- 175 - MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1974.
- 176 - MARX, Karl. Miséria de la filosofia. Madrid. Aguilar S/A de Ediciones. 1969.
- 177 - MARX, e outros. Marxisme et linguistique. Paris. Payot - 1977.
- 178 - MOLES, A. A criação científica. São Paulo. Ed. Perspectiva-1971.
- 179 - MACKSEY, Richard, e DONATO, Eugênio (Organizadores) Controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo Ed. Cultrix. 1976.
- 180 - MALMBERG, Bertil. A lingua e o homem: introdução aos problemas gerais da linguística. São Paulo. Liv. Duas Cidades. 1976.
- 181 - MARCELLESI, J.B. e outros. Linguistique et société. Paris Langue Française 9. Larousse. 1971.
- 182 - MAURO, Tullio de. Course de Linguistique générale: F. de Saussure. Paris. Payot. 1974.
- 183 - NINYOLES, Rafael Ll. Idioma y Poder Social. Madrid, Editorial Tecnos. 1972.
- 184 - NINYOLES, Rafael Ll. Estructura Social y Polpitica Linguística. Valencia. Fernando Torres Editor. 1975.
- 185 - NEBOT, Francisco Abad. História de la Linguística como História de la Ciência. Valencia. Fernando Torres Editor. 1976.
- 186 - NIVETTE, Joseph. Principios de gramática gerativa. São Paulo. Livraria Pioneira Editora. 1975.
- 187 - NIQUE, Christian, Iniciação metodica à gramática gerativa. São Paulo - Ed. Cultrix. 1977.
- 188 - NETTO, J. Teixeira Coelho: O intelectual brasileiro: Dogmatismos & outras confusões. São Paulo. Global editora. 1978.

- 189 - NOVAIS, Fernando. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII) - São Paulo-Editora Brasileira. CEBRAP. 1978.
- 190 - PIAGET, Jean. O estruturalismo. São Paulo. Difusão européia do Livro. 1970:
- 191 - PIAGET, Jean. A situação das ciências do homem no sistema das ciências. Lisboa. Liv. Bertrand. 1970.
- 192 - POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Porto. Portucalense Editora. 1971.
- 193 - PAULUS, Jean. A função simbólica e a linguagem. Rio de Janeiro. Liv. Eldorado Tijuca Ltda. 1975.
- 194 - POPPER, Karl. Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro Ltda. 1978.
- 195 - PONZIO, Augusto. Gramática transformacional y ideologia política. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision. 1974.
- 196 - PONZIO, Augusto. Produccion lingüística y ideologia social. Madrid. Alberto Corazon Editor. 1974.
- 197 - PÉCHEUX, Nichel e FICHANT, Michel. Sobre a história das ciências. Lisboa. Editorial Estampa. 1971.
- 198 - POUILON, Jean e outros. Problemas de estruturalismo. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1968:
- 199 - PANFILOV, V. S. Gramatica y lógica. Buenos Aires. Editorial Paidós, 1972.
- 200 - PÉCHEUX, Michel e outros. Analyse du discours - langue et idéologies. Paris. langages 37 Didier Larousse. 1975.
- 201 - POTTIER, Bernard e outros. L'ethnolinguistique. Paris. Langages 18 Didier Larousse, 1970.
- 202 - PAIXÃO, Léa Pinheiro. A representação da prática pedagógica: um estudo exploratório entre professores do curso de pedagogia. Belo Horizonte. PUC/RIO, Tese de Mestrado. 1975.

- 203 - QUESADA, J. Daniel. La linguística generativo-transformacional: supuestos e implicaciones. Madrid. Siglo XXI, Editores 1973.
- 204 - RUDIO, Victor Franz. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petropolis. Ed. Vozes Ltda. 1978.
- 205 - REICH, Wilhelm e outros. A história e os discursos. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1974.
- 206 - ROBINSON, W.P. Linguagem e comportamento social. São Paulo. Ed. Cultrix. 1977.
- 207 - ROBIN, Régine. História e linguística. São Paulo. Ed. Cultrix. 1977.
- 208 - RUWET, Nicolas. Introdução à gramática gerativa. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1975.
- 209 - ROSSI-LANDI, Ferruccio. El Lenguaje como trabajo y como mercado. Caracas. Monte Avila Editores C.A. 1972.
- 210 - ROSSI-LANDI, Ferruccio. Ideologias de la relatividad lingüística. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision. 1974.
- 211 - RICHELLE, Marc. La adquisición del lenguaje. Barcelona - Editorial Herder. 1975.
- 212 - ROULET, Eddy. Teorias linguísticas, gramáticas e ensino de linguas. São Paulo. Liv. Pioneira Editora. 1978.
- 213 - ROCA-PONS, J. El lenguaje. Barcelona, Editorial Teide. 1973
- 214 - RÜDNER, Richard S. Filosofia de la ciência social. Madrid. Alianza Editorial S/A, 1973.
- 215 - ROBINS, R. H. Linguística general. Madrid. Editorial Gre dos S/A. 1971.
- 216 - SIMPSON, Thomas Moro. (Compilador). Semântica filosófica: problemas y discusiones. Madrid. Alianza Editorial. - 1973.
- 217 - SZASZ, Thomas S. A fabricação da loucura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

- 218 - SODRÉ, Nelson Werneck. A ideologia do colonialismo. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S/A. 1965.
- 219 - SPERBER, Dan. Estruturalismo e antropologia. São Paulo. Ed. Cultrix, 1970.
- 220 - SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo. Ed. Cultrix. 1969.
- 221 - SKINNER, B. F. Comportamentl verbal. São Paulo. Ed. Cultrix. 1978.
- 222 - SCHAFF, Adam. Introdução à semântica. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S/A. 1968.
- 223 - SCHAFF, Adam. Linguagem e conhecimento. Coimbra. Lib. Almedina. 1974.
- 224 - SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo. Martins Fontes. 1978.
- 225 - SCHAFF, Adam e outros. Linguística, sociedade e política. Lisboa. Edições 70. 1975.
- 226 - SIMÓ, Mariano Penalver. La linguística estructural y las ciencias del hombre. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision. 1970.
- 227 - STAROBINSKY, Jean. As palavras sob as palavras- São Paulo. Ed. Perspectiva. 1974.
- 228 - SAPIR, Edward. Linguística como ciência. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica. 1969.
- 229 - SAPIR, Edward. A linguagem: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro. Liv. Acadêmica. 1971.
- 230 - SEBAG, Lucien. Marxismo e estruturalismo. Lisboa. Editorial Pórtico. Sem data.
- 231 - SUMPF, J. e outros. Filosofia da linguagem. Coimbra. Liv Almedina. 1973.
- 232 - SUMPF, J. e outros. Socio-linguistique. Paris, Langages 11 Didier Larousse. 1968.

- 233 - SELLTIZ, e outros. Métodos de Pesquisa nas relações Sociais. São Paulo. Editora Herder. 1972.
- 234 - TRNKA, B. e outros. El Círculo de Praga. Barcelona. Editorial Anagrama. 1971.
- 235 - TOLEDO, Dionísio. (Organizador). Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre, Editora Globo, 1978.
- 236 - TRIPODI, Tony e outros. Análise da Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1975
- 237 - VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1973.
- 238 - VOGT, Carlos. O Intervalo Semântico. São Paulo. Editora Ática; 1977.
- 239 - VASQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Praxis. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1977.
- 240 - VERÓN, Eliseo. Ideologia, Estrutura, Comunicação. São Paulo, Editora Cultrix, 1977.
- 241 - VERÓN, Eliseo e outros. Lenguaje y Comunicacion Social. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision. 1971.
- 242 - VÉDRINE, Héléne. As Filosofias da História - decadência ou crise? Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1977.
- 243 - VOLOSHINOV, Valentín N. El signo ideológico y la filosofía del lenguaje. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1976.
- 244 - VELDE, Roger G. van de. Introduction à la methodologie structurale de la linguistique. Bruxelas. Ed. Labor. 1974
- 245 - VELHO, Otávio Guilherme e outros. (Organizadores). Estrutura de Classes e Estratificação Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1973.
- 246 - VASCONCELOS, Maria da Conceição Menezes. As representações sobre a prática escolar de Serviço Social: um estudo exploratório. PUC/São Paulo, Tese de Mestrado, 1978

- 247 - WHORF, Benjamim Lee. Lenguaje, Pensamiento y Realidad. Barcelona, Berral Editores. 1971.
- 248 - WAHL, François. Estruturalismo e Filosofia. São Paulo Editora Cultrix, 1970.
- 249 - WIENER, Norbert. Cibernética e Sociedade. São Paulo, Editora Cultrix, 1973.
- 250 - WATZLAWICK, Paul e outros. Pragmática da Comunicação Humana. São Paulo, Editora Cultrix, 1973.
- 251 - WARTBURG, W. von e ULMANN, S. Problemas e Métodos da Linguística. São Paulo. DIFEL, 1975.
- 252 - WEISSHAUPT, Jean Robert. Pesquisa: seminário de metodologia nas ciências sociais. Aracaju, texto mimeografado UFS/FSS, 1974.
- 253 - ZAVALA, Victor Sánchez de. Indagaciones Praxiológicas sobre la actividad lingüística. Madrid, SigloXXI. Editores S/A, 1973.
- 254 - ZAVALA, Victor Sánchez de. Hacia una epistemología del lenguaje. Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- 255 - ZAVALA, Victor Sánchez de. (Compilador). Semántica y sintaxe en la linguística transformacional - I e II. Madrid, Alianza Editorial, 1974:

ALEXO

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### 01 - SOBRE A ATIVIDADE DO ENTREVISTADO

- a) Das possibilidades oferecidas pela teoria linguística (fonologia, sintaxe, morfologia, semântica, psicolinguística, sociolinguística, etc), qual a sua área de pesquisa?
- b) Quais as razões de sua escolha?
- c) Em que corrente linguística se fundamenta teoricamente?
- d) Como justifica essa opção?
- e) Como descobriu os elementos que o conduziram a essa atitude?
- f) A sua preferência tem algo a ver com a profissão que exerce? Justifique.

### 02 - SOBRE A TEORIA LINGUÍSTICA

- a) Que falhas e/ou virtudes você apontaria em relação à Gramática Gerativa? Justifique.
- b) Que falhas e/ou virtude voce poderia apontar em relação à Linguística Estrutural? Justifique.
- c) É comum se opor a Gramática Gerativa à Linguística Estrutural, a partir do método de investigação que essas correntes adotam (dedução x indução). Nesse sentido, a Gramática Gerativa aparece como uma teoria mais poderosa e capaz de explicar o mais cientificamente a linguagem humana em relação à abordagem da Linguística Estrutural. Concorda com essa idéia? Justifique.

- d) Quando você assume uma posição crítica em relação à teoria linguística, concentra suas observações no aspecto teórico enquanto tal, ou nas suas técnicas de análise da linguagem? Justifique.
- e) Como você encara a influência crescente dos processos lógico-matemáticos na teoria linguística moderna?
- f) Costuma-se afirmar que os modelos de análise da linguagem, quer gerativos, quer estruturais, não encaram a realidade da linguagem como um todo; concentram-se apenas numa face dessa realidade. Como você se posiciona diante de uma colocação dessa natureza?
- g) Há quem veja na sucessão de modelos de análise da linguagem uma preocupação bastante acentuada em sofisticar esses modelos. Isso tem levado a concluir que a teoria linguística atual está empenhada em criar "modismos", mais do que preocupada com as manifestações da linguagem em situações concretas. Você acha que essa posição tem fundamento? Justifique.
- h) Tem fundamento afirmar que a teoria linguística atual não está interessada pela velha dicotomia do certo/errado em termos de uso da linguagem? Justifique.
- i) Há quem denuncie que os modelos de análise da linguagem acentuam nitidamente aquilo que é permitido em termos de uso da linguagem em detrimento daquilo que consideram que não o é. Você está de acordo com essa denúncia? Justifique.
- j) É fundamental para uma teoria linguística se concentrar apenas no que há de uniforme, homogêneo e constante em termos de linguagem, enquanto minimiza as diferenças e variações? Justifique.

- k) Uma teoria linguística que se diz neutra, em relação ao falante-ouvinte e ao ambiente social real em que este se insere, está realmente teorizando a linguagem humana? Justifique.
- l) É muito comum afirmar que a teoria linguística atual tenta descrever e/ou explicar a linguagem humana, tendo como ponto de partida a imobilidade sistêmica ou estrutural, enquanto despreza ou não considera relevante a dinâmica social e histórica na qual a linguagem se move e se realiza. Como você se posiciona diante dessa afirmativa?
- m) Já houve de sua parte, como profissional, tentar averiguar o contexto social e histórico que favoreceu o aparecimento das teorias linguísticas modernas? Justifique.
- n) Você considera que uma preocupação dessa natureza é importante antes mesmo de se aplicar qualquer teoria a uma realidade particular? Justifique.
- o) As teorias linguísticas partem sempre do nível de língua considerado padrão e só a partir daí é que estabelecem um confronto com os demais níveis. Como você se posiciona diante dessa estratégia?